UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS - UNIMONTES
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social - PPGDS

OS MOVIMENTOS SOCIAIS FEMININOS NO NORTE DE MINAS NO CONTEXTO DA E PÓS DITADURA MILITAR

Gislene Quaresma Oliva

Montes Claros – MG
Maio / 2020

Gislene Quaresma Oliva

OS MOVIMENTOS SOCIAIS FEMININOS NO NORTE DE MINAS NO CONTEXTO DA E PÓS DITADURA MILITAR

Dissertação apresentada como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Social junto ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social – PPGDS – da Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES.

Orientadora: Profª Dra. Maria da Luz Alves Ferreira
Coorientadora: Profª Dra. Luci Helena Silva Martins

Montes Claros – MG
Maio / 2020

Oliva, Gislene Quaresma.
O48m Os movimentos sociais femininos no Norte de Minas no contexto da e pós Ditadura Militar [manuscrito] / Gislene Quaresma Oliva. – Montes Claros, 2020.
116 f.

Bibliografia: f. 110-114.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social/PPGDS, 2020.

Orientadora: Profa. Dra. Maria da Luz Alves Ferreira.
Coorientadora: Profa. Dra. Luci Helena Silva Martins.

1. Feminismo. 2. Ditadura militar – Participação social feminina. 3. Opressão. 4. Resistência. I. Ferreira, Maria da Luz Alves. II. Martins, Luci Helena Silva. III. Universidade Estadual de Montes Claros. IV. Título.

Catalogação: Biblioteca Central Professor Antônio Jorge

Gislene Quaresma Oliva

OS MOVIMENTOS SOCIAIS FEMININOS NO NORTE DE MINAS NO CONTEXTO DA E PÓS DITADURA MILITAR

Dissertação apresentada como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Social junto ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social – PPGDS – da Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES.

Montes Claros/MG, ____ de _____ de _____

_____

Profª Dra. Maria da Luz Alves Ferreira - Orientadora
PPGDS – UNIMONTES

_____

Profª Dra. Luci Helena Silva Martins - Coorientadora
PPGDS– UNIMONTES

_____

Prof. Dr. Rafael Baioni do Nascimento
PPGDS– UNIMONTES

_____

Profª Dra. Maria Janine Dalpiaz Reschke
UPEL - RS

_____

Prof. Dr. Sulivam Charles Barros
UFG - GO

Montes Claros/MG
Maio/2020

"Você tem que agir como se fosse possível transformar radicalmente o mundo. E você tem que fazer isso o tempo todo".

Angela Davis

DEDICATÓRIA

A Rogério, meu esposo, e minhas filhas, Elisa, Alice e Ester,
pelas ausências mesmo estando às vezes presente.

AGRADECIMENTOS

Agradecer faz parte do processo de reconhecimento da relação de participação, incentivo e apoio nas mais diversas etapas, de famílias, amigos, colegas, professors e colaboradores, que em determinado contexto de nossa vida, estiveram presentes, de alguma forma.

Primeiramente agradeço a Deus pelo dom da vida e fonte de força espiritual.

Aos meus pais Oscar e Gentileza, que me ensinaram os primeiros passos da vida, e que nunca mediram esforços em relação aos meus estudos. Aos meus irmãos Reginaldo, Carlos Alberto, Gislane e Robson, às minhas cunhadas e cunhado pelo carinho, incentivo e ajuda nos momentos mais precisos.

Agradeço a meu querido esposo, Rogério Soares Cardoso, e as minhas filhas, Elisa, Alice e Ester, pelo apoio e incentivo no processo de realização deste trabalho de dissertação de Mestrado e especialmente pela compreensão em suportar minha ausência nos períodos em que tive de me dedicar à pesquisa.

Agradeço aos meus sobrinhos, especialmente Ana Caroline, pelas alegrias e angústias compartilhadas e de forma especial minha cunhada Paula, pela ajuda no cuidado diário das minhas filhas, até mesmo levando ao pediatra quando foi necessário e eu não estava presente.

Aos meus tios e tias, especialmente Tio Edmilson, pelas idas e vindas em seu taxi, pela presteza e responsabilidade nos horários em sempre levar-me à Unimontes, para que eu pudesse assistir as aulas e fazer minhas atividades.

Agradeço de forma muito especial a uma pessoa que foi e é luz na minha vida, inclusive até no nome, minha orientadora, Profª Dra. Maria da Luz Alves Ferreira, pelas suas valiosíssimas contribuições, que com sabedoria e paciência soube conduzir-me durante esta trajetória do Mestrado, e a minha co-orientadora Profª Dra. Luci Helena Silva Martins pelo incentivo e contribuições.

Agradeço aos professors participantes da banca de qualificação – Prof. Dr. Antônio Dimas Cardoso e o Prof. Dr. Rafael Baioni do Nascimento pelas críticas, orientações e contribuições fundamentais para a construção deste trabalho, e de modo bem particular ao prof. Antônio Dimas, por ter feito parte da minha qualificação, uma vez que este foi meu professor na Graduação e no Mestrado e por quem tenho um carinho, respeito e admiração enorme.

Agradeço a todos os professors do Programa de Mestrado e Doutorado em Desenvolvimento Social da UNIMONTES, em especial o Prof. Dr. Gilmar Ribeiro pela amizade e carinho.

Agradeço a todos os funcionários da secretaria do PPGDS, especialmente Vanessa e Ana Flávia pela presteza e carinho.

Agradeço ao Departamento de Política e Ciências Sociais da UNIMONTES pela acolhida durante o processo de Estágio Docente.

Meus eternos agradecimentos às mulheres Anita, Nísia, Rosa, Olga, Simone e Emily, pelas valiosíssimas contribuições durante a pesquisa e também pelas vezes que com tão grande esforço tiveram de mergulhar em lembranças doídas de um passado sombrio de nossa história.

Agradeço a todos os meus colegas do PPGDS, especialmente a turma do Mestrado e Doutorado 2018, (Andreia, Aurora, Carla Nadine, Deyslane, Débora, Jaqueline, João Lucas, Lays, Luana, Lucas Tibo, Luís, Martha, Thaís, Pedro, Roberto, Samira, Handerson, Fábio, Sheila, Gilberto, Gustavo, Fábio Antunes, Fabíola e Greice, pelo companheirismo, carinho e conhecimento compartilhado, em especial a colega e amiga Anne Marielle Castro de Carvalho, pela confiança, alegrias e angústias compartilhadas, e ao colega Éder de Souza Beirão pelo carinho, distração, confiança e respeito ao longo dessa jornada.

Agradeço imensamente à Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura de São João da Ponte na pessoa do secretário, André Luíz Lima de Oliveira e ao prefeito Danilo Veloso, pela compreensão e apoio quanto ao meu afastamento da função de professora para dedicar ao Mestrado e a Eucimary de Fátima Lima Maia Mendes, por todo o apoio e consideração ao longo dessa jornada.

Agradeço aos colegas do Polo UAB de São João da Ponte, especialmente Cleyde Jean Veloso e Alex Gonçalves de Souza pelo carinho, confiança e respeito e por fim aos colegas de trabalho da Escola Estadual Profª Filomena Fialho e alunos pelo carinho e respeito dispensados.

RESUMO

A partir dos anos de 1960 o Brasil viveria um período de autoritarismo político centrado na Ditadura Militar, marcada pela violação dos direitos humanos e ausência de liberdade de expressão. Diante do contexto de repressão surgiam no país os movimentos sociais, em especial o Movimento de Mulheres, que se caracterizaria como uma consequência das ações na libertação das mulheres da opressão de gênero e da opressão patriarcal, passando a questionar e, concomitantemente, desestabilizar a ordem vigente na sociedade. Desse modo, esse movimento buscou uma rede de protesto e resistência, frente aos acontecimentos vivenciados naquele período, como mortes, cassações, exílios, perseguições, dentre outros. A presente dissertação objetiva analisar o papel dos movimentos sociais femininos na região Norte Mineira no contexto da e pós Ditadura Militar, com vista a identificar de que maneira esse protagonismo tem se modificado. A metodologia adotada na dissertação foi a pesquisa bibliográfica e entrevistas semiestruturadas com algumas mulheres que vivenciaram o período da Ditadura Militar e outras que foram atores sociais importantes no período da redemocratização do país. Objetivou-se compreender como se deu o processo de articulação, formação, resistência e consolidação do Movimento de Mulheres a partir de um período marcado pela ausência de direitos. Embora não conclusiva, a presente dissertação constatou que, diferentemente de outras regiões do país, a região Norte Mineira se destacou pelas lutas voltadas às questões do trabalho, com a ajuda das Comunidades Eclesiais de Base que tiveram um papel crucial no processo de conscientização e emancipação em um período marcado pela ausência das liberdades nas mais diversas esferas da vida social.

Palavras Chave: Feminismo, Ditadura Militar, opressão, resistência, participação.

ABSTRACT

From the 1960s onwards, Brazil would experience a period of political authoritarianism centered on the Military Dictatorship, marked by the violation of human rights and the absence of freedom of expression. Faced with the context of repression, social movements emerged in the country, especially the Women's Movement, which would be characterized as a consequence of actions to liberate women from gender oppression and patriarchal oppression, starting to question and, at the same time, destabilize order prevailing in society. Thus, this movement sought a network of protest and resistance, in the face of the events experienced in that period, such as deaths, impeachments, exiles, persecutions, among others. This dissertation aims to analyze the role of female social movements in the North Mineira region in the context of and after the Military Dictatorship, in order to identify how this role has changed. The methodology adopted in the dissertation was bibliographic research and semi-structured interviews with some women who experienced the period of the Military Dictatorship and others who were important social actors during the period of redemocratization in the country. The objective was to understand how the process of articulation, formation, resistance and consolidation of the Women's Movement took place from a period marked by the absence of rights. Although not conclusive, the present dissertation found that, unlike other regions of the country, the Norte Mineira region stood out for the struggles focused on labor issues, with the help of the Ecclesial Base Communities that had a crucial role in the process of awareness and emancipation in a period marked by the absence of freedoms in the most diverse spheres of social life.

Keywords: Feminism, military dictatorship, oppression, resistance, participation.

LISTA DE ABREVIATURA

CEBs - Comunidades Eclesiais de Base

CUT - Central Única dos Trabalhadores

CPT - Comissão Pastoral da Terra

MST - Movimento dos Sem Terra

ME - Movimento Estudantil

ONU - Organização das Nações Unidas

AI - Atos Institucionais

NMS - Novos Movimentos Sociais

MFPA - Movimento Feminino pela Anistia

MPM - Movimento Popular de Mulheres

MNU - Movimento Negro Unificado

PT – Partido dos Trabalhadores

CNDM – Conselho Nacional dos Direitos da Mulher

MSTTR - Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 13

CAPÍTULO I – CARACTERIZAÇÃO HISTÓRICA SOBRE OS MOVIMENTOS SOCIAIS NO BRASIL 21

1.1 Movimentos Sociais Femininos no contexto da Ditadura Militar 27
1.2 Comunidades Eclesiais de Base 29
1.3 O Movimento Feminista e seus desafios 36
1.4 O Movimento Operário e Sindical 44
1.5 Os Movimentos Sociais num contexto internacional 46

CAPÍTULO II – A PARTICIPAÇÃO SOCIAL FEMININA NO CONTEXTO DA DITADURA MILITAR 49

2.1 A Ditadura Militar no Brasil 47
2.2 Mulheres e a Ditadura 53
2.3 Situação socioeconômica de Minas no período da Ditadura 55
2.4 A influência dos movimentos religiosos 61
2.5 Movimentos sociais e esfera produtiva em Minas Gerais 64
2.6 Mulheres e trabalho em Minas Gerais 66

CAPÍTULO III – O PAPEL DAS MULHERES NO PROCESSO DE REMECRATIZAÇÃO DO PAÍS 80

3.1 O processo de transição para democratização do Brasil 80
3.2 A participação de mulheres nos movimentos sociais femininos 87
3.3 O papel da Constituição de 1988 93
3.4 A participação das mulheres em sindicatos 95
3.5 A pauta do Movimento de Mulheres no Norte de Minas Gerais 98

CONSIDERAÇÕES FINAIS 107

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 111

ANEXOS 116

INTRODUÇÃO

As temáticas dos Movimentos Sociais em geral e dos Movimentos Sociais Femininos em particular são um tema de grande relevância dentro das Ciências Sociais. Assim, esta pesquisa se propõe a fazer uma análise sobre os movimentos femininos em dois momentos da historia brasileira: um no período da Ditadura Militar (1964-1985) – momento caracterizado por grandes repressões e perseguição, muitas vezes levando as pessoas a óbito – e o outro, o momento da abertura política caracterizado pela Democracia (1985-2018).

Em relação ao surgimento dos Movimentos Sociais, este foi impulsionado pelo movimento operário a partir da industrialização. Até o século XX, o conceito de movimentos sociais privilegiava apenas a organização e a ação dos trabalhadores em sindicatos. Entretanto, há registros de movimentos sociais no Brasil desde o primeiro século da colonização. Os mais significativos dessa época foram os movimentos indígenas e de negros[1].

A partir da década de 1960 esse conceito se amplia e assume outras nomenclaturas, como, por exemplo, Movimento dos Sem Terra – MST, ecologistas, movimentos contra a violência, contra o desemprego, defesa das minorias (étnicas, nacionais, morais e religiosas), e especialmente o movimento de mulheres, dentre outros.

Segundo Gohn (2010), "os movimentos sociais constituem-se como um dos sujeitos sócio-políticos presentes no associativismo no Brasil porque eles foram, e ainda são, as bases de muitas ações coletivas no Brasil a partir de 1970" (p. 40). Ou seja, são ações coletivas que procuram viabilizar maneiras de as pessoas se organizarem para demonstrar as suas necessidades, podendo ocorrer através de denúncia, mobilizações, marchas, concentrações, passeatas, atos de desobediência civil, entre outros.

A Ditadura Militar representou um período de autoritarismo político, de violação dos direitos humanos e censura à liberdade de expressão. É nesse cenário de repressão que surge uma série de movimentos sociais no Brasil. Oliveira (1999) afirma que existe uma violência que campeia a sociedade brasileira, em especial aquela que é produzida pelos instrumentos do

[1] Segundo Fausto (2001), Os movimentos sociais remetem ao século XVI em que grupos indígenas lutavam frente à dominação portuguesa. Naquele tempo, ocorreu a Confederação dos Tamoios (1554 e 1567), uma reunião dos chefes indígenas da região do litoral norte paulista e sul fluminense. O principal motivo dessa Confederação, que reuniu diversos caciques, foi a revolta ante a ação violenta dos portugueses contra os índios Tupinambás, causando mortes e escravidão. Quanto aos negros, as fugas individuais ou em massa, assim como as agressões e resistência sempre fizeram parte das relações entre eles e os seus senhores desde o início da escravidão.

Estado no que se refere à exclusão de segmentos da sociedade, privatização do público e anulação da política na negociação com os grupos reivindicantes.

No período militar, torturas, mortes, exílio, cassação de direitos e a censura representaram a apropriação dos corpos e do silêncio, constituindo mecanismos utilizados para invalidar a construção política. (OLIVEIRA, 1999).

Dentre os movimentos sociais que ganharam destaque enquanto consequência das ações militares durante a Ditadura no Brasil está o Movimento de Mulheres. Na década de 1970 o Movimento Feminista fomentou algumas mobilizações de resistências ao regime militar. Nesta mesma década, alguns grupos de consciência estimulados pela instituição do Dia Internacional da Mulher pela Organização das Nações Unidas (ONU) realizam, no Rio de Janeiro e em São Paulo, reuniões que resultaram na criação de Centro da Mulher Brasileira e Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira, respectivamente. (PEDRO, 2018).

Foi nesse contexto que os movimentos sociais femininos buscaram uma rede de protestos e resistências face aos acontecimentos vivenciados naquele dado momento, com mortes, cassações, exílio e perseguições. Durante a abertura política esses movimentos sociais trouxeram à tona um discurso maior acerca da participação nas lutas e pelo retorno à democracia, bem como pela garantia de direitos.

Para esses estudos dos Movimentos Sociais Femininos nos aproximamos de autores que buscaram compreender esses movimentos enquanto novos sujeitos sociais. E dentre eles buscamos, de modo particular, aqueles cuja temática já abordava as mulheres particularmente.

De que lugar estou falando quando escrevo esta dissertação? Em primeiro lugar, a elaboração da mesma se deu por conta da minha condição de mulher; é fruto das angústias como professora da rede de educação básica do Estado de Minas Gerais, mãe de três meninas e de origem humilde. É fruto, também, do fato de sempre ouvir, por parte de algumas pessoas, que a condição de mulher teria de ser sempre uma condição de subalternidade. Em segundo lugar, a minha própria condição de aluna, num primeiro momento, do Curso de Ciências Sociais, cursado no período de 1995 a 1999; posteriormente, o meu ingresso no Mestrado em Desenvolvimento Social, também pela Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES. A minha formação foi fundamental para levar-me a pensar a respeito da questão do desenvolvimento enquanto pessoa, mulher, mãe, profissional etc., e a minha

identidade, propriamente dita, de modo especial a acreditar que a partir de uma luta diária é possível promover o nosso desenvolvimento, seja ele em que contexto for.

É importante frisar que a formação social brasileira, caracterizada pela tradição patriarcal e hierarquizada, contribuiu para que as mulheres encontrassem enormes dificuldades em seu processo de organização quanto às suas reivindicações particulares. Tal situação só seria amenizada a partir da década de 1970, quando surge o Movimento Feminista Internacional. A partir de então, as mulheres brasileiras passaram a se organizar em torno de problemáticas específicas como, por exemplo, a situação da opressão, a desigualdade no mercado de trabalho e a violência de gênero.

Isto posto, essa dissertação pretende fazer alguns apontamentos acerca da relevância e da conjuntura que envolviam os principais movimentos na teoria social brasileira, em especial o Movimento de Mulheres e suas ramificações pelo país, notadamente no Norte de Minas Gerais, durante e após a Ditadura Militar. Assim, este trabalho busca entender, por meio da pesquisa bibliográfica e de entrevistas semiestruturadas, como se deu o processo de articulação, formação, resistência e consolidação do Movimento de Mulheres, a partir de um período de negação de direitos (1964-1985) e, consequentemente, o período pós Ditadura (1985-2018).

Fui impulsionada pelas seguintes inquietações: em que medida o movimento de mulheres no período da Ditadura Militar contribuiu para o fortalecimento das representações feministas no século XXI? No período da Ditadura Militar houve uma fragilidade republicana na aquisição de um espaço de interação política entre os Movimentos Sociais e o Governo na Ditadura Militar, diferentemente da realidade atual? Como a opressão do período da Ditadura Militar contribuiu para o fortalecimento ou enfraquecimento dos movimentos sociais no Brasil? Como os movimentos sociais femininos se manifestaram no Norte de Minas, especificamente na cidade de Montes Claros, e quais eram seus objetivos? E, por fim, de que maneira este movimento feminista contribuiu para o empoderamento feminino no período democrático?

Desse modo, essa dissertação tem como objetivo geral analisar o papel dos movimentos sociais femininos no contexto da e pós Ditadura Militar, com vista a identificar de que maneira esse papel tem se modificado. Delineando o objetivo geral temos os seguintes objetivos específicos: contextualizar o momento histórico e político do surgimento dos movimentos sociais e movimento de mulheres no Brasil; comparar os movimentos de

mulheres no período de Ditadura Militar com aqueles constituídos nas primeiras décadas do século XXI no Brasil; analisar a atuação do Movimento Feminista durante a Ditadura Militar (1964-1985) e como atua no período democrático (1985-2018); identificar como se dá a influência política do Estado nos movimentos sociais e nos movimentos de Mulheres e, por fim, investigar como as feministas atuavam no período constitucional.

Notas metodológicas.

Para a realização desse estudo, do ponto de vista metodológico, temos a pesquisa bibliográfica com o objetivo de promover discussões relevantes para compreensão acerca do tema abordado, e a pesquisa qualitativa, com realização de entrevistas semiestruturadas com mulheres que se destacaram nos processos de resistência, luta por reconhecimento, garantias de direitos e identidades na região norte-mineira. A técnica utilizada foi a bola de neve, uma vez que as pessoas são de difícil localização. Então, a partir do contato com as mulheres que seriam as fontes da pesquisa, outros nomes iam surgindo, que eram conhecidos comuns dessas mulheres, bem como o contato por meio das redes sociais, email, telefones e eventos científicos no âmbito da universidade.

Uma questão a ser pontuada é que mesmo com a boa vontade das mulheres entrevistadas, é difícil para elas, em função do esforço que precisavam fazer no sentido de lembrar e reviver experiências que foram marcantes em suas vidas. Para analisar e reconstruir esse período da Ditadura era necessário uma imersão em lembranças que, na maioria das vezes, eram interrompidas pelo silêncio, receio de falar, medo, talvez, e incertezas. Mas o tom da entrevistada é que produzia a diferença. A lembrança é aquilo que tem sentido para quem se lembra e que ganha significado na vida de cada uma.

Considera-se que a narrativa dessas mulheres contribui para a reconstrução de uma história pouco abordada na região Norte de Minas. O fato de nosso recorte ser a região Norte de Minas Gerais se deve ao fato de que a maior parte da história registrada sobre esse período se encontra no eixo Rio/São Paulo. E, obviamente, isso trouxe algumas implicações, como a própria dificuldade de situar a ação dessas mulheres em Minas Gerais e a ausência de bibliografias específicas que façam o recorte dessa temática em nosso Estado.

Tendo como propósito atingir os objetivos elencados anteriormente, nos debruçamos sobre a realidade da época e foram identificados os elementos que contribuíram para o

desenvolvimento dos movimentos sociais femininos no período de negação de direitos, como também no processo de redemocratização. Para isso, foi realizada, entre os meses de junho a novembro de 2019, a coleta de informações, perfazendo um total de seis mulheres entrevistadas, que passaram a fazer parte da pesquisa.

Objetivos e método dessa pesquisa

Quando iniciei este trabalho o foco centrava-se na participação das mulheres nos movimentos sociais no Norte de Minas Gerais no período da Ditadura e no período da redemocratização. Conforme a pesquisa ia se desenvolvendo, constatou-se que a maior participação das mulheres na época da Ditadura se deu por meio dos movimentos religiosos que eram articulados pelas Comunidades Eclesiais de Base, o que tornou-se, pois, a referência para a dissertação, pelo menos no período ditatorial.

As análises das experiências da atuação das mulheres nos movimentos sociais da região foram feitas através de material obtido em entrevistas com militantes em pastorais, partidos políticos e líderes de grupos que eram formados exclusivamente por mulheres, sendo elas feministas ou não, que existiram, no período da Ditadura (1964-1985), e que ainda existem, no período de redemocratização.

As primeiras informações foram colhidas de modo informal, em uma conversa não oficial, com uma das mulheres (professora universitária de muitas lutas), que se tornaria uma fonte importantíssima dessa pesquisa. Nessa oportunidade foram levantados alguns dados, cuidadosamente registrados, e que contribuíram para se chegar a outras fontes e identificar outros grupos. Para as entrevistas foi elaborado um instrumento de coleta de dados que privilegiou os dois momentos que são recortes deste trabalho.

As mulheres entrevistadas militavam em diferentes espaços, o que, de certo modo, contribuiu para trazer informações relevantes acerca das questões sociais, políticas e econômicas. Os depoimentos buscaram retratar a inserção e a trajetória das mulheres nos movimentos sociais nos quais militavam, e o significado dessa inserção para cada uma delas.

De acordo com Pádua (2000), a entrevista semiestruturada permite que o pesquisador organize um conjunto de perguntas sobre uma temática específica, de modo que, às vezes, o entrevistado fale abertamente sobre os outros assuntos que vão surgindo em decorrência do

assunto principal. Foi utilizado um gravador em todas as entrevistas, com o consentimento prévio dos entrevistados, e garantido o anonimato. As entrevistas tiveram, em média, um tempo de duração que variou de 00h40 a 01h20, mais ou menos. É importante salientar que a utilização do gravador foi crucial, pois houve a necessidade de ouvir várias vezes a fala das entrevistadas, a fim de garantir uma transcrição correta da entrevista. Todas as mulheres entrevistadas foram classificadas por pseudônimos: Emily, Anita, Nísia, Rosa, Olga e Simone[2], a fim de garantir o anonimato das colaboradoras dessa pesquisa.

O pseudônimo Nísia foi atribuído a M. J. O. R. Curiosamente, Nísia era também o pseudônimo de Dionísia Gonçalves Pinto, a primeira educadora feminista do Brasil. Além de educadora, era escritora e poetisa. Dionísia é considerada a primeira feminista brasileira e participou ativamente das campanhas em prol da abolição e da república. Nessa pesquisa, Nísia é uma mulher do lar e do ler, pois, além de ser mãe de vários filhos, foi professora e técnica em assuntos educacionais do MEC, além de diretora do GREIS (Grupo Regional de Integração Social). Ajudou a fundar o artesanato no Norte de Minas e desenvolveu seis (6) Centros de Convívio na cidade de Montes Claros, ajudando, dessa forma, não só os adolescentes, como também as mães desses meninos. Antes de ser professora e funcionária do MEC, Nísia e seu marido foram perseguidos pela Ditadura, acusados de serem comunistas. Atualmente é viúva e reside em Montes Claros - MG.

A escolha pelo pseudônimo Simone se deu em homenagem a Simone de Beauvoir, escritora francesa, intelectual, ativista política, feminista e teórica social. Ela é considerada uma das mais importantes teóricas do feminismo. Nessa pesquisa, Simone é M. C. A. D., professora aposentada, que foi militante do Movimento Estudantil, do Movimento Sindical e depois, de partido político, sendo, inclusive, uma das fundadoras do Partido Socialista Brasileiro – PSB - e presidente da sigla por várias vezes na cidade de Montes Claros – MG.

Emily é o pseudônimo utilizado para nos referirmos a R.C.A. Esse nome é uma homenagem a Emily Wilding Davison, militante do movimento das *suffragettes*, que lutavam pelo direito ao voto feminino na Inglaterra e que, diante de uma manifestação, se jogou à frente do cavalo do rei Jorge V, resultando em ferimentos que levaram à sua morte em 1913. Aqui, Emily é psicóloga social que trabalhou na Prefeitura Municipal de Montes Claros e coordenou projetos sociais do Programa Cidades de Porte Médio - convênio nacional do

[2] Os pseudônimos não foram escolhidos por acaso, pois todos eles são nomes de personagens que tiveram muita importância na História e que, de certa maneira, deixaram seu legado.

Brasil com o Banco Mundial. Participou das CEBs, da Comissão Pastoral da Terra e, em 1984, após deixar a Prefeitura, passou a coordenar a Casa de Pastoral Comunitária da Arquidiocese de Montes Claros. Foi, também, professora de Psicologia Social na antiga Fundação Norte Mineira de Ensino Superior/Unimontes.

Olga é outro pseudônimo, aqui usado em referência a M. H. M. (uma das fontes da pesquisa), e que remete a Olga Benário (1908-1942), membro do Partido Comunista de Moscou que foi enviada ao Brasil para fazer a segurança de Luiz Carlos Prestes ('O Cavaleiro da Esperança') na luta contra o fascismo, e com quem viveu um romance - reprimido pela polícia de Getúlio Vargas durante o Estado Novo. Nesta pesquisa, Olga é uma professora aposentada que leva uma vida voltada para a Igreja e os moradores do bairro onde mora. Não teve filhos, não se casou e vive cuidando dos sobrinhos. Atualmente, mora em Montes Claros.

O pseudônimo Anita refere-se, aqui, a mais uma das mulheres da pesquisa, M. B. N. Anita, por conta de Anita Garibaldi (1821-1849), exemplo de coragem e dedicação. É conhecida por seu envolvimento direto na Revolução Farroupilha e no processo de unificação da Itália. Uma mulher à frente de seu tempo, considerada "*Heroína dos dois mundos*". Nesta dissertação o nome Anita diz respeito a uma psicóloga e professora universitária aposentada, que trabalhou por muitos anos à frente da Casa de Pastoral, integrando a equipe das Comunidades Eclesiais de Base que desenvolviam projetos na região junto às comunidades rurais.

Por fim, Rosa é o pseudônimo usado para referir-se à última das mulheres entrevistadas, e faz menção à filósofa e economista marxista Rosa Luxemburgo, que se tornou conhecida no mundo todo por sua militância revolucionária em relação à social democracia, tanto na Polônia quanto na Alemanha. Nessa pesquisa, Rosa refere-se a M. B. I., socióloga e militante do movimento estudantil e do Movimento Feminista a partir do final da década de 1980. Atualmente faz parte do Movimento de Mulheres da União Popular de Mulheres de Montes Claros e é ligada ao Partido Comunista Brasileiro.

A fim de garantir os objetivos propostos, esta dissertação está estruturada da seguinte maneira: no primeiro capítulo buscou-se traçar um recorte teórico a partir das contribuições do estudo sobre os Movimentos Sociais. Para isso, com base em Gohn (2010), referência brasileira sobre essa temática, tentaremos mostrar outras abordagens para o mesmo assunto.

Nesse sentido, trabalhei com outros autores que se ocupam dessas questões e se articulam com a luta pela participação dos Movimentos Sociais em curso, hoje, no país.

No segundo capítulo foi feita toda uma contextualização da Ditadura Militar no Brasil, bem como das ações dos militares a partir dos Atos Institucionais, da repressão, do uso da força, da tortura, da negação de direitos, da ausência de liberdade, da anulação da fala e de como, nesse cenário, surgiram os movimentos sociais, em especial o Movimento de Mulheres - fazendo toda uma mobilização para que seus desejos e reivindicações fossem atendidos diante de tal realidade econômica, política e social. Assim, ao tratar da participação das mulheres nos movimentos sociais, discutimos acerca dessa participação no Brasil e na região norte-mineira, bem como a especificidade dessas mulheres à frente desses movimentos. Isso foi possível a partir da abordagem teórica em relação ao tema e de uma articulação com a fala das entrevistadas.

O terceiro e último capítulo destinou-se aos Movimentos Sociais Femininos no Norte de Minas Gerais, no período da redemocratização do país, dando ênfase à participação das mulheres em sindicatos e à pauta do movimento de mulheres da região, sendo analisado o papel feminino a partir dos depoimentos das entrevistadas acerca da atuação das mesmas no período pós Ditadura. Tentou-se, também, perceber algum elemento comum nos dois períodos analisados, assim como alguma diferença que pudesse, de certa forma, estar associada a outras características apresentadas em outros lugares do país no mesmo período de tempo e como esses movimentos se organizaram, dentro do regime democrático, no sentido da conquista de direitos, do reconhecimento e da própria transformação social das suas realidades.

Por fim, nas considerações finais, foram retomados os pressupostos que nortearam essa pesquisa.

CAPÍTULO I
CARACTERIZAÇÃO HISTÓRICA SOBRE OS MOVIMENTOS SOCIAIS NO BRASIL

Segundo Gohn (2010), "os movimentos sociais constituem-se como um dos sujeitos sócio-políticos presentes no associativismo no Brasil porque eles foram, e ainda são, as bases de muitas ações coletivas no Brasil a partir de 1970" (GOHN, 2010, p. 40). Ou seja, são ações coletivas que procuram viabilizar maneiras de as pessoas se organizarem para demonstrar as suas necessidades, podendo ocorrer através de denúncia, mobilizações, marchas, concentrações, passeatas, atos de desobediência civil, entre outros.

Na perspectiva da autora, é por meio de associativismo e interesses comuns que os movimentos sociais têm promovido mudanças diversas e contribuído para o surgimento de outras formas de organizações. Ainda de acordo com Gohn (2014), "a preocupação com as redes sociais e digitais leva às abordagens que as tomam como processos em andamento e busca construir metodologias para captar as conexões entre o global e o local, suas interações cognitivas a partir de rastros dados pela comunicação e mídias digitais" (GOHN; BRINGEL, 2014, p. 25). E é no processo de consolidação das lutas que as identidades vão se definindo.

Ao teorizar sobre os movimentos sociais, Touraine (1997) buscou um modelo baseado na ênfase ao campo cultural, preocupando-se com o surgimento de novas identidades, sua organização e espaço de conflito. Para ele, os movimentos sociais buscam demonstrar a existência de um conflito central no interior de cada grupo social, que leva um sujeito à luta - seja contra o mercado, as técnicas ou contra os poderes autoritários[3].

Isto posto, esse capítulo tem como objetivo fazer uma reflexão sobre o conceito de movimentos sociais, com alguns apontamentos acerca da relevância e da conjuntura que envolviam os principais movimentos surgidos no Brasil no contexto da Ditadura Militar – momento histórico em que houve repressão, por parte dos governos militares, a toda forma de organização e de participação social. Objetiva ainda refletir sobre os movimentos femininos[4].

Durante o século XVIII, os movimentos sociais tinham em comum alguns pontos como, por exemplo, a luta contra o sistema colonial, em que se destacavam a liberdade e,

[3]Para Touraine (1997), existe, sim, "*na nossa sociedade pós-industrial, programada, informacional ou qualquer que seja o nome que lhe damos um conflito central e, mais precisamente, um acto central que luta por um objetivo de importância central*". (TOURAINE, 1997. p. 127)

[4] Embora o surgimento do Movimento Feminista seja datado do final do século XIX, no período da Ditadura Militar ele passava pela chamada Segunda Onda, cujas principais reivindicações eram liberdade de expressão, controle do corpo pelas mulheres, defesa do aborto, entre outras.

especialmente, a liberdade de comércio. Podemos mencionar, aqui, a Conjuração Mineira e a Conjuração Baiana. Embora esses dois movimentos tivessem semelhanças, também tinham diferenças cruciais, principalmente no tocante a sua composição social.

Nota-se, num voo pela História do Brasil, que não havia um projeto político-social por parte dos movimentos, já que era prática comum o uso das traições e delações. No século XIX não havia, segundo Gohn (2003), movimentos que fossem dotados de certa clareza e politização, o que permitiu que os grupos mais baixos da sociedade fossem reprimidos, embora as lutas desse período tenham contribuído para o processo de construção da cidadania no país. Nesse sentido,

> as principais características das lutas e movimentos sociais do período são: eram motins caóticos, faltava-lhes projetos bem delineados ou estavam fora do lugar, importados de outros países, as reivindicações básicas giravam em torno da construção de espaços nacionais, no mercado de trabalho, nas legislações, no poder político, etc. A escravidão não era uma questão a ser tratada ou eliminada em grande parte dos movimentos, isto porque não se questionava a estrutura de produção existente, mas o modo como ela estava organizada, privilegiando apenas as elites ligadas aos interesses da coroa. (GOHN, 2003. p. 23)

Entre os anos de 1873 e 1875 tivemos no Brasil o Movimento contra o recrutamento militar, que era uma espécie de punição, já que quem era recrutado se tornava candidato à morte nas guerras em que o país se envolvia. Este movimento é lembrado aqui porque contou com a participação das mulheres, sendo um dos pioneiros no que se refere ao movimento de mulheres no Brasil, embora ainda não por causas femininas.

Também merece destacar nesse período o Movimento Abolicionista, que foi uma luta dos escravos contra todo aquele sistema de opressão e exploração em que viviam - uma luta difícil, com avanços e retrocessos, que abrangia desde leis que foram criadas até mesmo a vivência entre seus senhores e feitores. Este movimento contou com a colaboração de políticos e intelectuais da época e foi consagrado com a Lei Áurea, que "libertou" os escravos - embora não os tenham inserido de modo digno no mercado de trabalho e meio social.

No início da Primeira República tínhamos no Brasil um cenário crítico de pobreza e epidemias, como febre amarela, varíola, peste bubônica e surtos de gripe. Diante dessa realidade, e no começo do século XX, os movimentos assumiram um caráter mais urbano, voltados a questões como salário, trabalho, moradia, educação, meio ambiente, movimentos de raça, gênero, mudança de regime político, lutas cívicas, fim da violência, dentre outros. Assim, a discussão em torno dos movimentos sociais urbanos é datada da década de 1970, segundo Jacobi (1987).

Já a partir de 1945, com o fim do Estado Novo, assiste-se a uma mudança no cenário brasileiro que se deu com o processo de redemocratização, marcado pela volta da disputa partidária, multiplicação de sindicatos e movimentos sociais em diversos lugares do país, com uma gama de reivindicações que, entre outras, incluía as reformas de base e políticas voltadas para o grande número de pessoas que saíram do campo em direção às cidades.

Nesse contexto tivemos, de 1945 a 1964, um período caracterizado pela intervenção do Estado na economia, cujo objetivo era a acumulação de capital, merecendo destaque as indústrias de bens de capital. E isso se processou com a realização de grandes obras, como as rodovias, siderurgias, usinas, dentre outras. Do ponto de vista social, o Estado adotou políticas clientelistas (o voto por melhores condições de vida), visando atender o contingente populacional que tinha se deslocado do campo para a cidade.

A conjuntura da Guerra Fria e a reinserção brasileira na nova ordem mundial contribuíram para a expansão dos movimentos sociais, uma vez que o interesse do grande capital não era apenas as riquezas naturais, mas especialmente a mão de obra barata existente na área urbana. Esse período é visto como um dos mais importantes no que diz respeito às mobilizações, com destaque para as greves dos operários. (GOHN, 2003)

Já o período que vai de 1964 a 1974 foi marcado pela resistência durante a Ditadura. Diante do cenário de perseguições, prisões e torturas, alianças entre o capital estrangeiro e a classe empresarial nacional, vários movimentos de protestos ocorreram no Brasil. Um exemplo desses movimentos foi o ME – Movimento Estudantil -, que representou não só os estudantes, mas a população de modo geral - já que os estudantes tinham sido eleitos pela conjuntura internacional como os novos atores das lutas sociais. Também destacaram-se as CEBs (Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica) - tema que será melhor detalhado à frente -, que também passou a lutar nas áreas rural e urbana contra as injustiças sociais.

No decorrer dos anos 1970, um outro movimento importante chama a atenção. Trata-se do Movimento do Custo de Vida, existente em São Paulo e outras capitais brasileiras. O mesmo foi um articulador de diversos outros movimentos que haviam se desestruturado pela Ditadura por causa do Ato Institucional nº 5 – AI-5[5]. E este movimento, anos mais tarde, mudaria de nome, passando a se chamar Movimento de Luta Contra a Carestia.

[5] O AI-5 foi o Ato Institucional de número 5 criado pela Ditadura Militar, no governo de Costa e Silva (1967-1969), que suspendeu a garantia do habeas corpus aos acusados de crimes e infrações contra a ordem social e econômica. "A partir do AI-5, o núcleo militar do poder concentrou-se na chamada comunidade de informações, isto é, naquelas figuras que estavam no comando dos órgãos de vigilância e repressão. Abriu-se um novo ciclo de cassação de mandatos, perda de direitos políticos e expurgos no funcionalismo, abrangendo muitos

A partir de 1975, temos uma série de lutas pela redemocratização do Brasil, que consistiria não só na resistência, mas no enfrentamento ao regime instalado. A crise econômica que se processava, juntamente com a inflação, contribuiu para um novo cenário de lutas e pela retomada da democracia, fato ocorrido somente em 1985, com o fim da Ditadura. Entretanto, com a esperança restabelecida e uma conscientização maior da sociedade, novos atores entraram em cena a fim de promover uma transformação social.

Um desses atores, o Movimento Feminista, assumiu uma nova configuração, pautada na afirmação da valorização da própria vida e do corpo. Nesse momento, várias temáticas compuseram a pauta dos debates, como a questão do aborto, a liberdade sexual, o modelo patriarcal de família – no qual, após o casamento, a mulher perderia os direitos civis -, enfim, foram temas relevantes que contribuíram para o Movimento Feminista mundo afora, e que, de certo modo, têm se transformado em um desafio constante no processo de luta no que diz respeito aos interesses femininos e até mesmo a uma transformação da sociedade.

Por outro lado, o ME passaria a desempenhar, a partir de 1977, um importante papel por meio de suas ações, que foram duramente reprimidas pela Ditadura - uma vez que bombas foram jogadas contra seus militantes. Essa postura dos órgãos de repressão fez aumentar o sentimento de indignação por parte da sociedade em relação ao governo, que já demonstrava sinais de insustentabilidade, notadamente em relação ao campo econômico.

Nesta perspectiva, o empobrecimento da população fez com que muitas mulheres buscassem trabalho fora de casa, o que fez surgir uma demanda muito grande por creches. Assim, em 1979, tivemos o início do Movimento de Lutas por Creches em capitais como São Paulo e Belo Horizonte.

> Em São Paulo a Luta por Creche levou o Estado, por meio de ações da Prefeitura Municipal, a expandir a rede de creches públicas, então com 4 unidades apenas, para um plano de 500 unidades. Esse plano foi executado a partir de 1980, chegando a completar-se ao final da década, quando a demanda já se havia multiplicado várias vezes e a Prefeitura já havia passado por quatro gestões distintas, com políticas também distintas. (GOHN, 2003, p. 120)

No que concerne às referências aos movimentos sociais no país, não poderíamos deixar de mencionar o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), criado em 1979, em Santa Catarina, visto que o mesmo se transformou numa importante frente de luta na conquista pela terra e contou com auxílio de pastorais da Igreja Católica.

---

professores universitários. Estabeleceu-se na prática a censura aos meios de comunicação; a tortura passou a fazer parte integrante dos métodos de governo." (FAUSTO, 2001, p. 480).

Os movimentos sociais tornaram-se mais intensos a partir da década de 80, dada a conjuntura política e ampliação dos problemas sociais, e passaram a ser divulgados pelos meios de comunicação de massa. As eleições para governadores dos Estados em 1982, e a luta pelas Diretas Já, em 1984, sinalizavam uma nova era rumo à democracia, e diversos movimentos sociais se fizeram presentes em todo o país, como os movimentos de

> Mulheres, negros, crianças, meio ambiente, saúde, transporte, moradia, estudantes, idosos, aposentados, desempregados, ambulantes, escolas, creche, etc., todos em seu conjunto revelaram a face de sujeitos até então ocultos ou com as vozes sufocadas nas últimas décadas. (GOHN, 2003, p. 126).

Durante os anos 70 e 80, os movimentos sociais se transformaram consideravelmente, já que alguns entraram em crise por conta da militância, da mobilização ou até mesmo da participação nas atividades do grupo. Nesse contexto, roubam a cena casos de corrupção e violência que promoveram reações de ordem moral.

Nesse mesmo período, as Organizações Não Governamentais – ONGs - apoiavam os movimentos sociais e também atuavam na luta contra a Ditadura Militar e pela redemocratização do país. Para Gohn (2003), as ONGs eram o suporte dos movimentos, uma vez que ajudavam na organização e estrutura dos mesmos. Em alguns casos, como no das questões indígenas, por exemplo, as ONGs são os meios mais eficazes para levarem suas demandas e protestos mundo afora.

Ao aprofundar os estudos sobre os movimentos sociais no Brasil nota-se que, entre os anos 1980 e 1990, ocorre um interesse dos pesquisadores pela emergência dos novos atores sociais no processo de lutas em prol da democratização do país. Neste sentido, Krischke (2003) aponta que "a Constituição de 1988 possibilitou o reconhecimento jurídico de novos atores sindicais, movimentos de bairro, de consumidores, ecológicos, feministas e minorias étnico-culturais que convergiram com outras correntes que buscavam construir a democracia a partir dos movimentos populares". (KRISCHKE, 2003, p. 34).

Quando se observa a temática dos movimentos sociais urbanos, nota-se que elas referem-se basicamente ao papel do Estado e às desigualdades urbanas, que contribuem para uma relação de oposição entre as classes populares e o Estado. É importante salientar, também, que não somente na América Latina, mas em especial no Brasil, existe uma luta por redistribuição de bens coletivos que são voltados a melhores condições de vida das pessoas.

Nessa perspectiva, muitos movimentos estão associados às carências urbanas e à exclusão dos indivíduos, como por exemplo, as questões relacionadas à saúde, creches,

transporte, habitação, terra, água, etc. Um ponto observado nesses movimentos diz respeito à igualdade, uma vez que os atores envolvidos pertencem a uma coletividade de iguais, e há uma valorização da participação de todos, bem como o reconhecimento de cada um.

Por outro lado, as CEBs contribuíram, de forma significativa, para o surgimento de diversos movimentos sociais no país, e isso promoveu, de certo modo, um conjunto de transformações que se efetivaram no mundo das lutas populares - o que influenciou a construção da consciência crítica entre as camadas populares.

Para Jacobi (1987), a ênfase dos movimentos sociais durante esse período centrou-se no caráter autoritário do Estado e na repressão. Mesmo com o Estado executando uma postura autoritária, é necessária alguma forma de inter-relação com a população ao implementar as chamadas políticas sociais, já que alguns problemas, para serem solucionados, precisam da atuação estatal.

Já na década de 90 temos uma diversificação do cenário e as ONGs entram em crise, surgindo, devido a isso, entidades do chamado terceiro setor ligadas a empresas e fundações. Entretanto, o processo de intervenção fez com que as ONGs se transformassem em novos protagonistas, exercendo uma postura mais dinâmica numa perspectiva de produção de conhecimento.

Ao analisar os movimentos sociais, percebe-se a importância da participação das pessoas, mas não uma participação qualquer, e sim, uma atuação que promova mudança e, consequentemente, uma transformação social. Para Gohn (2005), a habilidade de estabelecer contato e realizar alianças entre as redes, bem como outros atos voltados para o agir político, tem contribuído para transformar os atores em sujeitos, e é nesse processo que nota-se a proposta de cada grupo.

Portanto, ainda de acordo com Gohn (2005), uma sociedade só será democrática se tiver participação, embora não haja mudanças na sociedade somente com a participação num "plano micro". No entanto, é a partir desse plano que mudanças ocorrem e uma transformação social é processada.

Existe, no Brasil, uma produção bastante significativa sobre os movimentos sociais e especialmente os movimentos urbanos, os quais demonstram que as contradições existentes na esfera urbana contribuem para a oposição entre as classes populares e o Estado, e

> Não se pode desconsiderar o fato de que a maioria dos movimentos urbanos na América Latina, e especificamente no Brasil, traduzem uma luta pela redistribuição dos meios de consumo coletivo. Tendo como base social uma população proletária ou proletarizada, estes

> movimentos têm como horizonte de ação reivindicações vinculadas à melhoria das condições de vida. Em sua grande maioria, os movimentos sociais urbanos estão relacionados com a deterioração e a precariedade das condições reprodutivas, em suas dimensões cotidianas. (JACOBI, 1987, p. 21)

Embora haja uma preocupação dos estudiosos com relação aos contextos econômico, social, político e cultural vivenciados pelas camadas populares, observa-se que foi durante as experiências autoritárias e repressivas do Estado - ocorridas não somente no Brasil, mas em outros países da América Latina, como Argentina, Chile, Peru, Bolívia e Uruguai - que concentra-se a maior parte dos estudos sobre os movimentos sociais.

Com o fim da Ditadura, marcado pela opressão, desarticulação e certo imobilismo da sociedade, um novo cenário foi se apresentando e começaram a surgir os chamados "novos movimentos sociais" (NMS), embora eles tenham começado a se articular a partir de 1970, em diferentes localidades.

> Os NMS apresentam, todavia, suas especificidades dependendo das situações estruturais e conjunturais onde se organizam. O seu significado político e social terá, portanto, que ver com as relações que estabelecem com estas condições socialmente dadas. Mesmo num único país, no caso o Brasil, estes NMS tem apresentado diferenciações regionais a serem consideradas e graus de desenvolvimento distinto. (SCHERER-WARREN, 1986, p. 4)

Neste sentido, sem desprezar a importância dos movimentos sociais em uma esfera macro, é que se pretende fazer uma abordagem acerca do movimento de mulheres no Brasil, em especial no Norte de Minas Gerais, que é um lugar marcado ainda por relações patriarcais, pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e o Movimento Feminista, que tem se mostrado contrário a todas as formas de violência, tanto individual quanto coletiva.

Diante desse contexto, a Igreja exerceu um protagonismo crucial de modo a estimular as formas comunitárias de organização social, valorizando as relações interpessoais, as formas de solidariedade, assim como os mecanismos de ajuda ao próximo - o que, de certo modo, contraria os princípios do capitalismo, voltados ao individualismo.

1.1 Os Movimentos Sociais Femininos no Contexto da Ditadura

O crescimento do capitalismo industrial no Brasil contribuiu de modo significativo para uma mudança de papeis e ocupações sociais por parte das mulheres e isso desencadeou

uma alteração da postura feminina. A influência dos modelos europeus, notadamente o francês e o inglês, fez com que as mulheres buscassem outros espaços além da casa, e assim elas foram assumindo postos de trabalho nas fábricas e nas indústrias, construindo novas estruturas de interação na sociedade. Obviamente que esse contexto foi de extrema importância para que essas mulheres tomassem consciência de sua realidade e fossem as protagonistas da sua mudança, de modo a configurar uma busca de identidade.

O surgimento dos Movimentos Sociais Femininos no contexto da Ditadura vincula-se a uma conjuntura do Feminismo de Segunda Onda que emergiu na América Latina durante a década de 1970, e que fora, também influenciado pelo movimento norte-americano e francês, assim como pela Declaração da Década da Mulher - ocorrida entre os anos de 1975 e 1985 – por parte da ONU.

É importante ressaltar que, mesmo antes da década de 1970, já existia no Brasil movimentos de mulheres, tanto das que eram contra como das que eram a favor da Ditadura (caso por exemplo, das Marchadeiras)[6]. Entretanto, é a partir da década de 1970 que temos uma atuação mais presente desses movimentos. Um meio utilizado para a divulgação do movimento feminista foram os periódicos, especialmente o *Brasil Mulher*[7], que era utilizado na periferia e nos chamados grupos de consciência. Esse periódico continha relatos que sinalizavam suas militantes como sendo mulheres brancas e de classe média e que tinham certa experiência política. Uma dessas mulheres foi Maria Amélia de Almeida Teles, a Amelinha, que em entrevista a Joana Maria Pedro, em 24/08/2005, relatou que não só distribuía, como também debatia com 18 clubes de mães. Desse modo,

> o jornal servia como passaporte do movimento feminista para atuação nos meios populares. Em alguns casos era usado como equipamento didático para aquilo que as militantes consideravam ser um processo de "conscientização da mulher". Muitos dos clubes de mães foram fundados com o apoio da Igreja Católica, que os incentivava e oferecia muitas vezes espaços para as reuniões. (MARQUES, 2011, p. 199)

[6]"Marchadeiras" era uma expressão utilizada para se referir às milhares de mulheres que saíram às ruas na defesa das forças da direita, o que engrossou a Marcha com Deus pela Família e a Liberdade. (TELES, 2003. p. 53)

[7] Periódico Feminista circulado entre os anos de 1975 a 1985.

Nesse sentido, o jornal Brasil Mulher era discutido por um grupo de mulheres que depois se tornaram feministas, ou que reivindicaram para si o feminismo. E, à medida que a Ditadura avançava com as perseguições, torturas, assassinatos e desaparecimentos, um grupo de mães foi à luta diante das autoridades para saber do paradeiro dos seus entes queridos, como, por exemplo, Zuzu Angel, cujo filho foi morto pela Ditadura no ano de 1973.

1.1.2 As Comunidades Eclesiais de Base

Entre os anos de 1962 e1965 ocorreu o Concílio Ecumênico Vaticano II, que havia sido convocado pelo papa da época, João XXIII - considerado por alguns como o papa da modernidade, por idealizar uma nova era da Igreja. Esse Concílio chamou a atenção para temas frágeis e, ao fazer isso, fez com que a Igreja olhasse de modo diferente para o que a modernidade apresentava até aquele momento. Como consequência desse Concílio, e em função do pouco espaço para debates de problemas mais regionalizados, ocorreu a II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano (CELAM)[8], em 1968, que teve como objetivo a compreensão da realidade social, econômica, política e eclesial latino-americana.

As Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) eram organizadas socialmente por pessoas ligadas à Igreja, como sacerdotes, freiras e leigos treinados, que motivavam os grupos de baixa renda a participar nos movimentos populares, e sua atuação contribuiu, de certo modo, para a superação das relações autoritárias vivenciadas pela população de baixa renda - uma vez que sua abordagem estava voltada a valores como, por exemplo, o respeito mútuo, a autoestima, tolerância, entre outros, que foram fundamentais no sentido de uma motivação necessária em relação ao processo de democratização do país. Sobre a criação das CEBs, uma entrevistada (Olga), que havia sido professora nos anos iniciais, professora de catequese e militante de movimentos sociais, especialmente religiosos, nos diz:

> **A gente conhecia a realidade de Montes Claros, na verdade, do Brasil. Conhecia como estava a vida do povo, falava das escolas, na época da Ditadura, que era uma coisa bem silenciosa, e depois com o Vaticano II que começou esse trabalho. Porque o Vaticano**

[8]O CELAM é um organismo de comunhão, reflexão, colaboração e serviço como sinal e instrumento de afeto colegial em perfeita comunhão com a Igreja universal e com a sua cabeça visível, o Romano Pontífice. Esse órgão foi criado no ano de 1955 e tem como objetivo uma animação e ajuda na reflexão e ação pastoral da Igreja na América Latina e no Caribe. Disponível em http://www.celam.org/quienes_somos.php - Acesso em 16/07/2019.

> **II veio para dar uma reformulada, porque até então a Igreja era de costa para o povo. A partir disso aí foi que surgiu essa questão das Comunidades Eclesiais, depois que a Igreja percebeu que estava longe da realidade do povo e que tinha talvez essa missão, não é nem obrigação, é missão mesmo, de ajudar o povo a crescer e enxergar melhor os seus problemas. A partir do Vaticano II a Igreja começou a estudar uma presença maior ao lado do povo, das questões indígenas. (Olga, 64 anos, professora aposentada)**

Percebe-se pela fala de Olga, a importância do Vaticano II no direcionamento da atuação da Igreja e como que a mudança dessa postura, juntamente com o conhecimento da realidade local, contribuíram para o surgimento das Comunidades Eclesiais de Base e consequentemente proporcionou uma aproximação maior entre a Igreja e seus fieis.

Durante os anos 1980, o Brasil passou por um processo de democratização que contou com uma importante influência da Igreja Católica, a qual contribuiu para "a formação de cerca de 80.000 comunidades locais entre a população de baixa renda (trabalhadores do campo e da cidade)", (KRISCHKE, 2003, p. 199), que se encontravam toda semana ou quinzenalmente para uma série de debates e reflexões. À luz da Bíblia, eram debatidos problemas do cotidiano das pessoas e reflexões eram feitas no sentido de encontrar alternativas para solucionar tais obstáculos. Ainda de acordo com Olga,

> **Foi o Vaticano II que fomentou, que disse estar na hora de sair fora do escritório e era lá nos encontros das CEBs que a gente refletia tudo isso, como que as pessoas, as escolas longínquas, né! que ajudavam que até ficavam lá às escondidas, faziam e tal, eles até criaram o próprio meio de comunicação para poder ir levantando essa questão que o próprio Vaticano II propôs. E os bispos, a partir daí, mais próximos e a Igreja como um todo né! É lógico que a Igreja tinha mais esse olhar mais libertador. Porque na época, você até desculpa eu falar assim, mas hoje a gente até pode falar, é mais tranquilo, porque na época da renovação carismática era para vigiar mesmo. Era bem pesado. (Olga, 64 anos, professora aposentada).**

Havia uma situação de angústia, de problemas e incertezas quanto ao cenário social, econômico e político do país, em que as pessoas não tinham liberdades para se expressar e também não havia, pelo menos por parte de uma parcela da sociedade, uma perspectiva de progresso. Desse modo, a Igreja, por meio das CEBs, passa a exercer um protagonismo de

fundamental importância. Como disse Olga, em função desse olhar libertador que a Igreja tinha é que foi possível fazer a diferença em meio ao cenário opressor que se vivenciava no país, embora houvesse o receio de se expressar a cerca de determinados assuntos.

Entretanto, a expansão das CEBs se deu na década de 1970, momento do surgimento de outras formas de organização, tanto no campo quanto nas cidades, e as CEBs faziam dura oposição à Ditadura Militar, bem como às diversas formas de exclusão social e política que eram praticadas no Brasil. A reforma pela qual passava a Igreja nessa época contribuiu para os processos de democratização, não só social e cultural, mas também, política.

Para Krischke (2003), o papel das CEBs foi de fundamental importância no que diz respeito às relações entre Igreja e comunidades, pois "nessa linha, seria possível sugerir que as CEBs modernizam a Igreja e a sociedade, ao motivarem seus participantes para que superem a sujeição tradicional, numa busca por novos valores de participação, iniciativa, auto-estima e respeito mútuo." (KRISCHKE, 2003, p. 202).

Nesse sentido, percebe-se que as CEBs, ao realizarem a reforma religiosa pelos mais diversos lugares do país, acabaram promovendo uma interação entre os indivíduos, que, além de debaterem questões religiosas, também puderam refletir sobre outras situações do seu cotidiano nas esferas social, cultural, econômica e, especialmente, política. Dessa maneira, foram estabelecidos entre esses indivíduos laços de afinidade e solidariedade que seriam cruciais dentro do contexto da Ditadura Militar, já que existia uma privação da liberdade nesse período.

Entretanto, foi a Igreja a grande articuladora entre os grupos populares, visto que a mesma buscou, no nível das bases, uma estrutura para o que se chamou de "Igreja renovada", e ao mesmo tempo, contribuiu para o desenvolvimento de novos atores, tanto do ponto de vista social quanto do político - no que se refere à constituição dos novos movimentos, sejam eles de bairro, partidos ou de outra natureza. O fato é que o "Clube de Mães", fundado pela Igreja, se tornou uma resistência às políticas assistencialistas da época da Ditadura. Tal clube era organizado em associações que buscavam participação, confiança e solidariedade entre seus pares.

Nesse sentido, podemos afirmar que existiu entre esses movimentos uma espécie de capital social, termo utilizado por Robert Putnam (2002) para designar a ideia de que esse capital geralmente se constitui em um bem público, já que "não é propriedade particular de nenhuma das pessoas que dele se beneficiam" (PUTNAM, 2002, p. 180). Ele ainda pontua que o componente básico do capital social é a confiança.

> Os estoques de capital social, como confiança, normas e sistemas de participação, tendem a ser cumulativos e a reforçar-se mutuamente. Os círculos virtuosos redundam em equilíbrios sociais com elevados níveis de cooperação, confiança, reciprocidade, civismo e bem-estar coletivo. Eis as características que definem a comunidade cívica. Por outro lado, a inexistência dessas características na comunidade não cívica também é algo que tende a auto-reforçar-se. A deserção, a desconfiança, a omissão, a exploração, o isolamento, a desordem e a estagnação intensificam-se reciprocamente num miasma sufocante de círculos viciosos. (PUTNAM, 2002, p. 186-187)

Nesse contexto, podemos pensar nos integrantes dos movimentos sociais, que lutam por determinados objetivos e cujas relações se dão na base da cooperação, confiança, interesses e solidariedade, uma vez que, a partir do momento em que conquistarem determinadas demandas, todos aqueles participantes serão beneficiados.

Para Krischke (2003), a experiência das comunidades contribuiu, dentre outras coisas, para a redução da queda de mortalidade infantil e a diminuição da repetência e evasão escolar, pois como havia a presença dos moradores nas cooperativas, organizadas também pela CEBS, então ficou mais interessante o processo de acompanhamento das mesmas.

A Igreja promoveu uma rede de organização nos bairros que colaborou para o surgimento de outros movimentos que levavam em consideração as prioridades das pessoas e isso, de certo modo, refletiu na motivação e na consciência para uma atuação democrática dos indivíduos na própria organização da vida em comunidade. E o papel exercido por esses indivíduos buscava, de certa forma, uma sociedade transformadora, que teve, na reforma da Igreja, o estímulo para seu desenvolvimento.

Krischke (2003) aponta que existia nas CEBs um “imperialismo do falar”, que era notado em todas as regiões e marcado por um discurso “centralista, vertical e piramidal”, que excluía a maioria dos participantes. Entretanto, essa realidade foi substituída pelo “ouvir democrático”, valorizando a participação de cada um, o que possibilitou aos indivíduos dizer a sua palavra. Desse modo, observamos uma relação de horizontalidade nas relações interpessoais.

> E as CEBs tornam-se, assim um recurso extremamente valioso para a igreja e para a sociedade brasileira, como “ilhas” de restauração da convivência, da afetividade e da solidariedade humana, em meio à opressão, ao individualismo, ao isolamento e à miséria que pesam sobre os trabalhadores nesta sociedade. (KRISCHKE, 2003, p. 224)

Ao estudar sobre a CEBs, observamos que esse “ouvir democrático” contribuiu de modo extremamente relevante para o despertar de outras situações que eram vivenciadas no dia a dia dos indivíduos, como situações de dominação social e submissão às mais diversas formas de autoridade. E é nesse momento que as CEBs começam a sofrer oposição de grupos conservadores não só da Igreja, mas da sociedade em geral, porque o “agir comunicativo” levava, consequentemente, à participação democrática, já que o processo de ressocialização das CEBs influenciava de maneira positiva o comportamento social e político dos indivíduos, não só nas cidades, mas também no campo.

Nos últimos anos do século XX os movimentos que se fizeram presentes por meio das chamadas Comunidades de Base puderam contar com uma participação mais efetiva de mulheres, que reivindicavam melhorias na saúde, serviços de transportes urbanos, creches, custo de vida, dentre outras.

Segundo Singer e Brant (1983), as mulheres que não trabalhavam fora de casa tinham um tempo livre após as tarefas domésticas, e as Comunidades Eclesiais de Base souberam reunir essas mulheres nos chamados Clubes de Mães, onde eram feitas diversas atividades, como corte e costura, demais cursos e discussões. É importante pontuar, aqui, que as mulheres que faziam parte do Clube de Mães se encontram com o movimento feminista - que teve outra formação e era bem diferente, uma vez que foi constituído, na maioria das vezes, por mulheres de classe média e de formação universitária.

À luz da história, sabemos que foi no final do século XIX que surgiram as primeiras manifestações do feminismo no Brasil, concomitante ao movimento em prol da abolição da escravatura. No início do século XX ocorre uma série de transformações sociais que contribuíram para que as mulheres trabalhassem foram de casa, especialmente aquelas pertencentes à classe média, que sempre desempenharam o papel de mãe e esposa. Enquanto que as mulheres mais pobres, desprovidas de privilégios, sempre atuavam em alguma etapa da produção, seja como camponesas, artesãs ou operárias. (SINGER; BRANT, 1983).

Entretanto, em função dessas transformações e no contexto da primeira onda do feminismo, surgem diversas oportunidades de emprego, principalmente para aquelas pessoas que tivessem um elevado grau de instrução, pois embora a indústria brasileira se desenvolvesse ainda de forma tímida, ela já contava com a participação das mulheres nas fábricas. Eram costureiras e chapeleiras que já faziam a diferença naquela época, visto que, por meio dos manifestos, elas denunciavam as condições em que se encontravam.

Nesse sentido, Singer diz que “em 1917, entrou no serviço público a primeira mulher”, (1983. p. 11), e por ocasião dessa época, novos espaços foram ocupados pelas mulheres, como, por exemplo, as carreiras universitárias, as atividades na imprensa, trabalhos artísticos, dentre outros, o que contribuiu para promover uma nova faceta dos movimentos femininos. Antes de falarmos sobre esses movimentos, é interessante pontuarmos as diferenças entre movimento de mulheres e movimento feminista. Para Teles,

> a expressão ‘movimento de mulheres’ significa ações organizadas de grupos que reivindicam direitos ou melhores condições de vida e trabalho. Quanto ao ‘movimento feminista’, refere-se às ações de mulheres dispostas a combater a discriminação e a subalternidade das mulheres e que buscam criar meios para que as próprias mulheres sejam protagonistas de sua vida e história. (TELES, 2003, p. 12)

Então, a partir dessa diferenciação feita por Teles acerca do Movimento de Mulheres e do Movimento Feminista fica mais fácil compreender as práticas e defesa de cada um deles, uma vez que, para algumas pessoas, esses movimentos tinham as mesmas bandeiras, não sabendo diferenciá-los.

Desde o Brasil colônia podemos notar o tipo de sociedade que aqui se formou. Inicialmente dominada por Portugal, sem nenhuma autonomia e depois organizada sob o formato patriarcal, cabiam apenas aos homens as decisões e privilégios, enquanto às mulheres só restava o papel de mãe e esposa - ou seja, as atividades reprodutivas -, já que as atividades produtivas, desempenhadas no espaço público, eram quase que predominantemente masculinas. (TELES, 2003).

Nessa perspectiva, Pateman (1993), em sua obra *O Contrato Sexual*, contribui de maneira significativa para que possamos estabelecer uma relação entre o patriarcado e a dominação masculina sobre as mulheres, uma vez que o contrato efetivou a mulher como dona de casa, e o homem, como trabalhador.

Não era permitido às mulheres o direito à leitura e à escrita, sendo isso destinado apenas aos homens. E era a Igreja a responsável pela educação por meio dos padres jesuítas e, na prática, tal fato contribuiu para reforçar a ideia do patriarcalismo, tornando a mulher, cada vez mais, uma criatura submissa cujos valores se baseavam em ideias conservadoras e tradicionais - o que contribuía para a perpetuação daquela dada realidade. Desse modo,

> Na primeira metade do século XIX, houve mulheres que começaram a reivindicar por seu direito à educação. O ensino então proposto (1827) só admitia para as meninas a escola de 1º grau, sendo impossível,

> portanto, atingir níveis mais altos, abertos aos meninos. O aspecto principal continuava sendo a preparação para as atividades do lar (trabalhos de agulha), em vez da instrução propriamente dita (escrita, leitura e contas). (TELES, 2003, p. 27).

Diante das transformações econômicas da urbanização e migração, as mulheres dão início a uma participação de modo a refletir acerca de sua condição e do papel que estavam desempenhando. Esse momento é crucial porque aqui elas começam a tomar consciência de sua realidade e vão se organizar em diversos movimentos.

Com a ampliação do mercado de trabalho e do desenvolvimento da industrialização, muitas mulheres foram para as escolas, igualando-se, nesse quesito, aos homens - embora não fossem reconhecidas do ponto de vista profissional, já que, ao desempenhar funções semelhantes às dos homens, não recebiam o mesmo salário. No início da década de 1960 eram inúmeros os problemas enfrentados pelas mulheres. Como afirma Teles (2003),

> As lutas desenvolvidas pelas mulheres nesse período passavam, como vimos, por problemas concretos, como o enfrentamento do problema da carestia, ou às vezes por questões mais localizadas, como falta de água ou despejo. A defesa da infância e da maternidade, e o desenvolvimento do ensino e de creches também eram constantes. No que diz respeito às questões políticas mais gerais, as mulheres se destacaram na luta pela anistia, pela democracia, pela defesa de nossas riquezas, sempre ameaçadas pela expansão do imperialismo, e em prol da paz mundial, tendo até mesmo se realizado em 1954 uma conferência sobre os direitos da mulher na América Latina. (TELES, 2003, p. 50-51).

Nesse sentido, observamos que a Ditadura Militar foi um período muito complexo para que as minorias assumissem o seu papel, até porque o contexto político não era favorável. É por isso que as CEBs contribuíram de modo significativo para o surgimento de diversos movimentos sociais no país e isso promoveu, de certo modo, um conjunto de transformações que se efetivaram no mundo das lutas populares, o que influenciou a construção da consciência crítica entre as camadas populares. Desse modo, a Igreja Católica ajudou a reativar alguns grupos populares durante a década de 1970. Inclusive as CEBs contribuíram para a sustentação dos movimentos de greve em São Paulo, no final dessa mesma década. (KOWARICK, 1987).

Portanto, a criação das CEBs produziu impactos significativos no que diz respeito à formação e mobilização efetiva em termos de liderança, e criou uma cultura de

democratização e participação popular, no sentido de articulação entre a reforma religiosa e as transformações mais gerais da sociedade.

1.1.3 – O Movimento Feminista e seus desafios

Esta seção tem, como objetivo, analisar como foi a atuação do Movimento Feminista no período da Ditadura Militar - durante dos anos de 1964 a 1985, momento de perda da Democracia e liberdade de organização - e também no pós Ditadura.

Para Teles (2003), foram as mulheres europeias e norte-americanas que iniciaram, a partir da segunda metade do século XIX, os movimentos em busca dos seus direitos - tanto políticos quanto sociais -, e que causaram uma repercussão entre as mulheres latino-americanas, especialmente as brasileiras, no sentido de transformar a situação em que se encontravam.

Partiremos da abordagem do Movimento Feminista Brasileiro, desde as origens do mesmo, para compreendê-lo em todas as suas dimensões. Foi no século XIX e início do XX, período conhecido como a Primeira Onda do Feminismo, que aconteceu o sufrágio das mulheres, e ainda a busca por direitos trabalhistas e educacionais para mulheres e garotas. Já a Segunda Onda, que aconteceria entre as décadas de 1960 e 1980, lidava com a desigualdade das leis, assim como com as desigualdades culturais.

E, por fim, a Terceira Onda, que marcou o início da década de 2000 e buscou um aprofundamento das questões da Segunda Onda, como o papel e a função da mulher perante à sociedade, de modo a identificar a mudança de estereótipos e a linguagem usada para definir as mulheres. Assim, essa Terceira Onda buscou o reconhecimento das mais diversas identidades femininas, bem como as suas reivindicações e a questão da interseccionalidade[9].

Ao analisar a história das mulheres no mundo ocidental percebe-se que as mesmas sempre se posicionaram de modo a não aceitar sua condição, e pagaram caro ao lutar por liberdade, uma vez que muitas vidas foram ceifadas. Até mesmo a Igreja Católica foi extremamente severa contra as mulheres que ousassem desafiar os princípios e dogmas por ela pregados. (PINTO, 2010).

A origem do Movimento Feminista se deu nos Estados Unidos da América na década de 1960, e depois se expandiu para diversos outros países, tendo como ideia inicial a libertação das mulheres. Entretanto, há registro de que a palavra "*feminismo*" tenha sido usada

[9] A interseccionalidade é pensada como uma categoria teórica que focaliza múltiplos sistemas de opressão, em particular, articulando raça, gênero e classe. (SILVEIRA & NARDI: 2014)

inicialmente na França e nos Países Baixos no século XIX, em uma conjuntura diferente, que era a sociedade liberal europeia emergente.

Com essa primeira onda do Feminismo, que se deu nas últimas décadas do século XIX, as mulheres passaram a se articular para lutar por seus direitos, merecendo destaque o direito ao voto. Pinto (2010) faz referência às *suffragettes*, que ficaram conhecidas por promoverem, em Londres, enormes manifestações e greves de fome. Inclusive, nos lembra também a morte de Emily Davison, em 1913, que se atirou à frente do cavalo do rei - e somente em 1918 o direito ao voto foi conquistado na Inglaterra.

Nesse sentido, a Inglaterra se torna o núcleo irradiador do feminismo emancipacionista, e a luta focava-se na obtenção de igualdade jurídica como, por exemplo, direito ao voto, de instrução, de exercer uma profissão, ou mesmo, de poder trabalhar. O chamado feminismo emancipacionista está ligado às contradições que estavam presentes na sociedade liberal daquele momento, onde o que vigorava eram as diferenças entre homem e mulher. (CANCIAN, 2008).

No caso brasileiro, a primeira onda do feminismo se deu através da luta pelo voto.

> As sufragetes brasileiras foram lideradas por Bertha Lutz, bióloga, cientista de importância, que estudou no exterior e voltou para o Brasil na década de 1910, iniciando a luta pelo voto. Foi uma das fundadoras da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, organização que fez campanha pública pelo voto, tendo inclusive levado, em 1927, um abaixo-assinado ao Senado, pedindo a aprovação do Projeto de Lei, de autoria do Senador Juvenal Lamartine, que dava o direito de voto às mulheres. Este direito foi conquistado em 1932, quando foi promulgado o Novo Código Eleitoral Brasileiro. (PINTO, 2010, p. 16).

No início do século XX e nesse contexto da primeira onda do feminismo, a indústria brasileira ainda se desenvolvia timidamente, mas já contava com a participação das mulheres nas fábricas. Enquanto na classe média e alta o papel das mulheres estava voltado à função de mãe e esposa, as classes mais inferiores experienciaram uma expansão do setor de serviços, que abarcaria muitas mulheres e, em especial, as que tivessem um bom nível de formação.

Nesse sentido, temos uma nova configuração da força produtiva, do ponto de vista da ocupação de determinados espaços, tanto na esfera pública quanto na esfera privada. É bom salientar que não é o objetivo, aqui, discutir a ocupação dos postos de trabalho pelas mulheres, mas sim, fazer apenas uma referência acerca do processo histórico da primeira onda do feminismo no Brasil e dos elementos que a caracterizaram.

A partir de 1930 esse feminismo da primeira onda perderá forças, tanto nos Estados Unidos e Europa quanto no Brasil, com o movimento voltando à cena somente a partir de 1960. Durante esse período, entre a primeira e a segunda onda do feminismo, observa-se que dois livros publicados vão chamar a atenção: o primeiro trata-se de "*O Segundo Sexo*", de Simone de Beauvoir, que foi publicado em 1949 na França, e seria de extrema relevância na segunda onda do feminismo com a máxima "*não se nasce mulher, torna-se mulher*". O segundo livro, "*Macho e Fêmea*", de Margaret Mead (antropóloga norte-americana), também publicado no ano de 1949, nos Estados Unidos, onde a autora faz um relato sobre a vida íntima dos povos da Polinésia e expõe conceitos tradicionais referentes ao masculino e ao feminino. Assim, essas obras contribuem para jogar luz sobre o assunto no intervalo entre as primeiras ondas do feminismo, e também colocavam a palavra opressão como sendo uma pauta central dos debates da época.

No que se refere à segunda onda do feminismo, que ocorre a partir de 1960, ressalta-se a relevância de determinados fatos que ilustram o período, como a Guerra do Vietnã, que mobilizou muitos soldados - a maioria, jovens -, e isso contribuiu para que a população norte-americana fosse às ruas para pedir o fim do conflito. Merece destaque, também, o Movimento Hippie, que apresentava uma nova maneira de viver, indo contra os valores morais e os padrões de consumo da época. (PINTO, 2010).

Ainda nesse período ocorrem as manifestações de 1968 e, especialmente na França, ocorre uma efervescência cultural que levaria diversos países do mundo a inúmeras transformações de ordem social, cultural e política.

> Foi também nos primeiros anos da década que foi lançada a pílula anticoncepcional, primeira nos Estados Unidos, e logo depois na Alemanha. A música vivia a revolução dos Beatles e Rolling Stones. Em meio a esta efervescência, Betty Friedan lança em 1963 o livro que seria uma espécie de 'bíblia' do novo feminismo: A mística feminina. Durante a década, na Europa e nos Estados Unidos, o movimento feminista surge com toda a força, e as mulheres pela primeira vez falam diretamente sobre a questão das relações de poder entre homens e mulheres. (PINTO, 2010, p. 16)

Nesse contexto, o movimento feminista assume uma nova configuração, pautada na afirmação da valorização da própria vida e do corpo. Nesse momento, várias temáticas compõem a pauta dos debates, como a questão do aborto, a liberdade sexual, o modelo patriarcal de família em que, após o casamento, a mulher perderia os direitos civis, dentre outras. São temas relevantes que contribuíram para o movimento feminista mundo afora, e

que, de certo modo, têm se transformado em um desafio constante no processo de luta no que diz respeito aos interesses femininos e, até mesmo, numa transformação da sociedade.

Esses movimentos feministas de Segunda Onda, que aumentavam no exterior, influenciaram os do Brasil, que entre outras pautas, tinham algumas particularidades por conta do cenário político, uma vez que a Ditadura Militar oferecia sérios obstáculos à liberdade. Pedro (2018) afirma que

> Devido à ditadura militar, várias mulheres que se opunham às diretrizes do regime tiveram que sair do país; foram banidas ou fugiram para não serem presas, torturadas, assassinadas. No exílio participaram de grupos de consciência feministas. São conhecidos pelo menos cinco grupos que contavam com a presença de brasileiras exiladas. (PEDRO, 2018, p. 249-250).

Assim, diversas mulheres que foram exiladas, quando retornaram, tiveram muita importância para o Movimento Feminista brasileiro. É relevante pontuar, aqui, que o feminismo não foi uma coisa trazida pelas mulheres que tinham sido exiladas, pois muitas destas, que participaram dos movimentos feministas em alguns países sul-americanos, nem sequer tinham saído de seus países e já participavam de grupos de reflexão sobre a situação feminina.

O contexto mundial contribuiu para o surgimento de diversos movimentos feministas. Estimuladas também pela instituição do Dia Internacional da Mulher pela Organização das Nações Unidas (ONU), ocorre no Rio de Janeiro e em São Paulo diversas reuniões que resultaram na criação do Centro da Mulher Brasileira e do Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira, que eram espaços de debate e reflexões sobre as condições em que o feminino se encontrava[10].

Em outros países do chamado Cone Sul, que também viviam sob regimes autoritários e repressivos, o movimento feminista foi, aos poucos, fazendo seu papel, e inúmeras discussões acerca da condição feminina eram feitas de modo a promover uma conscientização cada vez maior das mulheres. Assim, é importante pontuar que essa articulação do movimento é que contribuirá para uma melhor organização em relação às ações que seriam efetivadas a partir daquele momento.

[10] O CMB – Centro da Mulher Brasileira cuidava de questões relacionadas à reprodução, sexualidade, educação e reforma do Código Civil e leis trabalhistas, provisão de creches, etc. Enquanto que o CDMB – Centro para o Desenvolvimento da Mulher Brasileira atentava-se a pesquisar problemas acerca da saúde das mulheres, educação e participação política. (PEDRO, 2018)

> Um bom exemplo é a formação inicial da UFA – Unión Feminista Argentina - em 1970, pois suas criadoras não foram exiladas e acabaram tendo contato com as ideias europeias e estadunidenses por meio de viagens e da circulação de textos feministas. Outra parte das mulheres que se identificaram com o feminismo, as marxistas, iniciou suas discussões a partir dos textos de Engels, dentro de seus próprios países. Além disso, muitas das que passaram a reivindicar contra a opressão de gênero (termo ainda não utilizado) naquele momento já haviam lido obras feministas em sua juventude, como *O segundo sexo*, de Beauvoir. (HENTZ, 2011, p. 150)

Inspiradas em Simone de Beauvoir, Betty Friedan e outros nomes, muitas mulheres no Brasil atuaram na luta contra a Ditadura Militar, e também em outras questões relevantes, que eram pontuadas pelo Movimento Feminista e pelo movimento de mulheres, merecendo destaque a existência de uma opressão característica, que tinha raízes profundas e atingia a todas as mulheres, independente de classe social, sistema econômico ou político.

No caso brasileiro, um ponto a se observar, segundo Singer e Brant (1983), é que o Feminismo, enquanto movimento de reivindicação de direitos e necessidades da mulher, se desenvolve a partir das mulheres tidas como "emancipadas" da classe média. E aqui temos uma outra situação, porque os anseios da classe média não são os mesmos, por exemplo, das mulheres mais pobres. No entanto, quando se trata de resistência à opressão imposta pela Ditadura Militar, percebe-se a necessidade de buscar uma luta mais homogeneizada, que é em prol das liberdades democráticas e dos direitos das mulheres em geral.

É nesse contexto da segunda onda e das lutas feministas que outras lutas surgiram, como a resistência a outra modalidade de opressão, ancorada nas desigualdades entre os sexos. Nesse sentido, nota-se que os desafios enfrentados pelo movimento não eram simples, mas diversas redes de resistência iam se formando e, em meio aos tempos sombrios da Ditadura, caracterizados pela ausência das liberdades em todas as suas dimensões, como a liberdade de expressão, imprensa, sindical, partidária, política, torturas, perseguições, assassinatos, violação dos direitos, controle informativo, repressão política, dentre outras, o movimento feminista se manteve firme nas suas convicções e foi nesse cenário que algumas conquistas começaram a ser alcançadas.

A década de 1970 irá registrar essas conquistas, pontuando a inserção das mulheres no meio social e o surgimento dos chamados grupos de consciência, que foram fundamentais para a criação de diversos outros grupos feministas que se espalhariam por todo o país.

Para Woitowicz (2011, p. 329), "foi nesse cenário de crise política que as mulheres se organizaram em torno da luta pela democracia, à qual foram incorporando gradativamente e tardiamente, outras reivindicações". Demandas acerca do custo de vida, creches para ajudar às

mães que trabalhavam fora, baixos salários, a violência sexual e doméstica e outras temáticas voltadas ao direito ao corpo, eram os assuntos debatidos e pensados pelos movimentos de mulheres do final das décadas de 1970 e 1980. Seguindo a linha analítica, a autora pondera:

> diante da ação sistemática do movimento feminista no atendimento às demandas das mulheres, surgiram no Brasil, ao longo dos anos oitenta, diversos grupos temáticos, como os que tratavam da violência contra a 'mulher' e da saúde da 'mulher', além do desenvolvimento do feminismo acadêmico e da criação de organizações não governamentais. (WOITOWICZ, 2011. p. 335).

Além da repressão, outros fatores também impactaram a vida das mulheres, como a solidão, o desemprego, a prisão, desaparecimento ou morte dos maridos. Ir à prisão e enfrentar os agentes repressivos em busca de notícias também fez parte da luta das mulheres, já que elas foram as protagonistas da busca pela verdade. Eram mães, esposas, avós, irmãs, operárias, artistas, estudantes, guerrilheiras, enfermeiras e tantas outras que resistiram à opressão da Ditadura.

Uma questão relevante que merece atenção refere-se à mulher trabalhadora, uma vez que, nos Estados Unidos da América, enquanto a reivindicação era salário igual e trabalho igual, no Brasil a luta era por maior liberdade, participação em sindicatos, luta pelos direitos das empregadas domésticas, saúde, segurança no trabalho e contra o assédio sexual dos chefes e colegas de trabalho (PEDRO, 2018).

Durante a década de 1980, inúmeros outros problemas de ordem social, econômica e política roubaram a cena em diversos lugares do mundo, como as crises econômicas, violência, terrorismo, tráfico de drogas, entre outros.

É importante ressaltar que as lutas não foram em vão, já que as conquistas começaram a acontecer ainda na ditadura, no contexto da anistia política, e com o passar do tempo, outras formas de violência são denunciadas pelo movimento, como, por exemplo, a violência sofrida pelas mulheres no próprio lar, ou seja, no espaço privado, que é o lugar do afeto, da intimidade, do recolhimento e que se transformou em um espaço perigoso para algumas mulheres. E, a partir desse momento, é criado pelo Estado, em 1985, a Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM), em São Paulo, cujos impactos foram vistos de maneira positiva pela sociedade.

Porém, no Brasil, mudanças importantes aconteceram em função do feminismo organizado, como as que foram garantidas pela Constituição de 1988, a "Constituição Cidadã", que teve destaque para o movimento feminino e as feministas, que com o "lobby do

batom", alcançariam mudanças significativas na nova Constituição, como a isonomia, que é a igualdade de todos perante a lei, sem qualquer distinção. Em relação aos direitos humanos,

> foi estabelecida a proibição da tortura e do tratamento desumano ou degradante e garantida a punição de qualquer ação discriminatória e atentatória aos direitos e liberdades fundamentais, como entre outras, a prática do racismo, definido como crime inafiançável, sujeito a pena de reclusão. (PEDRO, 2018. p. 263)

Enfim, a Constituição de 1988 não conseguiu abarcar as trabalhadoras domésticas no rol das outras categorias de trabalhadores, e esse fato é uma enorme mancha que contradiz a natureza cidadã da Constituição brasileira.

Segundo Castells (1999), nos últimos 25 anos tem-se observado um processo de conscientização de diferente intensidade, de rápida difusão e de caráter irreversível: trata-se de uma insurreição maciça e global das mulheres na luta contra sua opressão. E esses movimentos causaram e ainda causam um impacto profundo nas instituições da sociedade e, especialmente, no que diz respeito à conscientização das mulheres.

Nos últimos anos do século XX, com o surgimento de algumas políticas públicas, tais como a criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher – em 1985 -, seriam promovidas, mais tarde, em âmbito nacional, políticas para assegurar à mulher condições de liberdade, igualdade de direitos e participação em atividades tanto políticas quanto econômicas e culturais (BANDEIRA, 2005).

Durante a década de 1990, outras questões vão se definindo no que diz respeito às conquistas do movimento feminista, pois o final do século XX foi marcado pela onda neoliberal, na qual se presenciou uma redução de políticas públicas de caráter mais redistributivo, fazendo com que não só a sociedade, mas em especial os movimentos sociais, refletissem sobre suas práticas. Para Telma Gurgel,

> O feminismo, em particular, acompanhou essa tendência hegemônica, já iniciada na década passada, no processo de redemocratização. E passou por vários dilemas internos, ao se deparar com um grande número de ONGs, em substituição aos antigos grupos feministas. (GURGEL, 2010, p. 8).

Neste sentido, acentuou-se um processo de lutas e reivindicações, negociações e até mesmo alianças por parte dos movimentos feministas e por organizações não governamentais com vistas a atender as demandas solicitadas por estes movimentos. Dessa forma, ocorreu a

criação dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais, que eram regidos pela Lei 9.099/95, e que não encaravam a violência sofrida pela mulher com o devido rigor com o qual deveria ser tratado. (BANDEIRA, 2009).

Para a autora, as denúncias eram tratadas de modo a ocasionar equívocos, dado o desconhecimento "de que a violência contra a mulher é estruturante das relações hierarquizadas entre os sexos" (BANDEIRA, 2009, p. 402). Desse modo, nota-se que ocorrerá uma resistência muito grande do movimento feminista no que se refere à aplicabilidade da Lei 9.099/95.

Em 1993 realizou-se, em Viena, a Conferência Mundial de Direitos Humanos, na qual foi exposta a necessidade de inserção do direito à vida sem uso da violência e fazendo parte da luta pelos Direitos Humanos. A ONU aprovaria, em 1993, no mesmo ano da Conferência de Viena, a "*Declaração sobre a Eliminação da Violência contra a Mulher*". Esses fatos foram citados aqui porque contaram com extrema relevância na elaboração da Convenção de Belém do Pará, um evento de prevenção, punição e, também, com o intuito de acabar com a violência contra as mulheres. Tal violência foi definida por esta convenção como sendo "[...] qualquer ação ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto no âmbito público como no privado". (BANDEIRA, 2009, p. 403).

Nessa perspectiva, temos uma vitória enorme do Movimento Feminista, que se deu no campo legislativo. Trata-se da Lei 11.340, conhecida por Lei Maria da Penha, de 07 de setembro de 2006, que veio, de certo modo, a responder à Lei 9.099/95 no que se refere à relação da violência contra as mulheres. Essa Lei, aprovada por unanimidade no Congresso, potencializou a criação de políticas nacionais de combate à violência, introduzindo as chamadas medidas protetivas às vítimas. Embora se tenha toda uma legislação de amparo às mulheres, inúmeros casos de feminicídio acontecem no Brasil, de norte a sul. Obviamente que não é o objetivo dessa dissertação discutir a questão do feminicídio, mas apenas citá-lo enquanto um ato de violência cometido contra as mulheres.

Portanto, pensar a evolução do Movimento Feminista no Brasil a partir da Ditadura Militar até início do século XXI é pensar em avanços e retrocessos, já que as conquistas desse movimento se efetivaram por meio da organização feminina em movimentos sociais, e também pelos meios legislativo, jurídico e institucional.

Embora o Movimento Feminista tenha conquistado inúmeros avanços no que se refere às relações de gênero, há muitos desafios a serem superados, uma vez que temos ainda uma

sociedade bastante preconceituosa e, ao mesmo tempo, machista. Ao analisar a evolução do Movimento Feminista nota-se que muitos foram e muitos ainda são os desafios impostos às mulheres, seja a forma de governo adotada ou até mesmo a própria dinâmica da vida social, bem como da vida privada.

Desde a conquista do voto à ocupação dos espaços públicos, a história tem nos revelado diversos momentos de embates e resistência, tanto no período na Ditadura Militar como no pós-ditadura. Obviamente que o contexto da ditadura, marcado pelas perseguições, torturas, desaparecimentos, cassações de direitos, morte e censura foi um prato cheio para se buscar uma rede de articulações, protestos e resistências diante da conjuntura vivida naquele período, e, concomitantemente, um fortalecimento do movimento feminista, que com o passar do tempo foi adquirindo um perfil específico face à diversidade de situações e lugares.

Ao fazer a abordagem do movimento feminista, percebe-se que ele é responsável por inúmeras lutas, seja no campo político, social, econômico e cultural, até porque o foco de atuação é sempre o respeito aos interesses femininos, e a década de 1970, por exemplo, foi primordial nesse sentido, com os chamados grupos de consciência, que foram fundamentais para a criação de uma diversidade de outros grupos feministas, que se disseminaram por todo o Brasil e foram responsáveis no processo de luta não só pelo retorno das liberdades democráticas, mas também pela emancipação das mulheres.

Nesse contexto, não poderia deixar de retomar, aqui, a importância das conquistas no campo legislativo, quando foi criada a Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher, em 1985, e a Lei Maria da Penha, de 2006 – que, de certo modo, respondeu à Lei 9.099/95, no sentido de combate à violência doméstica. Entretanto, com toda uma legislação em vigor, inúmeros casos de agressão e óbitos são notificados diariamente pelo país.

Portanto, o desafio do Movimento Feminista na nossa concepção é definir uma tática de intervenção na realidade, que vá de encontro a cada tipo de opressão vivenciada na sociedade, de modo a alcançar a liberdade plena.

1.1.4 - O Movimento Operário e Sindical

Em meio ao estudo acerca dos movimentos sociais, destacaremos o protagonismo do movimento operário e suas especificidades, uma vez que sua bandeira de luta não foi somente por questões salariais, mas também, pelas normas de trabalho, pela divisão social e técnica e a própria organização dos trabalhadores. Dessa forma, torna-se necessário compreender como essas lutas contribuíram para melhorar as condições de vida dos trabalhadores e,

consequentemente, da sociedade, já que suas reivindicações se deram a partir dos locais de trabalho.

> Esse movimento resistiu a todo tipo de pressões, no período da "crise" e da "abertura política", mas não conseguiu impor seu projeto social e político como instrumento construtivo da democracia. Os trabalhadores afirmaram e conquistaram novos direitos, mas no conjunto, afirmaram-se mais como produtores do que como cidadãos. (LE VEN, 1987, p. 27)

Quando se fala que os trabalhadores não conseguiram impor um projeto, nota-se uma dificuldade entre eles, mas isso também é fruto de um desencontro entre os trabalhadores e os próprios empresários, que nesse caso defendem sempre os seus próprios interesses - fato observado nos arranjos políticos que desencadearam a chamada Nova República. Segundo Brant (1983),

> "os sindicatos constituem a forma típica de organização dos trabalhadores para a defesa de seus interesses específicos nas relações de trabalho. Numa sociedade em que, cada vez mais, a produção e os serviços se organizam em grandes unidades, os trabalhadores têm interesses coletivos a defender e só podem defendê-los eficazmente na medida em que associem". (SINGER; BRANT, 1983, p. 29-30)

Nesse sentido existe, para o autor, diversos modos de associação, como, por exemplo, por empresa, profissão, atividade e determinada área geográfica, de forma que possam, em qualquer modo de associação, defender interesses comuns.

O crescimento das cidades juntamente com o desenvolvimento industrial é que contribuiu para a expansão de condições precárias de vida coletiva. Esse contexto, a partir de 1970, levou as pessoas a tomarem a iniciativa do associativismo urbano. Em função do surgimento dos novos bairros, as CEBs acabaram por oferecer abrigo aos mais diversos tipos de associações de moradores, reivindicando melhorias nas condições de vida e habitação das pessoas.

Entretanto, é relevante pontuar que o movimento operário e o movimento associativo dos bairros tinham uma facilidade maior de articulação durante a Ditadura e até melhores condições políticas, porque os mesmos não eram vistos como subversivos, ou seja, não traziam problemas ao regime, já que seus interesses eram a luta pelas melhorias nas condições de vida coletiva, inclusive a questão dos transportes, tida como sendo um problema tanto do movimento operário quanto das associações de bairro. Então, a ideia de um problema comum

era responsável pela união de movimentos diferentes. Para ilustrar esse contexto, lembremos o caso de João de Monlevade, em que

> o movimento operário criou um movimento urbano, de luta pelo transporte coletivo, de fiscalização das reuniões da câmara municipal, de eleição de trabalhador para vereador, etc. É que nesses casos, famílias, bairros e a própria cidade são continuação da fábrica. Já em Ipatinga, no Vale do Aço, o próprio movimento operário é o movimento urbano. (POMPERMAYER, 1987, p. 14)

Desse modo podemos observar que a ideia de desenvolvimento promovida pelas fábricas é que leva ao movimento operário, que por sua vez cria o movimento urbano com todas as suas especificidades, inclusive o movimento de mulheres, que surge em Minas Gerais em 1975, influenciado obviamente pelo contexto dos grandes centros como São Paulo e Rio de Janeiro, que foram os pioneiros nos movimentos de identidade social, e também pelas mulheres, que estavam retornando ao Brasil depois de uma temporada em exílio, e, lógico; na bagagem trouxeram não só a experiência, mas, também, estratégias de atuação, mesmo que em lugares e contextos diferentes.

É importante destacar que mesmo em meio ao sistema repressor havia um enfrentamento direto com os patrões no sentido de discutir condições de trabalho, desigualdades de salários em funções iguais ou semelhantes, demissões de mão de obra qualificada, colocando outros trabalhadores, não tanto qualificados e com salários mais baixos, no lugar dos demitidos. Tudo isso num processo de desvalorização e exploração do trabalhador, consolidando a implantação do chamado capitalismo selvagem[11]. (LE VEN, 1987). Mas as lutas ocorreram a partir das reais condições de vida e trabalho vivenciadas nas cidades e foram iniciadas pelos próprios trabalhadores, embora o contexto de abertura política e crise econômica também contribuíram para jogar luz sobre o processo das lutas operárias. Tal assunto será também abordado um pouco mais à frente, quando trabalharemos o caso do movimento mineiro.

1.1.5 – Os Movimentos Sociais num contexto internacional

O surgimento dos movimentos sociais está relacionado à Revolução Francesa e à Revolução Industrial. Embora elas sejam datadas do século XVIII, é no século XIX que temos

[11] Capitalismo selvagem foi uma expressão utilizada para referir-se ao descomprometimento em relação à força de trabalho.

uma efervescência social que, do ponto de vista conjuntural, contribuiu para a formação dos movimentos sociais. O desemprego, os baixos salários e a marginalização foram elementos que contribuíram para a luta por direitos trabalhistas e, de certo modo, colocaram o proletariado contra a burguesia.

Nos últimos tempos, um conjunto de transformações nos níveis político, econômico, social, cultural e tecnológico contribuiu para um acirrado processo de globalização, entendido por Martins (2011) como um novo tempo controlado pelo capital, no qual se assegura um sistema de produção global conduzido pelo capital financeiro e a administração de empresas em rede. Por outro lado, a globalização tem contribuído por acentuar as desigualdades, que potencializariam o surgimento de diversos movimentos sociais, como o Movimento Feminista das décadas de 1960 e 1970, que se fragmentaria em diversos outros Movimentos de Mulheres mundo afora, que passariam a lutar por uma busca de identidade e melhores condições de vida (TAVARES, 2004).

Nesse sentido, tenta-se compreender como a globalização influenciou na expansão dos Movimentos de Mulheres nas esferas hegemônicas de poder, como os fóruns e conferências mundiais, por exemplo, e como essas mulheres têm-se articulado no sentido da ação em prol de sua emancipação, especialmente no cenário latino-americano, de modo a promover desenvolvimento e/ou retrocesso a determinados grupos sociais, em especial o das mulheres.

A globalização neoliberal e os processos de ajuste da economia - que provocaram uma erosão da cidadania -, bem como as políticas sociais, acabaram por impedir mudanças importantes do ponto de vista dos direitos e da vida de muitas mulheres. Nessa perspectiva, observa-se que a globalização acentuou desigualdades sociais, e tem mostrado que as transformações tecnológicas no mundo do trabalho, da cultura, da política e do social, nos últimos anos, provocaram processos de rupturas e também reforçaram as questões da opressão e exploração em que se encontram muitas mulheres. Segundo Touraine,

> a organização social ameaçada "de cima" pelo que chamamos de globalização, não pode mais encontrar nela mesma os meios para reerguer-se. É "embaixo", num apelo cada vez mais radical e apaixonado ao indivíduo, e não mais à sociedade, que procuramos a força capaz de resistir a todas as violências. É neste universo individualista, muito diversificado, que muitos procuram e encontram um "sentido" que não encontramos mais nas instituições sociais e políticas – e que é o único em condições de produzir exigências e esperanças capazes de suscitar uma outra concepção de vida política. (TOURAINE, 2007, p. 25)

Seguindo a linha de pensamento do sociólogo Touraine, nota-se que é o sujeito - enquanto indivíduo e a partir de suas necessidades - que precisa combater a situação de dominação vigente em seu contexto, seja ela de que natureza for. Entretanto, a resistência às muitas formas de violência e opressão tem feito com que esses sujeitos se unam a outros em situações semelhantes e acabem por formar uma coletividade que luta pelos mesmos desejos.

Desse modo, a globalização exacerbada que se processou com as mudanças econômicas trouxe sérias implicações do ponto de vista da cidadania e da realização de políticas sociais, e isso também prejudicou possíveis mudanças no nível do direito e nas condições vivenciadas pelos indivíduos, especialmente as mulheres.

Neste sentido, "o Movimento Feminista tem se mostrado como um movimento social transformador, que desafia o patriarcalismo, ao mesmo tempo em que esclarece a diversidade das lutas feministas e seu multiculturalismo" (CASTELLS, 1999, p. 210), que em função do processo de globalização tem afetado a todos, porém em modos diferentes.

O Movimento Feminista contribuiu para esclarecer a noção que se tinha acerca do masculino e do feminino, bem como os papeis exercidos na sociedade e a própria hierarquia das relações. Isso levou à construção de uma identidade de grupo, notadamente pela proposição de uma articulação das mulheres, a partir de uma opressão específica e que ocasionou o questionamento da própria condição em que viviam. Com a instituição do Ano Internacional da Mulher, intensificaram-se as discussões acerca da situação da mesma, bem como as situações de discriminação, inserção no mercado de trabalho, frequência à escola, exigência da condição de sujeitos políticos, maior participação nos movimentos sociais, dentre outras.

CAPÍTULO II

A PARTICIPAÇÃO SOCIAL FEMININA NO CONTEXTO DA DITADURA MILITAR

O presente capítulo tem como objetivo analisar a participação feminina no contexto da Ditadura Militar. Para tanto, faz-se necessário um certo aprofundamento acerca da participação das mulheres nos movimentos sociais no Brasil e, em particular, na região norte-mineira, bem como a especificidade dessas mulheres à frente desses movimentos. Os depoimentos das entrevistadas serão cotejados por discussões bibliográficas concernentes à temática, além de relacionar as discussões sobre os movimentos sociais no período em foco.

Desse modo, este trabalho objetiva compreender o papel das mulheres que se envolveram nos movimentos sociais, causando, assim, uma ruptura entre o espaço doméstico e o público e contribuindo para a formação de novas consciências e visões de mundo.

2.1 - A Ditadura Militar no Brasil

A Ditadura Militar implantada no Brasil entre os anos de 1964 e 1985 representou um período de autoritarismo político, de violação dos direitos humanos e de censura à liberdade de expressão. E é nesse cenário que surge uma série de movimentos sociais no Brasil, embora tenha ocorrido uma intensa desarticulação dos mesmos com vistas a anular a construção política conquistada pela população brasileira desde os anos 1930 - momento em que ocorreu a consolidação do Estado e que, ao mesmo tempo, propiciou a ascensão da burguesia industrial, configurando um cenário de modernização em diversas esferas produtivas.

A partir da implantação da Ditadura inúmeras mudanças foram realizadas, sendo a repressão um instrumento utilizado para atingir diversos movimentos organizados, especialmente o de sindicalistas e trabalhadores do campo. Nesse contexto, Fausto (2001) afirma que

> a repressão mais violenta concentra-se no campo, especialmente no Nordeste, atingindo sobretudo gente ligada às Ligas Camponesas. Nas cidades, houve intervenção em muitos sindicatos e federações de trabalhadores e a prisão de dirigentes sindicais. As intervenções visaram em regra os sindicatos mais expressivos, abrangendo 70% das organizações que tinham mais de 5 mil membros (FAUSTO, 2001, p. 467)

Após o Golpe de 1964, os partidos políticos foram cassados e surgiram duas novas siglas: ARENA (Aliança Renovadora Nacional) e MDB (Movimento Democrático

Brasileiro). A ARENA era chamada de “situação”, o partido do governo, enquanto o MDB era a “oposição” moderada. Nessa época, todas as pessoas eram consideradas suspeitas e subversivas. Para controlar as pessoas, a Ditadura, por meio do general Golbery do Couto e Silva, criou o Serviço Nacional de Informações (SNI), com a finalidade de coletar informações relevantes à segurança nacional.

No período militar, torturas, mortes, exílio, cassação de direitos e censura representaram a apropriação dos corpos e do silêncio, constituindo mecanismos utilizados para invalidar a construção política. Paralelo a essas questões nota-se, segundo Teles (2003), um certo desenvolvimento capitalista, marcado pelo aumento das indústrias e uma mudança significativa do ponto de vista populacional, saindo do campo em direção às cidades e que mudaria por completo o cenário urbano - já que os grandes centros não estavam preparados para receber um contingente tão alto de pessoas. Em função dessa realidade, cresceram as periferias - e, consequentemente, as favelas, hoje comunidades -, o número de crianças abandonadas, bem como a prática da violência, que contribuíram, de certo modo, para caracterizar o cotidiano do Brasil naquela época.

Diante deste contexto, as mulheres fizeram história quando foram procurar por parentes, filhos, maridos e irmãos que estavam presos ou desaparecidos, enquanto outras buscaram organizações clandestinas com o intuito de lutar pela libertação do Brasil. Há também as que foram em busca de um trabalho que absorvesse a mão de obra feminina. As condições de trabalho eram péssimas, já que essas mulheres recebiam salários inferiores aos dos homens e não dispunham de creches para seus filhos. Faltavam banheiros femininos e, quando engravidavam, eram dispensadas – fato que levava algumas a optarem pelo aborto, colocando em risco a própria vida. Os maridos não apoiavam as mulheres trabalharem fora, por entenderem que o lugar delas era dentro de casa. Somado a essas questões ainda havia casos de assédio por parte dos patrões.

Durante o contexto da Ditadura Militar tivemos diversos movimentos organizados por mulheres. Em função dos acontecimentos do ano de 1968 na França, que causaram uma efervescência cultural em todo o mundo e no Brasil. O assassinato de Edson Luís, estudante secundarista, por parte de policiais, e diversas manifestações de rua realizadas pelos estudantes, fizeram com que inúmeras mães se unissem, e para isso criaram a chamada União Brasileira de Mães, cujo objetivo era impedir atos de violência contra seus filhos. (TELES, 2003).

Nesse sentido, o ano de 1968 contribuiu para uma transformação das mulheres, jovens e negros, no que diz respeito à expressão cultural e política. Daí é que surgem os Movimentos Feministas e Movimentos de Mulheres. No tocante ao Brasil, nesse período, duas mulheres merecem atenção especial: estamos nos referindo a Carmem Silva, escritora da revista Cláudia, que sempre se dirigia ao universo feminino; e a Betty Friedan, uma feminista norte-americana, autora da obra "A Mística Feminina", livro que provocou polêmicas nos meios de comunicação.

Segundo Teles (2003), um pouco antes do Golpe de 1964 as mulheres não se encontravam organizadas, o que facilitou a atuação do grupo das chamadas "marchadeiras", tanto antes quanto após o Golpe.

A partir da implantação da Ditadura Militar inúmeras mudanças foram realizadas, sendo a repressão um instrumento utilizado para atingir diversos movimentos organizados, especialmente os relacionados a sindicalistas e trabalhadores do campo. Todo esse contexto irá contribuir para o surgimento de outros movimentos sociais, em especial o Movimento Feminista e, dentro dele, outros Movimentos de Mulheres. No início da década de 1970, as mulheres da periferia de São Paulo, reunidas em

> grupos de mães, associações ou sociedades de amigos de bairro, começaram a se movimentar, por meio de abaixo-assinados e questionários, junto aos moradores de seus bairros, para levantar seus principais problemas e decidir juntos como encaminhá-los. Suas primeiras preocupações foram manifestadas em cartas públicas, lidas primeiramente em algumas paróquias, durante as missas de domingo. Falavam do custo de vida, dos baixos salários e da creche. Esses grupos de mães chegaram a ir até algumas autoridades para exigir as soluções necessárias. (TELES, 2003, p. 75)

Entretanto, essas ações não foram bem-recebidas e acabaram por atrair policiais para os bairros onde essas mulheres moravam, o que fez com que padres, freiras e organizações políticas de esquerda apoiassem esses movimentos - que com o tempo foram assumindo características mais específicas e contribuíram para o surgimento de outros movimentos de mulheres em outras regiões. E foi assim que se deu o contato entre essas mulheres e as feministas. No entanto, essa proximidade entre elas não era bem-aceita por parte da igreja e lideranças políticas, uma vez que assuntos tais como sexualidade e aborto, por exemplo, eram impedidos de serem discutidos. Entretanto, o foco das mulheres mais pobres era bastante específico, voltado para suas condições de vida e de trabalho.

Durante a década de 1970, o Movimento Feminista fomentou algumas mobilizações de resistência ao Regime Militar. Nesta mesma década, alguns grupos de consciência estimulados pela instituição do Dia Internacional da Mulher - por parte da Organização das Nações Unidas (ONU) – organizaram, no Rio de Janeiro e em São Paulo, reuniões que resultaram na criação do Centro da Mulher Brasileira e no Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira, que eram espaços de discussões, debates e reflexões sobre as condições em que as mesmas se encontravam.

No período da Ditadura Militar houve um bloqueio dos canais de representação popular, como os sindicatos, os partidos políticos e as associações, o que conduziu à formação de laços de solidariedade no que se refere à sobrevivência das pessoas, uma vez que, entre elas, formaram-se relações de amizade, vizinhança e parentesco - o que, de certo modo, contribuía para uma rede de proteção aos indivíduos. E foi a partir do desenvolvimento dessas relações e da confiança entre elas que se originaram diversos movimentos de base. (SINGER; BRANT, 1983).

Assim, durante a Ditadura Militar ocorreu uma participação bastante significativa das mulheres no processo de resistência à ordem estabelecida. Do movimento estudantil às organizações clandestinas, elas demonstraram sua insatisfação contra todo o sistema político, econômico, social e cultural vigente no país. Por outro lado, em Montes Claros, por exemplo, segundo Simone (72 anos), nossa entrevistada, não havia um movimento ou associação de mulheres. O que havia era a não aceitação da Ditadura por parte de alguns grupos, mas que também pouco ou quase nada podiam fazer diante dos agentes opressores.

> **Aqui não chegou a ter movimentos específicos. Nós éramos contra a Ditadura. Não fazia parte de nenhuma associação, até porque não existia associação. A gente conversava, trocava ideias e se depois da aula a gente ficava uns 3 ou 4 estudantes na rua conversando, começava a passar policial. O governo tinha muito medo de estudante, porque estudante era politicamente engajado e o movimento estudantil era forte. (Simone, 72 anos, professora aposentada)**

O que se observa na narrativa de Simone é uma inexistência de organização durante a Ditadura Militar. O que havia eram conversas rápidas e trocas de ideias após as aulas, e como não podiam ficar muito tempo na rua - porque os policiais já ficavam de olho -, então isso acabava por dificultar até mesmo uma organização entre os estudantes. Desse modo, podemos perceber que o enfrentamento e as estratégias de contestação à Ditadura variaram de região para região, não tendo, assim, uma característica homogênea.

2.2 – Mulheres e Ditadura

Quando os movimentos sociais buscam a cidadania, nota-se que eles estão lutando por direitos, por igualdade social para as mulheres. Quando questionam as desigualdades em relação aos direitos, ao papel do Estado na negação desses direitos, percebe-se uma atuação maior desses movimentos, numa luta que pode ser encarada como uma defesa de cidadania. E é interessante pontuar que foi durante a Ditadura Militar que tivemos a insurgência desses movimentos, cujo período fora marcado pela suspensão dos direitos.

Desse modo, como compreender o papel e a participação das mulheres na Ditadura Militar, num cenário de ausência de direitos e liberdades vigiadas? Até então, a mulher exercia certo protagonismo que perpassava o ambiente da casa, e sua principal atuação era no tocante à maternidade. Tal realidade começou a mudar quando as mulheres passaram a questionar o seu modo de vida.

Segundo Mello (2011), a dupla jornada de trabalho, a divisão sexual do trabalho, o papel social de esposa e mãe, o direito à aposentadoria para donas de casa, a contracepção e o direito a creches eram questões pertinentes, que estavam ligadas ao trabalho doméstico e se somavam a tantas outras demandas, como a luta pela liberdade de expressão, pela democracia e pelo direito de viver - que eram ameaçadas pela Ditadura.

Cientes da condição em que se encontravam, essas mulheres começam a questionar o seu papel perante a sociedade, inclusive a sua não participação no espaço público. Quando ocorre a retirada das mulheres do espaço da casa, nota-se uma ruptura no isolamento em que elas se encontravam, dada a sua organização nos grupos de autoconsciência e reflexão, e isso contribui, de certa maneira, para a construção de uma nova identidade, uma vez que ao buscarem o mercado de trabalho, essas mulheres acabam por conquistar uma certa autonomia financeira que permitiu entrar em um universo diferente, ao qual não estavam acostumadas.

Essa realidade foi responsável por promover uma mudança na sociedade a partir do momento em que as mulheres passaram a assumir novos papeis sociais. E isso não mudou o fato de terem de cuidar de filhos, da casa e serem esposas. São elas quem ainda levam o filho ao médico, à escola e, às vezes, precisam faltar ao trabalho em função da dupla jornada. Na maioria das vezes, elas recebem menos que os homens e, mesmo assim, ainda continuam buscando o mercado de trabalho e uma visibilidade social.

Para Woitowicz (2011) e Pedro (2011), o período da Ditadura, mesmo com toda a repressão, foi também um período de avanço para as mulheres, que passaram a estudar, trabalhar fora, se politizaram em termos de participação política, entre outros. Na verdade, observou-se um esforço muito grande de sobrevivência diante de um contexto extremamente difícil. Segundo Teles (2003), a mulher foi rebelde à tirania e não hesitou em enfrentar o inimigo. Em sua obra "*Breve história do feminismo no Brasil*", são listados os nomes das várias mulheres que foram torturadas, violentadas sexualmente e brutalmente assassinadas por seus algozes. Algumas, até hoje, se encontram na condição de desaparecidas políticas.

Anita, 60 anos, professora aposentada, relatou sua vida desde quando morava em Itacarambi, Vale do Jequitinhonha, até hoje. Dona de uma vida sofrida, com muitas dificuldades, muitos irmãos (com ela, 8), é o exemplo da garra, esforço e superação. Ainda criança, muda-se para Montes Claros, tem uma vida de duras privações, mas aos 17 anos é aprovada no vestibular de Psicologia na cidade de Uberlândia, para onde vai, levando na bagagem apenas a esperança de algo melhor para sua vida. Em um processo de identificação com o curso de Psicologia e percebendo até onde poderiam ir as discussões que eram voltadas à Psicologia Comunitária, aconteceu algo que marcaria a sua trajetória, tal qual ela relata: "aconteceu um fato terrível, que oito professores da área da Psicologia Social e Comunitária, que eram concursados pela universidade federal, foram demitidos sumariamente com a justificativa de que eram comunistas, marxistas". E quando indagada se esses professores não eram efetivos, ela respondeu que sim, que eram concursados.

> **Sim! Concursados. Tanto é que quando veio a anistia, eles foram anistiados. E todos foram chamados para retornar à Universidade Federal de Uberlândia. E nenhum retornou, porque todos já estavam engajados em outras universidades, espalhados Brasil afora, mas eles foram remunerados por todo esse tempo. Porque eles foram anistiados. E essa foi uma outra época de grandes lutas do movimento estudantil em Uberlândia, e muito especial da psicologia, e da qual eu participei ativamente. (Anita, 60 anos, professora universitária aposentada).**

Pode-se constatar que os agentes repressivos não respeitaram nem mesmos os professores, porque era comum, segundo Anita, a presença de um aluno novo, que não sabiam de onde tinha vindo e que estavam ali para espionar, vigiar, filmar, fotografar e, sempre quando tinha algum movimento se organizando, um dia antes do ato, policiais invadiam repúblicas e apreendiam material de panfletagem e lideranças do movimento. De modo que os

movimentos e as passeatas eram reprimidos, lideranças dormiam em delegacias, fotos eram mostradas, tudo com o objetivo de causar horror nas pessoas.

> Durante a maior parte do período ditatorial, especialmente nos dez anos que sucederam o Ato Institucional nº 5, os movimentos populares foram impedidos de vir à tona, tanto pela repressão direta como pela censura que bloqueava sua repercussão pública. Tantas foram as tentativas frustradas ou massacradas de expressão pública das reivindicações e protestos, que reforçou-se o isolamento dos grupos de base. Passou a constituir medida de prudência elementar o "não pôr a cabeça de fora". Até mesmo nos contatos pessoais, com colegas de trabalho, vizinhos e amigos, tornou-se de praxe "segurar a língua". Não obstante, o repúdio popular à ordem autoritária manteve-se vivo e persistente. (SINGER; BRANT, 1983, p. 20)

O mergulho no passado sombrio da Ditadura Militar no Brasil faz-se necessário, a partir do momento em que precisamos compreender a dinâmica dos movimentos populares naquele período e quais eram suas bandeiras de luta, até mesmo para entender o porquê de tal perseguição - embora nada a justificasse. Até por que repressão, torturas e assassinatos não se justificam, por ferirem os princípios do direito à vida e os direitos humanos.

2.3 – Situação socioeconômica de Minas no período da Ditadura

Quando se analisa a situação econômica de Minas Gerais, nota-se que foi a mineração a responsável pelo processo de formação de uma sociedade urbana, mas que também se ruralizou em função da decadência do ouro. Somente a partir do século XX é que se tem um desenvolvimento do ponto de vista industrial em Minas Gerais, e novamente assiste-se a um processo de urbanização com o inchaço das cidades e um modelo excludente de desenvolvimento, marcado pelo surgimento de regiões periféricas na nova realidade urbana.

Esse conjunto de mudanças contribuiu para alterar a composição da força de trabalho, causando uma proletarização dos trabalhadores rurais. No que se refere à mulher, nota-se, segundo Filgueiras (1988), que a participação da mesma aumentou consideravelmente entre os anos de 1970 e 1985, com destaque para uma concentração feminina no setor terciário, tal como nos serviços domésticos, atividades sociais, comércio e administração pública.

Ainda seguindo a linha de pensamento da autora, nota-se que o processo de urbanização de Minas Gerais foi um dos fatores de grande impacto quanto à modernização, e isso teve um significado enorme em relação à contribuição da mulher. Entretanto, faz-se

necessário questionar onde estavam essas mulheres? De acordo com Filgueiras (1988), elas se encontravam no setor terciário e em profissões que exigiam menor qualificação, sendo mal remuneradas, mesmo apresentando um grau de escolaridade superior à função que ocupava.

Com o passar do tempo, nota-se que a situação da mulher mudou, embora não o bastante para modificar a sua condição de subalternidade. Para Miranda et al (1987), o movimento de mulheres em Minas Gerais teve uma mobilização maior entre os anos de 1978 e 1983, momento em que foram criados inúmeros grupos, tanto de cunho popular, como aqueles que lutavam por creches e direitos. Nessa época, não tinha se organizado aqui a vertente homossexual, situação que era diferente nos outros estados. Uma das entrevistadas nessa pesquisa, Olga, fala de uma 'sede de algo novo' que incomodava os colegas de trabalho, com seu jeito ousado e irreverente de ser, conforme ela mesma disse.

> **Eu trabalhava na escola Afonso Salgado, de 1ª a 4ª. E aí eu tinha, sim, uma atuação política. Sofri até umas consequências nisso, mas eu tenho uma sede de coisa nova, sabe, e o meu jeito de ser lá na escola, minha forma de atuar com as crianças lá na escola, sabe, e eu também era catequista, e o tempo foi passando e eu acabei afastando da catequese, dando espaço para outras pessoas. Quando eu comecei como professora eu já era catequista e aí a Bíblia, quando a gente quer, a gente faz uma ligação com o que a gente está vivendo, entende? E eu percebi aí uma diferença entre os outros professores. Eles falavam, 'ah!, você quer ir muito longe, você quer ir além', e aqueles textos, sabe, de Ana Tereza, eu tava sempre buscando coisas novas, sempre insatisfeita, querendo algo melhor. E aí não teve jeito. Eu já tinha, né, aquele espírito e tudo. (Olga, 64 anos, professora aposentada)**

Então, essa 'sede' de querer algo melhor, por mudança, é que levou Olga a chegar aos movimentos sociais, porque a partir do momento em que se constata uma insatisfação em relação a alguma coisa é que tomamos consciência de que algo precisa ser feito, e nesse momento é que o sujeito, ao buscar outros espaços, encontra na caminhada pessoas que também comungam dos mesmos ideais. Aí começa um grupo que vai se organizar em prol de uma determinada causa. E foi isso que acabou levando Olga a participar das Comunidades Eclesiais de Base.

Nessa perspectiva, os chamados "grupos de reflexão" ou de "autoconsciência", propostos pelo Movimento Feminista, se tornaram um espaço para as mulheres debaterem acerca do seu cotidiano e das suas experiências importantes ou não. Foi nesse espaço, sem a presença dos homens, que as mulheres passaram a desenvolver a ideia de coletividade a partir de uma identificação entre iguais. Inclusive, para alguns setores da sociedade, como os de

esquerda, hostilizavam os grupos de reflexão, por considerar inúteis as reflexões relacionadas ao corpo, à sexualidade, à liberdade da mulher, entre outras, devendo ser priorizada a luta pela democratização e pela anistia.

> Todos os movimentos sociais reúnem pessoas que sofrem uma mesma opressão. O movimento das mulheres, dos negros, dos hippies ou dos homossexuais tem sua base na cooperação entre aqueles que real ou imaginariamente compartem os mesmos problemas. E é por isso que todos eles só reconhecem como membros plenos aqueles que podem exibir esta condição comum; nos grupos feministas, por exemplo, só as mulheres são aceitas. (CARDOSO, 2008, p. 339)

Concordamos com Cardoso quando diz acerca de reunirem em um grupo pessoas com as mesmas necessidades e características, porque isso acaba por criar uma identidade do grupo e, ao mesmo tempo, contribui para o fortalecimento do mesmo, já que não é interessante a participação de pessoas que em nada somam ao movimento, uma vez que os objetivos dos homens, por exemplo, não são os mesmos das mulheres.

Entretanto, é na Federal de Uberlândia que Anita, uma das entrevistadas nesta pesquisa, se insere nos movimentos sociais, especialmente no Movimento Estudantil. Ao ser indagada acerca da sua atuação política e profissional, ela nos diz:

> **A minha atuação política na realidade começa quando eu, aos 17 anos, passo no vestibular e vou para Uberlândia, num é?. Então, na universidade, naquele momento, anos 70, existia uma grande mobilização de reconstrução da UNE, da UEE, que tinham sido totalmente destruídas, e é aí, através do diretório acadêmico da psicologia, que era o meu curso, eu começo a participar do movimento estudantil, e todo aquele discurso que na época as grandes bandeiras eram as liberdades, terra, né? Para quem nela mora e trabalha, a grande bandeira da reforma agrária, né? E trabalho, né? Tudo aquilo me dizia muito respeito. Tudo aquilo falava muito para mim. Não por uma discussão política, mas por uma questão do lugar de onde eu vim e da realidade da minha família, o que eu via. Então tudo aquilo falava de mim. Então, de uma forma muito natural, fui me identificando e fui entrando para o movimento, me tornei uma liderança do movimento estudantil no final dos anos 70, início dos anos 80 na Universidade Federal de Uberlândia, participando das grandes greves, greve da UEE, greve de três dias, depois tivemos na psicologia, especialmente, grandes movimentos, porque a psicologia era muito voltada para uma psicologia mais alienada, mais do ajustamento social, da adequação do sujeito, e aí tinha um grupo de professores e de alunos do qual eu fazia parte, que nós já começávamos a ter uma outra leitura da psicologia, através das discussões da Alapso (Psicologia Social da**

> **América Latina) e já no inicio da Abrapso no Brasil (Associação Brasileira de Psicologia Social), que fazia uma outra leitura, que a psicologia tinha de servir para emancipar, num é? (Anita, 60 anos, Professora universitária aposentada e psicóloga).**

Pode-se afirmar, pela fala, que esse contexto vivido por Anita é que contribuiu para fazer dela uma liderança num período complicado que foi a Ditadura, e que mais à frente, quando retorna à cidade de Montes Claros, e trabalhando na Casa de Pastoral Comunitária, é que pôde coordenar projetos sociais e desenvolver um trabalho voltado à pequena produção. Concomitantemente, promoveu o desenvolvimento das comunidades com as quais trabalhava e, ao mesmo tempo, a emancipação de pessoas que se encontravam oprimidas em seu cotidiano, tanto do ponto de vista político quanto do social e econômico.

A participação das mulheres nos movimentos sociais foi crucial no sentido de ajudar a descontruir a invisibilidade das mesmas, que passaram a se articular nas Comunidades Eclesiais de Base e nas associações de moradores, de tal forma que essa participação contribuiu para a formação de novas lideranças, conforme o relato de Olga.

> **Eu era catequista e atuava na escola, né? As meninas que me conheciam lá, que eram catequistas, e o padre Osvaldo, que foi um que atuou juntamente com Roseli... a Márcia foi mais na frente um pouquinho, mas o padre Osvaldo era seminarista e ele queria conhecer algumas lideranças. E aí as meninas falaram, minhas colegas de catequese, que eu era lá do Santos Reis, e aí as celebrações aqui eram na Toca e manufatura de roupas, porque aqui ainda não tinha Igreja. Aí um dia, eu estando lá, ele perguntou se eu estava presente, aí alguém falou: ela tá sim, ela sempre vem. Aí ele pediu para me chamar, conversou comigo, me convidou para fazer uma inscrição que eu já tinha tomado como catequista e falou: olha, você poderia participar de um encontro que a sua colega de catequese, a Gera, Geralda do Santos Reis, ela indicou seu nome, aí nesse momento ele me passou a ficha, eu preenchi e eu fui para o 1º encontro das Comunidades Eclesiais de Base, a CEBS. (Olga, 64 anos, professora aposentada)**

Percebe-se, a partir desse momento, como foi o processo para que Olga se tornasse uma voluntária e militante dentro da Igreja. Enquanto alguns colegas de profissão já haviam recriminado o exercício do seu papel, Olga, cada vez mais, se tornava uma pessoa com sérios problemas naquilo que, por sinal, ela havia proposto, porque, segundo ela, não é um trabalho fácil, mas que, de certo modo, trouxe outras pessoas para o movimento e é isso que é o importante. E, assim, Olga começa a participar de modo mais ativo nas CEBs.

Emily, 64 anos, natural de Belo Horizonte, morou em Montes Claros (Minas Gerais) entre os anos de 1981 e 1992. Psicóloga de formação, trabalhou na prefeitura de Montes Claros e coordenou projetos sociais do Programa Cidades de Porte Médio, convênio nacional do Brasil com o Banco Mundial. Em 1984, após sair da prefeitura, passou a participar das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), particularmente da Comissão Pastoral Comunitária da Arquidiocese de Montes Claros, e também foi professora de Psicologia Social na antiga Fundação Norte Mineira de Ensino Superior/Unimontes.

Ao ser questionada acerca da sua atuação política e profissional, Emily disse que apoiava as lutas sociais, sobretudo as lutas dos camponeses e posseiros de toda a região. E assim ela relata:

> **Recém-formada em Psicologia, em 1981, chego a Montes Claros para trabalhar na prefeitura Municipal e logo me engajo nas CEBs e na criação e oposição sindical de diversos sindicatos de trabalhadores urbanos, como da construção civil e metalúrgicos e, sobretudo, de sindicatos de trabalhadores rurais, que por toda a década de 80 vão se organizar em delegacias de base na luta de posseiros pela resistência à expulsão de suas terras e na luta pela Reforma Agrária. (Emily, 64 anos, Militante e Psicóloga).**

Percebe-se então, aqui, a relevância da mobilização das pessoas ao partirem para a criação dos sindicatos, numa tentativa de conquista e ocupação da terra em uma época de negação de direitos, tal qual foi a Ditadura Militar. Para ilustrar esse período, a entrevistada fala de um dos maiores conflitos territoriais rurais da época, que foi o massacre de Cachoeirinha, de onde foram expulsas centenas de famílias de posseiros. O fato ocorreu entre 1964 e 1971 e deixou vários mortos. Tal acontecimento também foi muito citado por outra entrevistada, fonte desta pesquisa, no momento em que falava sobre os problemas de ocupação de terra.

> **Quando a gente ia viajar, os fazendeiros aqui da região colocavam os jagunços na estrada, porque em meados de 81, 84... porque 84 foi as Diretas Já, 86 até 90 para te dizer, eles conheciam, eles eram da TFP (Tradição, Família e Propriedade)... Eles conheciam o trabalho que estava em Montes Claros, até mesmo pelas pessoas da igreja, então a gente era muito visada, quem era dos movimentos de libertação era visto como baderneiro, era comunista, é do PT, era daquela Igreja que não é Igreja. Então, quando o Luiz Chaves ele ia, ele era ligado aos trabalhadores rurais, acho que ele foi até candidato a prefeito por aí e hoje ele é delegado nessas quebradas por aí. Então quando ele ia às vezes a gente tinha até de trocar de**

> **carro, quando a gente chegava em um determinado lugar ele falava 'olha, depois da casa de fulano nós vamos trocar de carro e pegar outro', já tudo combinado. Então tinha momentos que a gente ficava bem assustada. A Sebastiana e eu ficava, e uma época nós fomos todos revistados, quando fomos para a Cachoeirinha, hoje lá tem outro nome, Verdelândia, lá em Cachoeirinha foram queimadas muitas pessoas, muitas pessoas foram presas, torturadas, assassinadas. Tinha muita gente que estava colocando fogo e morreram queimadas que estavam ocupando as terras. Tinha gente que morreu torturada, assassinada pela polícia, pelo DOPS. Aí quando pegou o ônibus para ir para lá ajudar as famílias, todo mundo foi, a Rosely, o Padre Osvaldo enquanto Igreja, Betinha, tava todo mundo, já tinha bastante gente de sindicato que tinha sido criado e foi dois ônibus. A polícia nos parou, o ônibus foi aberto e todo mundo foi revistado, desceu todo mundo e foi encostado. (Olga, 64 anos, professora aposentada).**

A fala de Olga chama atenção para a gravidade da situação enfrentada pela equipe da CEBs, tanto pelo contexto de ser Ditadura Militar quanto pelo próprio conflito de terra em si. A ação dos fazendeiros por meio de seus jagunços, o perigo ao qual a equipe era submetida, e a forma como eram vistos os membros dos movimentos de libertação sinalizaram o teor de dificuldade enfrentado. O esquema montado, até mesmo de trocar de carro antes de chegar ao destino, assustava muito as pessoas que trabalhavam nas Comunidades Eclesiais, e essa atitude era necessária para dificultar a identificação dos mesmos, pois todos, de certo modo, corriam risco de vida diante daquele contexto.

Quando indagada acerca do que fez de relevante, Emily fala do apoio às lutas dos posseiros pela Reforma Agrária e, mais tarde, as ocupações de áreas não produtivas e também o apoio à organização das comunidades de pequenos agricultores e posseiros nas lutas por direitos, pela terra, por uma política agrícola adequada, que depois ganhariam o nome de agricultura agroecológica. Além disso, Emily coordenou um Fundo de Ajuda, conhecido como Fundaju, que era uma espécie de apoio financeiro a pequenos projetos de alternativas econômicas, educativas, de captação de água, produção apropriada aos biomas do cerrado, entre outros.

> **O Fundaju, financiado por entidade de cooperação internacional da Alemanha atendia a diferentes comunidade e organizações de cinco dioceses do Norte de Minas, Noroeste e Jequitinhonha. Nesse trabalho procurava dar foco e visibilidade às demandas específicas das mulheres, como a produção de doce, a horta comunitária, a educação, preservação ambiental (contra agrotóxicos), pela saúde e fortalecer sua autoestima e autonomia**

> **frente às autoridades, seja no banco, na igreja, aos patrões, ou à autoridade familiar (Emily, 64 anos, Militante e Psicóloga).**

Para Emily, essas atividades contribuíram para uma melhor formação política das pessoas, já que as mesmas foram responsáveis por fortalecer muitas lideranças, de homens e mulheres, que emergiram naquele contexto, assim como para a emergência de processos de organização e lutas comunitárias e políticas, como a criação de Sindicatos de Trabalhadores Rurais, movimento de mulheres camponesas do Norte de Minas, ligadas à Fetaemg[12], ou a comunidades tradicionais, a criação do Centro de Agricultura no Norte de Minas, a criação e o fortalecimento de partidos e lideranças políticas de esquerda, nos diferentes municípios rurais da região.

Assim, constatamos, por meio das narrativas das entrevistadas e dos autores utilizados, o grau de tensão existente no período da Ditadura Militar e como os movimentos se articulavam diante do cenário que estava posto.

2.4 – A influência dos movimentos religiosos

O Golpe de 1964 deixou poucos sobreviventes em termos de reações populares, e entre esses poucos, estava a Igreja, que oferecia condições mínimas de resistência e fazia uma opção especialmente pelos mais oprimidos e injustiçados, que com a bandeira da fé e da resistência, buscavam uma sociedade melhor, por meio das chamadas Comunidades Eclesiais de Base, que

> se colocam como comunidades: lugar de relações primárias, ao nível pessoal, afetivas; eclesiais: comunidades de fé em Jesus Cristo, sinal de sua salvação e presença; de base: o núcleo menor deste todo que é a Igreja Universal, identificado, na prática, com os pobres. Em termos sociológicos, também vale a expressão teológica: nova forma de ser Igreja. As CEBs, com efeito, são expressão da Igreja, sensibilizada pelo contexto social em que se insere, a busca da transformação política necessária. (PAIVA, 1987, p. 142).

[12]Fetaemg - Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais é uma entidade sindical filiada à Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura- CONTAG, organizada em doze Polos Regionais e mais de 500 Sindicatos de Trabalhadores Rurais. Essa organização constitui o Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais- MSTTR. Essa entidade representa os mais diversos segmentos como assentados da reforma agrária, agricultores familiares, assalariados rurais, meeiros, arrendatários, mulheres jovens e terceira idade, totalizando mais de um milhão de associados. Disponível em: https://www.fetaemg.org.br/institucional/a-fetaemg. Acesso em 03/12/2019

Desse modo, as CEBs tinham um papel fundamental enquanto Igreja. Na concepção de Paiva (1987), havia todo um slogan no desempenho de função, como, por exemplo, "*Igreja, povo que se liberta*", "*Igreja, povo oprimido que organiza para a libertação*", "*Igreja, povo unido, semente de uma nova sociedade*", "*CEBs, esperança de um povo que luta", "CEBs, caminho da libertação".*

Ao analisar a atuação das CEBs em Minas Gerais, nota-se que as mesmas não só se preocuparam com as questões da liturgia, espiritualidade, doutrina, mas também com questões voltadas à higiene, agricultura e outros mecanismos de realização do ser humano, de modo a amenizar a fome e a miséria em que muitos se encontravam. Desse modo, contribuíam para um processo de promoção humana, até porque as CEBs ofereciam cursos em seus encontros, e nesses momentos havia toda uma discussão em relação ao social, ao econômico e ao político.

Inicialmente, as relações sociais nas CEBs eram majoritariamente do tipo interpessoal, uma vez que havia um desenvolvimento voltado para o ser comunidade. Por outro lado, o papel da Igreja foi decisivo para que as comunidades começassem a se articular em termos sindicais e políticos, e por isso "as CEBs começaram a se identificar como um lugar de resistência face à política global do regime". (PAIVA, 1987, p. 150).

A resistência das CEBs se fez notar também na área urbana industrial, com destaque para o papel dos padres operários, numa perspectiva de militância profissional, embora a repressão da Ditadura Militar tenha conseguido fazer um verdadeiro desmonte das organizações. No entanto, em meio a esse cenário sombrio, a Igreja buscou uma nova forma de atuação e partiu em direção a um processo de Igreja renovada à base de grupos de reflexão, estudos bíblicos, grupos na rua, enfim, buscou-se um novo jeito de ser Igreja. E as Comunidades Eclesiais passaram a lutar por diversas demandas, como transporte, saúde, energia, água encanada, educação, segurança, emprego e outras.

No que se refere à organização das classes populares as CEBs contribuíram, segundo Paiva (1987), em quatro aspectos: primeiro, a visão que tinham dos problemas do povo; segundo, o que elas faziam para resolvê-los; terceiro, a relevância do trabalho de conscientização; o quarto e último dizia respeito às relações com outros movimentos populares. Dessa forma, o papel desempenhado pelas CEBs foi de fundamental importância no sentido de pelo menos tentar diminuir o sofrimento dos mais oprimidos.

> Podem-se catalogar as atividades das CEBs em três seções: numa primeira, arrolam-se obras de saneamento básico, transporte coletivo,

> atendimento médico-hospitalar, realizadas por terceiros, sob pressão das comunidades; numa segunda, iniciativas suas em terreno próprio, como cooperativas, hortas comunitárias, mutirões de serviço, etc., numa terceira seção, política partidária, organização do trabalhador, defesa das "minorias", etc. (PAIVA, 1987, p. 155).

Nota-se, assim, que houve uma evolução das pessoas em termos da consciência que tomaram de suas realidades e como isso contribuiu para que as mesmas partissem em direção a um certo envolvimento político para cobrar das autoridades uma ação no sentido de resolver os problemas, que não eram poucos, e que, de certo modo, os incomodavam. Obviamente, essa resolução tinha de partir do poder público, em diversas esferas, tanto em termos de adoção de políticas públicas, quanto em relação à adoção de leis e incentivo à esfera privada, para que também pudesse contribuir na resolução dos tais problemas, que eram da ordem de emprego, moradia, saneamento, educação, transporte, posse da terra, etc.

Nesse contexto é importante pontuar que havia uma certa perseguição a alguns membros da Igreja por darem apoio às comunidades necessitadas. Existem até exemplos de fazendeiros que ameaçavam demitir empregado que participasse de CEBs, bem como padres que eram retirados de determinadas comunidades por apoiarem sindicatos e CEBs. Além de políticos influentes que contribuíam para esse tipo de situação, também havia grupos da própria Igreja que eram mais conservadores, posicionando-se de maneira desfavorável em relação aos mais oprimidos. Uma das entrevistadas nessa pesquisa falou como era a atuação das elites agrárias na região no início dos anos 1980.

> **Como Coordenadora da Casa de Pastoral Comunitária e CPT/Norte de Minas sofri ameaças e pressão, junto com lideranças, os grupos de camponeses e indígenas da região, oriundas da arbitrariedade e da violência das elites agrárias locais... Também a diocese, pressionada pela mesma elite agrária da região, passou a exigir da equipe da CPT e da Casa de Pastoral uma atuação "mais amena" frente às contradições na luta por ocupações e reforma agrária. Acabei tendo que deixar o emprego na diocese e voltar para Belo Horizonte, onde estive desempregada por um bom tempo. (Emily, 64 anos, Militante e Psicóloga).**

Nota-se, pela fala de Emily, que havia uma intolerância das elites agrárias no tocante às questões relacionadas à terra, uma vez que havia uma luta por políticas de reforma agrária que era e ainda é muito difícil - já que a luta por terra é também uma luta por democracia, por igualdade e contra a exclusão social. Isso, de certa maneira, acaba por atingir também a ideia de propriedade, que é um dos elementos do capitalismo, e por isso, a luta se torna mais

complexa, de modo a colocar em risco a vida das pessoas que trabalhavam na Casa de Pastoral e Comissão Pastoral da Terra.

Mas era nos grupos de consciência que as pessoas refletiam acerca de sua condição e pensavam em estratégias de mudança social, como podemos observar em um trecho dos cadernos de conscientização citados por Paiva.

> "Não sei, não gente, falou a Wilma. São tantos os problemas do mundo, como salário injusto, o sofrimento dos boias frias, falta de condição financeira para o cultivo da terra, exploração dos meios de comunicação social, que nós vivemos esmagados. / E o desemprego, comentou a Brígida. Vemos ainda o danado do capitalismo que cega a humanidade, não respeitando os direitos humanos. / Por falar em capitalismo, disse o Fanoel, esse mal é a grande raiz de onde nascem a fome, a miséria, a opressão, a exploração, a prostituição, o egoísmo, a ganância e todos os vícios incentivados pelos meios de comunicação social" (PAIVA, 1987, p. 157-158)

A narrativa exposta nos ajuda a compreender como funcionavam os grupos de consciência e a importância das falas de seus atores, bem como a simplicidade de suas observações, pois mesmo sem o rigor acadêmico, percebemos a riqueza da análise da realidade vivida por aquelas pessoas, que levou a um programa de conscientização política e a uma melhor organização do povo, cujo resultado foi notado na adesão aos partidos de oposição no começo da década de 1980.

Assim, as CEBs foram utilizadas como ponto de encontro e reflexão para a emergência de novos movimentos populares. Portanto, não há como querer entender os movimentos sociais em Minas Gerais sem se referir às CEBs, a menos que o objetivo seja ignorar suas raízes e o legado que elas deixaram, uma vez que foram, em um determinado momento, época da Ditadura, o único lugar da expressão do desejo e da mudança, pelo menos por parte dos mais desfavorecidos.

2.5 – Movimentos sociais e esfera produtiva em Minas Gerais

Durante a Ditadura Militar ocorreu o chamado Milagre Brasileiro, período marcado por um acentuado crescimento econômico. E em Minas Gerais também ocorreu o denominado 'Milagre Mineiro'. Durante a década de 1970, observou-se aqui um período de profundas mudanças, marcado pela entrada do capital estrangeiro, notadamente com o início das atividades da montadora FIAT (Fábrica Italiana Automobilística de Turim), que contribuiu

para o surgimento dos distritos industriais em Betim e Contagem, na grande Belo Horizonte – BH, e em outras cidades do interior de Minas. Montou-se a indústria siderúrgica, como a Açominas, além de pequenas fábricas (LE VEN, 1987).

Esse contexto de modernização levou a mudanças na estrutura produtiva, bem como à composição da classe formada pelos trabalhadores e as novas formas de exploração da mão de obra. Nessa época ocorreu uma diversificação dos trabalhadores, que se renovaram tanto nas antigas quanto nas novas indústrias. Entretanto, nos anos iniciais à Ditadura, ocorreu uma forte repressão aos trabalhadores e militantes de organizações tidas como clandestinas e, consequentemente, foram destruídas redes de organização que existiam dentro das fábricas. Desse modo, o início dos anos 1970 foi marcado pela distância entre os sindicatos e a vida nas fábricas, processo esse que só teve continuidade em fins dos anos 1970 e início da década de 1980.

Outro ponto relevante do movimento operário refere-se à mudança na mobilização, que a partir da década de 1980 deixou de ser mais coletiva para se tornar individual, uma vez que os trabalhadores foram obrigados a entrar na lógica do capital como forma de garantir a sua sobrevivência mediante a ameaça de desemprego. Desse modo, a luta assumiu outra característica, deixando de ser por melhores salários e melhores condições de trabalho para ser uma luta pela manutenção do emprego. "Em conclusão, pode se afirmar que há em Minas Gerais, um movimento operário capaz de se organizar em defesa de seus interesses particulares, a partir do local e dos problemas do trabalho frente aos novos desafios da reorganização do capital e das políticas do Estado". (LE VEN, 1987, p. 45).

Nesse sentido, observamos certa individualidade dos trabalhadores, já que os mesmos buscavam interesses pessoais, o que, de certo modo, era bom para o sistema capitalista, porque enquanto eles estavam pensando em si próprios, isso fragilizava a articulação coletiva na busca de outros interesses, o que acabava por agradar o modo de produção existente.

> O movimento sindical mineiro, por sua vez, não conseguiu expressar e defender organicamente os interesses coletivos da classe trabalhadora, através das centrais sindicais ou pelas limitações da organização estadual da CUT, ou pela preocupação político-partidária dos sindicatos ligados à CONCLAT.[13] (LE VEN, 1987, p. 45)

[13] CONCLAT – Congresso Nacional da Classe Trabalhadora.

Para esse autor, o movimento sindical não conseguiu abarcar os interesses da classe operária, mas conseguiu contestar a exploração salarial existente, que havia no interior das fábricas e se organizava em defesa dos interesses particulares frente às dificuldades enfrentadas em relação ao capital e às políticas estatais.

2.6 – Mulheres e Trabalho em Minas Gerais

A partir de 1970, presencia-se no Brasil um crescimento da oferta de mão de obra feminina e a sua incorporação às atividades econômicas. Obviamente que esse processo ocorreu de maneira distinta nos diferentes lugares do país e com a manutenção dos valores patriarcais, uma vez que a mulher passou a ser vista como trabalhadora secundária e continuou exercendo suas funções domésticas de dona de casa, mãe e esposa. É importante salientar que mesmo ocupando o mercado de trabalho e transformando a força produtiva, muitas mulheres ainda continuam sendo submetidas à subalternidade e à opressão.

A temática acerca do trabalho feminino assumiu uma importância muito grande nas Ciências Sociais e, aos poucos, as questões referentes às relações de gênero começaram a ser visualizadas. Das condições de trabalho ao bairro onde moravam, bem como o relacionamento familiar, todo esse contexto passou a ser estudado. E, em Minas Gerais, não seria diferente. O desenvolvimento implantado aqui contou um tripé muito relevante formado primeiramente pelo Estado e as empresas nacionais e estrangeiras, que potencializaram o desenvolvimento de Minas.

O êxodo rural, juntamente com a intensificação do capitalismo, promoveu mudanças significativas em Minas Gerais, tendo o Estado como promotor de projetos e programas de desenvolvimento na área rural, o que causou o empobrecimento ainda maior dos trabalhadores, os chamados boias-frias, que eram submetidos ao desemprego temporário e tornavam-se trabalhadores precarizados em colheitas de café, laranja e corte de cana. (FILGUEIRAS, 1988).

Então, mesmo que a força produtiva tenha sido majoritariamente masculina, também houve uma inserção muito grande das mulheres. O surgimento de novas oportunidades de trabalho, bem como a necessidade de aumentar a renda familiar por conta dos processos de pauperização, elevação do padrão e consumo foram as razões que contribuíram para a entrada das mulheres no mercado de trabalho.

Embora essa pesquisa seja qualitativa, tivemos, de acordo com Neves (1983, p. 40 apud Filgueiras, 1988), 17.284 mulheres empregadas na indústria têxtil em Minas Gerais no ano de 1960, e 14.152 mulheres no ano de 1970. Observando os números percebe-se um decréscimo das mulheres entre 1960 e 1970, isso porque, nesse mesmo período, o número de homens variou, em 1960, de 14.304 para 18.789, em 1970. É importante ressaltar que a entrada maciça das mulheres no mercado de trabalho mostrou uma desvalorização da mão de obra feminina, uma vez que eram as mulheres quem recebiam os menores salários e, quando voltavam para casa, ainda tinham os afazeres domésticos à sua espera.

O ano de 1975, nomeado pela ONU como o Ano Internacional da Mulher, foi de fundamental importância para o movimento de mulheres no Estado de Minas Gerais, pois a partir desse momento começaram as discussões em torno do universo feminino e sua discriminação, com um impacto muito forte no processo de conscientização. Isso desencadeou o crescimento de movimentos e organizações voltados às questões da subalternidade e dependência das mulheres. Inúmeras outras questões fizeram parte do debate na época e até hoje ainda são bem atuais, como o prazer feminino e o aborto.

Quando se fala em movimentos de mulheres em Minas Gerais a partir da Ditadura Militar, torna-se necessário pontuar o protagonismo de alguns deles. Em primeiro lugar, o Movimento Feminino pela Anistia – MFPA, que embora fundado em São Paulo por Terezinha Zerbini, começou de fato em Minas Gerais, no ano de 1976, por parentes de políticos presos e demais mulheres que tinham interesse na libertação de marido, filhos, parentes, etc. (MIRANDA; FILGUEIRAS; CÓSER, 1987). O fato desse movimento ter sido considerado de mulheres foi porque as mesmas foram quem sentiram mais de perto a falta dos filhos, maridos e/ou parentes, lembrando também que esse movimento contribuiu muito para dar início ao processo de redemocratização.

Em segundo lugar, destacou-se o movimento de luta por creches, especialmente em Belo Horizonte, já que, com o desenvolvimento industrial e a inserção das mulheres no mercado de trabalho, elas precisariam de um espaço onde pudessem deixar os seus filhos para o exercício de suas atividades. Assim, as principais reinvindicações eram: “construção e manutenção da creche, fornecimento de alimentação às crianças, remuneração do pessoal que ali trabalha, assistência médica às crianças, integração do trabalho dos diferentes órgãos que estabelecem convênios com as creches, para uma política única em relação ao menor”. (MIRANDA; FILGUEIRAS; CÓSER, 1987, p. 174).

Desse modo, esse movimento, que ao final conseguiu a criação de inúmeras outras creches, foi crucial em termos de ajuda às mães trabalhadoras, já que a creche era o local onde podiam deixar seus filhos e que também contribuía para uma mudança na esfera produtiva, uma vez que aumentou o número de mulheres nas fábricas, por exemplo. Assim, o Movimento de Luta por Creche foi considerada a primeira vitória de organização das mulheres.

Outro movimento que chamou a atenção foi o das "Empregadas Domésticas", que tiveram de ir à luta contra a discriminação e por diversas outras necessidades. Essas mulheres sofriam preconceitos por serem mulheres, domésticas e, na maioria das vezes, por serem negras. Então, era preciso ir à luta para conquistar direitos e para desconstruir a ideia de que mulher negra tinha de ser, também, doméstica. No entanto, com a organização das mesmas em uma Associação de Domésticas é que começou um processo de conscientização e profissionalização dessa profissão, que se encontrava numa situação marginalizada perante a sociedade, tanto no tocante à pessoa humana quanto na questão do trabalho.

Para Francisco (1987, p. 215), "a defesa de mulher negra é reduzida a seu aspecto economicista e de denúncia da discriminação machista. O trabalho a ser desenvolvido é junto aos meios de comunicação, no combate à reprodução e perpetuação da discriminação da Mulher Negra". Desse modo, travou-se uma luta das mulheres do Movimento Negro Unificado – MNU, entidades feministas e o movimento de mulheres em geral, no sentido de fazer denúncias de violências e discriminação de toda a natureza contra as mulheres.

Em Minas Gerais tivemos a criação do Centro de Defesa dos Direitos da Mulher – CDM -, originado a partir do impacto causado por dois assassinatos de mulheres em 1980, com a alegação da legítima defesa da honra, e que provocaram revolta na população. Tal centro recebeu ajuda da Fundação Ford para que fossem financiadas atividades de atendimento às mulheres vítimas de violência e vários outros serviços, com destaque para o SOS-MULHER[14].

> De um modo geral, os trabalhos realizados pelo SOS-MULHER e pelo Centro de Defesa da Mulher encontravam diversos obstáculos, a começar pelo tratamento dado pelo delegado de polícia ao receber a mulher vítima de violência. Costuma-se tratar as agressões como

[14] O SOS-MULHER era o "serviço de atendimento às mulheres vítimas de violência, para assessorá-las no encaminhamento de sua opção para solucionar o problema. O SOS-MULHER se auto definiu como um lugar onde mulheres se reúnem para prestar solidariedade e apoio umas às outras". (Centro de Defesa dos Direitos da Mulher, 1982, apud MIRANDA; FILGUEIRAS; CÓSER, 1987, p. 178)

> meras desavenças familiares. Sugere-se até mesmo que a mulher queixosa deve ter tido alguma culpa para que o homem se torne tão agressivo. "Será que você não preparou o jantar dele e ele ficou aborrecido?" (TELES, 2003, p. 133)

Percebe-se, de acordo a autora, uma tentativa de minimizar a culpa do agressor, culpando também a mulher pela violência sofrida. Na verdade, isso demonstra a gravidade do tratamento dispensado às mulheres, o que, de certa forma, acabou contribuindo para que o movimento de mulheres levantasse a bandeira em prol da criação das delegacias de defesa da mulher, uma vez que, além de serem vítimas da violência doméstica, ainda tinham de suportar o constrangimento feito pelos funcionários das delegacias.

É nesse contexto que são criadas, em 1985, as delegacias em vários lugares do país, inclusive em Montes Claros, com a articulação do Movimento de Mulheres, que criaria mais tarde, em 1989, na cidade de Montes Claros – Minas Gerais, a União Popular de Mulheres de Montes Claros.

> **Se depois a gente conseguiu coordenadoria da mulher junto à prefeitura a gente também deve muito ao movimento de mulheres, casa abrigo da mulher hoje em Montes Claros e mesmo o conselho municipal dos direitos da mulher. Eu falo que foi uma luta dessa entidade com outras mulheres que não lembro aqui na época, e eu acabei enveredando muito para palestra, eu sempre dei muita palestra sobre a situação da mulher, o crescimento da mulher e com isso tenho relatos de mulheres que conseguiram vencer principalmente situações de violência a partir dessas palestras. Para mim, o relevante é que a entidade sobreviveu e tá aí até hoje. (Rosa, 53 anos, Socióloga)**

Constata-se a partir da narrativa de Rosa que a organização do Movimento de Mulheres foi fundamental no sentido das conquistas alcançadas, que aos poucos foram tornando-se visibilizadas, já que a violência doméstica, por exemplo, fazia parte de um fenômeno historicamente oculto e, até então, visto como normal aos olhos da sociedade. Assim, as delegacias especializadas tiveram a missão de desnudar o espaço da casa, visto como um ambiente perigoso para essas mulheres.

Segundo Miranda et al (1987), foi criado, em 1983, um grupo de mulheres chamado "Movimento Popular de Mulheres" – MPM – com o intuito de ampliar a organização autônoma da mulher em Minas Gerais. "Dentre seus objetivos destaca-se a luta contra qualquer discriminação que se pese sobre a mulher, como também de seus interesses e dos

interesses de todos os oprimidos, através de sua movimentação e organizações". (MIRANDA; FILGUEIRAS; CÓSER, 1987, p. 179).

Para as autoras, esse movimento contribuiu para o desenvolvimento de inúmeras campanhas em prol da defesa tanto de questões políticas quanto dos interesses da mulher [15]. E é interessante pontuar que a partir desses movimentos surgiu também, em Montes Claros, a União Popular de Mulheres de Montes Claros. Essa entidade, criada em 1989, tinha como foco principal a emancipação da mulher, conforme narrativa de Rosa.

> **Em 89 a gente construiu alguns núcleos de mulheres, principalmente mulheres trabalhadoras, e nosso foco era a emancipação da mulher, né? Então a gente tinha um núcleo que funcionava nos principais bairros operários, Eldorado, Santos Reis, Vila Atlântida, e em função dessa nucleação das mulheres a gente fundou a União Popular de Mulheres em 89 e minha militância surgiu aí. É uma entidade que defende o socialismo como verdadeira emancipação da mulher e enfrentamos, né?, esse período que era pós-ditadura com um machismo muito arraigado. E eu, o que tinha 21, 22 anos... e já presidia essa entidade. A violência contra a mulher era algo bem naturalizado e mulher que participava de movimentos assim, de movimentos políticos, não era bem vista, era sempre criticada pela família e por todos. (Rosa, 53 anos, Socióloga).**

Percebe-se, a partir dessa narrativa, como foi importante a nucleação das trabalhadoras da cidade de Montes Claros no sentido de que essas ações contribuíram para a formação de algo bem maior, que foi a União Popular de Mulheres, uma entidade apartidária, que ajudou mulheres em questões de violência e emancipacionistas no sentido de levar a mulher à participação no cenário político e à formação de lideranças. As articulações do Movimento de Mulheres feitas por essa entidade foi relevante também no sentido de contribuir para a formação de diversos movimentos em outras cidades do Estado de Minas Gerais. E, no Norte de Minas, devido à forte atuação das CEBs, por meio de suas pastorais, sindicatos e partido político, esses Movimentos de Mulheres foram, aos poucos, se fortalecendo, e mesmo diante das críticas que algumas mulheres sofriam, elas foram, gradualmente, tornando-se visibilizadas dentro de suas realidades, ainda que a passos lentos.

[15] O MPM fez a denúncia da interferência do FMI nas questões do controle da natalidade no País; a 'campanha em Defesa da Vida', propondo medidas contra a fome, contra o preço do leite e pedindo mudança de critérios para a distribuição do leite pela LBA; a Semana da Mulher, enfatizando a violência sofrida pelas mulheres com a carestia; a participação na 'Campanha pelas Diretas'.

Com a conquista da Anistia no ano de 1979, muitas mulheres que tinham sido capacitadas para a ação política acabaram sendo liberadas para atuarem em outros movimentos. Como estava acontecendo a volta do pluripartidarismo, essas mulheres começaram a fazer parte dos partidos políticos que estavam se reorganizando na época, como MDB (depois, PMDB), Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e PT (Partido dos Trabalhadores). E, dentro desses partidos, começaram a se formar militantes para atuarem em seus lugares de origem (FILGUEIRAS et al, 1987). Caso, por exemplo, de Anita, que fazia faculdade em Uberlândia e militava nesta cidade. E foi nesse contexto que Anita, nossa entrevistada, à frente dos movimentos na UFU, participa das eleições de 1982 no recém-criado Partido dos Trabalhadores – PT - em Uberlândia. Mesmo sendo a primeira mulher mais bem votada, ela não conseguiu se eleger por uma questão de legenda partidária, como a própria confirma em suas palavras.

> **Em 83 foi a luta pelas diretas já, né? Que era o que ia de alguma forma fazer esse marco, né? Eleições diretas. Então de qualquer forma era muita esperança. Alguns com mais esperança, outros com menos esperança. Mas era sim um período de grandes esperanças, e já uma grande mobilização. Outros setores já estavam mobilizados com as eleições. Até 82 nós só tínhamos 2 partidos, MDB e ARENA. A partir daí nós passamos a ter outros partidos e tive a ousadia de aceitar ser candidata a vereadora pelo PT, isso porque o PT precisava ter votos, era a primeira eleição e ele precisava ter um percentual de votos para legalizar, se ele não tivesse esse percentual ele voltaria a ser um partido clandestino e não se legalizaria enquanto partido. Então havia um clamor enorme para que as lideranças do partido, aquelas que pudessem ter uma certa quantidade de votos, que se candidatassem e foi um período muito difícil, porque naquela época o voto era vinculado e foi a primeira eleição do PT. Voto vinculado você teria de votar no mesmo partido, era eleição de vereador, prefeito, deputado estadual, deputado federal e governador, nessa época a nossa candidata ao governo de Minas foi a querida Sandra Starley e você tinha de fechar a chapa. E o PT era um partido muito recente. Uberlândia nós não tínhamos lideranças porque tinha sido tudo fechado, e aí como fazer? Aí, eu como tinha um certo protagonismo no movimento estudantil, então me chamaram e falaram que 'olha você tem de candidatar e trazer os votos do movimento estudantil', não é? Aí foi muito legal, porque eu fui a vereadora mais bem votada. Embora o PT não tenha tido o percentual necessário para garantir, eleger um candidato, então o PT não elegeu nenhum candidato, mas do PT eu fui a mais bem**

> **votada. (Anita, 60 anos, Professora universitária aposentada e psicóloga).**

Quando se analisa essa fala de Anita, percebe-se a preocupação que ela tinha no sentido de ajudar o partido ao qual era filiada, e a coragem também em sair candidata a vereadora em Uberlândia, diante de todo aquele contexto de repressão, de liberdades cerceadas e tudo para buscar aumentar o número dos eleitores, já que o objetivo era trazer os votos do Movimento Estudantil, que naquela época era um dos mais atuantes Brasil afora. E, por outro lado, nota-se a importância e visibilidade que Anita ganha, não somente por ser candidata, mas notadamente por ser mulher. Desse modo, a coragem de Anita contribuiu para dar visibilidade à atuação das mulheres na política, que até então ainda era uma participação meio que tímida.

A militância de Anita no movimento estudantil foi relevante porque, além de ter ajudado a fundar o Partido dos Trabalhadores – PT - em Uberlândia, quando ela se candidatou a vereadora acabou puxando votos do movimento estudantil para esse partido, e havia muita esperança da juventude naquela época, no sentido de que as coisas iriam mudar. Então, era necessário fazer algo para que o sonho se tornasse realidade. Embora não tenha conseguido se eleger, ela contribuiu para deixar sementes na cidade de Uberlândia, porque durante a entrevista, ela falou de Gilmar Ribeiro, ex-prefeito de Uberlândia, que foi deputado estadual, e que na época citada por Anita era filiado, "um menino ainda", que militou no PT quando ela estava saindo de Uberlândia. Nessa mesma época, ela falou de outra companheira que também se destacou em termos de liderança na política.

> **E a outra companheira que era nossa colega de diretório acadêmico, de DCE, de toda essa militância, que é a Marília Campos, que eu tive o prazer de trazê-la aqui em Montes Claros em um evento na Unimontes. A Marília Campos ela militou no PT, virou bancária, foi a para área sindical dos bancários em Belo Horizonte, mais precisamente Contagem, lá vereadora, depois deputada estadual, depois ela foi prefeita de Contagem, hoje ela é deputada estadual e oxalá se for a próxima prefeita de Contagem novamente. (Anita, 60 anos, Professora universitária aposentada e psicóloga).**

Interessante observar como o espírito de liderança fez e faz a diferença, porque enquanto Anita esteve em Uberlândia, ela participou de movimento estudantil, entrou para a luta partidária e os seus amigos de faculdade também exerceram e ainda continuam na luta,

batalhando por direitos, por uma sociedade mais justa e ela, quando retorna à cidade de Montes Claros, se afasta um pouco da militância no PT e se insere em outros movimentos,

> **Me afastei um pouco da militância partidária e fomos trabalhar mais de perto a questão dos professores do ensino superior, das várias lutas travadas aqui na antiga FUNM – Fundação Norte Mineira de Ensino Superior, depois que se transformou na Unimontes. Nós, um grupo de professores, nós fundamos o sindicato, uma Associação, a ADUNIMONTES – Associação dos Docentes da Unimontes. Isso foi em 93, eu fui a presidente fundadora desse sindicato, depois mais umas, duas ou três vezes, eu voltei à direção desse sindicato, sempre participei, sempre tive um carinho enorme pelo movimento porque ele é justíssimo, talvez tenha sido no decorrer de todo esse tempo o único espaço que verdadeiramente colocou um projeto de universidade em disputa, em todos os momentos que foi necessário, em todos os debates a Adunimontes estava ali todas as diretorias que representavam a Adunimontes sempre estiveram muito presentes nesse debate do que que é uma universidade. (Anita, 60 anos, Professora universitária aposentada e psicóloga).**

Percebe-se, pela atuação de Anita, que o seu lugar de fala é o lugar dos movimentos, o lugar da inquietude, uma vez que, independente de onde estiver, é necessário buscar a diferença, ter uma bandeira de luta e acreditar que algo possa ser feito, como o processo de estadualização da universidade, a briga por um ensino público de qualidade, um plano de carreira, enfim, o protagonismo de Anita foi exercido em diferentes lugares, porque ela teve também uma atuação muito importante quando foi para as Comunidades Eclesiais de Base, especialmente a Comissão Pastoral da Terra – CPT, onde ficou por dez anos. Na CPT, Anita desenvolveu diversos projetos comunitários e pôde trabalhar mais de perto determinadas questões, como a organização dos trabalhadores em associações produtivas, por exemplo.

Desse ponto de vista, pode-se observar o surgimento de diversos movimentos sociais com inúmeras bandeiras de lutas, que imprimiam valores e modos de articulação das mulheres, trazendo para o cenário novos atores sociais e, ao mesmo tempo, contribuindo para o processo de institucionalização dos partidos políticos, sindicatos e a própria interação sociedade/Estado. “Em Minas Gerais, como em todo o país, militantes de grupos de mulheres levaram, para o interior dos partidos, suas bandeiras, criando departamentos, comissões ou setores femininos”. (FILGUEIRAS et al, 1987, p. 195).

De acordo as autoras, nota-se um interesse do Movimento de Mulheres na interação com os partidos políticos, até porque, após a Anistia, muitas buscaram outros espaços, e a

partir do momento em que estavam inseridas, elas cuidavam da criação de setores voltados às questões das mulheres. Em Montes Claros, por exemplo, tivemos o Partido Comunista do Brasil – PC do B -, com uma linha de atuação mais feminina, que foi o que chamou a atenção de Rosa.

> **Antes do movimento feminista eu participava da pastoral da juventude, que era a ala mais a esquerda da igreja, né? Com Leonardo Boff. Então a gente fazia movimentos na tentativa de politizar mais jovens para esse crescimento e participação em partidos... E comecei minha atuação no PCdoB, onde sou militante até hoje, no Partido Comunista do Brasil, e o partido tinha uma linha de atuação de mulheres, uma frente emancipacionista que estava organizando entidades nas cidades mais importantes. Em 86 surgiu a União Brasileira de Mulheres e, em 89, nós começamos articular essa entidade aqui em Montes Claros, que ganhou o nome de União Popular de Mulheres, que por sinal amanhã nós estamos comemorando 30 anos dessa entidade. (Rosa, 53 anos, Socióloga).**

Analisando esse trecho da fala de Rosa, percebemos a importância da participação das mulheres nos partidos políticos, porque esse foi e continua sendo um espaço interessante de discussão, não só em termos de uma demanda específica, como era o caso da emancipação da mulher, mas de várias outras temáticas relevantes, porque as questões relacionadas às mulheres e aos seus direitos têm ganhado cada vez mais notoriedade, não só no Brasil, mas em todo o mundo. Obviamente que a participação feminina na política não é um processo fácil, visto que, historicamente, sempre fora excluída. Entretanto, a União Popular de Mulheres trabalhava com as mesmas no sentido sindicalizá-las para fortalecer o movimento sindical e levar a mulher a essa visibilidade nessa participação, nesses espaços de poder.

É importante pontuar a relevância da atuação dos meios de comunicação na época e dos noticiários que conseguiram, a partir de suas transmissões, mostrar o machismo enquanto característica forte, e também novas, atitudes e valores. O próprio Movimento Feminista trazido ao país pelas exiladas ou pelas estudantes de pós-graduação, que trouxeram na bagagem lutas do mundo das mulheres e as levaram para o seu campo de atuação, contribuindo, assim, o para o surgimento de novas redes de mulheres. Acerca do discurso que predominava na época, Rosa e Olga dizem que:

> **Ainda era um discurso machista, né? Ainda era voltado para a mulher do lar, a mulher que ousava trabalhar e deixar filho era mal vista e esse era o grande gargalo do movimento, romper com essa cultura machista, né? De que a mulher tem seu direito, ela**

> **pode, ela deve, acho que basicamente era isso sabe, de aceitação, de submissão, acho que era isso, era muito nesse sentido, a própria ditadura fez isso com a mulher, né? De jogar a mulher como mãe, como dona de casa, né? (Rosa, 53 anos, Socióloga).**
>
> **Tinha o ranço, né? Tinha essa sede de modificar, ainda tinha a questão do machismo mesmo, né? Elas colocavam isso mas querendo se libertar, entende como? Mas existia, sim, todos nós, acho que tinha essa sede, porque éramos criados numa sociedade machista, mas existia essa vontade e o próprio movimento do trabalho, em si, era justamente para ajudar nessa libertação de tudo, a vida como um todo. (Olga, 64 anos, professora aposentada)**

Nota-se que havia muita coisa para ser desconstruída e que causava incômodo, sendo necessário, então, lutar por uma sociedade mais justa e por um trabalho de conscientização que fosse mais eficiente junto aos homens e ao poder público, para que implantassem políticas voltadas às questões do universo feminino. Se atentarmos à fala de Rosa, perceberemos que a Ditadura Militar contribuiu de modo perverso no sentido de delimitar o lugar da mulher e, consequentemente, impediu a evolução de algumas, como lembra Teles (2003): mulheres que foram perseguidas, torturadas e mortas.

Durante a Ditadura Militar, o Movimento de Mulheres não era tratado com a devida atenção pelo Estado, pois esse período foi marcado pelas denúncias contra os mais diversos tipos de opressão e discriminação já sofridas pelas mulheres. Faltava ao poder público vontade política de atender às demandas do movimento. Diante dessa realidade, destacou-se o papel de uma organização chamada Casa de Pastoral Comunitária, que era financiada pela Misereor[16]. E, dentro dessa Casa, encontravam-se as CEBs e outras pastorais ligadas à Igreja, o que contribuiu para gerar desenvolvimento em diversas comunidades norte-mineiras, conforme afirma Anita.

> **É! Casa de Pastoral Comunitária. Aí dentro da Casa de Pastoral Comunitária nós tínhamos as CEBS, a Lena, Leninha, nós tínhamos Betinha, as pessoas que te falei. Tínhamos a Pastoral da Juventude que também estava ali. Tínhamos a CPT que também estava ali, tinha a Rosely, o Avilmar Ribeiro, que é um que morreu recentemente, uma grande liderança aqui da região. E foi constituído dentro desses movimentos da Igreja um fundo de ajuda, porque essas comunidades que estavam se organizando na zona rural**

[16]Misereor é a Organização dos Bispos Católicos Alemães para a Cooperação para o Desenvolvimento. Por mais de 50 anos, a MISEREOR está comprometida com o combate à pobreza na África, Ásia e América Latina. O apoio da MISEREOR está disponível para qualquer ser humano em necessidade – independentemente de sua religião, etnia ou gênero. (https://www.misereor.org/pt/sobre-nos/. Acesso em 13/01/2020).

> **muitas vezes elas careciam de uma ajuda pequena para uma farinheira, porque faziam à mão, era muito demorado, muito sofrido, né? E era uma forma que se encontrou de fortalecer a organização dos trabalhadores, porque esse projeto poderia acontecer na zona rural e urbana, mas a grande maioria acontecia na zona rural, acredito que muito por conta do trabalho da Igreja que nesse período se voltou para a zona rural, porque nas cidades tinha outras organizações indo à luta e eu, quando cheguei em Montes Claros, fui coordenar esse trabalho... Foram 10 anos eu trabalhando lá, coordenando esses projetos, que envolviam diocese de Montes Claros, diocese de Paracatu, diocese de Almenara, Araçuaí, Januária. Eu sei que era em torno de Diamantina, e era mais de meio estado de Minas e em cada região você tinha uma equipe que trabalhava lá. Tinha algumas de assistente social, de sociólogo, técnico agrícola, porque tinha projeto na zona rural e era um projeto que era financiado pela Misereor, uma entidade católica da Alemanha que financia projetos sociais no Brasil até hoje (Anita, 60 anos, professora universitária e Psicóloga).**

A partir do exposto por Anita, constata-se que a Casa de Pastoral teve papel crucial no desenvolvimento de diversas comunidades do Estado de Minas Gerais, e é interessante que alguns projetos foram financiados pela organização da Alemanha, a Misereor, entidade que tem como missão contemplar o ser humano para além de suas necessidades elementares e acabou contribuindo para a preservação de direitos humanos. A Misereor acredita que os mais desprivilegiados têm potencial para melhorar de modo decisivo suas condições de vida, de forma que possam contribuir com suas capacidades e conhecimentos para a promoção do desenvolvimento.

Além do financiamento, houve pessoas que souberam agarrar as oportunidades que foram colocadas para a comunidade e, com isso puderam transformar suas realidades. Quando se pensa em trabalho no Norte de Minas, no início da década de 1980, especialmente para as mulheres, nota-se que havia poucas oportunidades para as mesmas, principalmente na área rural. Nesse sentido, destacaram-se os projetos comunitários desenvolvidos por meio das pastorais.

> **Então a gente ia lá e olhava se de fato tinha um grupo interessado, se não era coisa de um, quais eram as condições reais para que aquele projeto desse certo? Se tinha as frutas, então vendo as condições básicas, então esse projeto era financiado pelo Fundaju, então fazia-se todo o projeto mesmo, todas as fases, a execução e todo o material que era necessário, a planilha, o orçamento, e aquele valor era então financiado. Esse projeto era trazido para a equipe de coordenação, que já passava por um processo de aprovação e quando vinha para a equipe de coordenação já tinha**

> **um parecer do técnico responsável pelo projeto que já tinha ido a campo e tinha ajudado a comunidade a discutir o projeto que aquilo era viável, então esse valor era repassado à comunidade e a comunidade começava a se organizar, adquirir o maquinário, começava a trabalhar e ao trabalhar juntos as questões apareciam, porque não é fácil trabalhar junto, porque essas questões todas que é do comunitário eram trabalhadas, e também da organização porque o doce não ia resolver todos os problemas ali, então eles se organizavam e se organizando eles começavam a pensar em todas as outras questões e assim eles se fortaleciam para levar as lutas à comunidade. E isso é muito importante na questão do humano. (Anita, 60 anos, professora universitária e Psicóloga)**

Nota-se que esses projetos eram muitos sérios, envolviam pessoas desprovidas em diversos sentidos e que puderam contar com a ajuda da equipe da Casa de Pastoral Comunitária que, por meio do seu corpo técnico, fazia as visitas locais, e vendo as condições necessárias para a execução dos projetos, dava-se início a todo o processo de organização dos mesmos. E isso nos faz pensar em estratégias diferenciadas de desenvolvimento local, porque não é uma megaprodução submetida a uma produção hegemônica dentro do sistema capitalista. Na verdade, são pequenas unidades produtivas, que envolvem, às vezes, toda a família de uma casa. Devido à falta de emprego, essas pessoas acabam aderindo aos projetos comunitários e encontram neles uma alternativa de sobrevivência, como foi o caso das oficinas de farinha da região de Almenara e Araçuaí.

> **No caso das farinheiras, como na região de Almenara, de Araçuaí, por exemplo, a gente visitava e via que eles faziam a farinha à mão, a família inteira. Eles tinham um sistema de mutirão, em que uma família ajudava a outra, e foi muito penoso, muito trabalhoso. Aí começou a chegar os projetinhos de farinheiras comunitárias, e não podiam mais ser como eram. Então, alguém doava um terreno na comunidade, ali se construía uma farinheira comunitária e todas as famílias que se associavam contribuíam com alguma coisa, porque eles eram responsáveis pela manutenção e ali eles tinham alguém que fazia a coordenação, e definiam como iam fazer a sua farinha. Você vai fazer tal dia, você tal dia, e aquilo que se fazia em uma semana fazia-se em um dia e dava tempo fazer outras coisas no seu terreno, na sua casa, e a organização que isso gerou. Você vai em Almenara hoje eles têm feira da farinha, todas as coisas que eles produzem coma a farinha, tem grupos de farinheira que já produziu até CD e fico muito emocionada, porque eram cantigas que a gente ouvia quando visitava essas farinheiras. (Anita, 60 anos, professora universitária e Psicóloga).**

Pelas falas podemos inferir que as pessoas da comunidade passaram a desenvolver competências e habilidades em alguma atividade produtiva, transformando-se em agentes de

mudança e desenvolvimento de sua própria condição. Sem contar o espírito de cooperação que era estimulado e aprendido nas farinheiras, porque em função do mutirão todos acabavam ajudando uns aos outros e o tempo era diminuído na produção da farinha. De modo que esse trabalho rendeu bons frutos para as comunidades. Por outro lado, esse contexto também foi muito interessante, visto que, para Emily,

> **O trabalho contribuiu para fortalecer muitas lideranças, de homens e mulheres, que emergiram naquele contexto, e assim como para a emergência e para abrir muitos processos de organização e lutas comunitárias e políticas, como a criação de Sindicatos de Trabalhadoras Rurais, do movimento de mulheres camponesas do Norte de Minas, ligadas à Fetaemg, ou a comunidades tradicionais, a criação do Centro de Agricultura do Norte de Minas, o Movimento de defesa dos favelados e faveladas do Norte de Minas; a criação e o fortalecimento de partidos e lideranças políticas de esquerda, nos diferentes municípios rurais da região. (Emily, 64 anos, Professora e Psicóloga).**

A partir da fala de Emily é importante pontuar que esse trabalho junto às comunidades despertou em algumas pessoas a consciência de que a sua realidade poderia ser modificada, e para além dessa questão, outras foram aparecendo, como o ato de liderança, que por sua vez teria uma relevância enorme no que diz respeito às organizações das lutas das comunidades, a busca por direitos e até mesmo a constituição dos sindicatos dos trabalhos rurais. Então, esse contexto contribuiu para que mudanças fossem articuladas e efetuadas em diversas unidades do Estado de Minas, lembrando que as bandeiras levantadas nesta região eram mais voltadas às questões do trabalho e das liberdades democráticas.

O Movimento de Mulheres provocou uma série de mudanças, tanto sociais quanto políticas e econômicas. Na esfera econômica notou-se um crescimento significativo da participação das mulheres em diversas áreas e devido a esse protagonismo exercido por elas, outros problemas do mundo produtivo chamaram a atenção, como a questão das creches e o próprio papel de mãe e esposa. Obviamente que as transformações provocaram mudanças no cotidiano das pessoas e impactaram, inclusive de maneira desigual, as mulheres nos mais diferentes segmentos sociais.

Nessa perspectiva, em termos políticos observou-se a insurgência de diversos movimentos sociais, que em função do estilo de vida e das bandeiras que passaram a adotar, fizeram surgir novos sujeitos sociais, seja em partidos políticos, sindicatos e/ou na própria interação sociedade/Estado, pois o processo de industrialização acontecido a partir da década

da mulher contribuiu para o chamado êxodo rural, com a migração das pessoas saindo do campo em direção às cidades – e obviamente que essa mudança acarretou diversos problemas sociais no seio da sociedade.

Portanto, com o fim da Ditadura Militar no país, assiste-se a um processo de redemocratização que foi marcado por mudanças substanciais na sociedade, especialmente no que diz respeito à mulher, que com muita luta foi, aos poucos, se libertando do espaço doméstico para a conquista do espaço público. É fato que nesse processo houve avanços e retrocessos, e tal temática será melhor abordada no capítulo 3 dessa dissertação.

CAPÍTULO III

O PAPEL DAS MULHERES NO PROCESSO DE REDEMOCRATIZAÇÃO DO PAÍS

Neste capítulo analisar-se-á, a partir dos depoimentos de algumas mulheres, o papel dos movimentos sociais femininos, em especial no Norte de Minas Gerais, no processo de redemocratização do país. Tentaremos compreender como se deu a inserção das mesmas, sua trajetória, facilidades e dificuldades no processo de redemocratização.

3.1 - O Processo de transição para a redemocratização do Brasil

A década de 1980 foi marcada por uma forte crise econômica caracterizada pelo aumento das dívidas interna e externa. Esse cenário contribuiu para agravar o quadro de miséria em que se encontrava grande parte da população. Somado a isso, havia uma fragilidade dos partidos políticos e, de certo modo, a inexistência de uma cultura democrática que pudesse seduzir a população num processo de mudança do Estado.

A partir da modernização, falou-se muito em cidadania, mas como pensar certos direitos – como, por exemplo, educação, moradia, trabalho, saúde, dentre outros - se parte da população era excluída de certas políticas públicas?

Sabe-se que os movimentos sociais se constituíram em processos de luta, sendo compostos justamente pelos excluídos da esfera política, como mulheres, negros, moradores de rua, etc., que passaram a ter visibilidade social. Nesse período de redemocratização surgiram novas demandas sociais e os movimentos passaram a ter um certo diálogo com o Estado, transformando-se, assim em campos de poder, a tal ponto de serem mediadores entre instituições governamentais e a sociedade.

Quando as Nações Unidas estabeleceram a Década da Mulher (1975-1985), o ponto crucial era a denúncia das mulheres e a luta em prol da igualdade de direitos. Entretanto, quando surge o movimento de mulheres aqui, ele emerge de uma dupla identidade: 1) Era um movimento contra a Ditadura, e 2) Era um novo ator que se colocava na luta pelo reconhecimento de toda a condição feminina enquanto problema social (BASTERD, 1994).

O movimento de mulheres questionou tanto as estruturas públicas quanto as estruturas privadas de poder, como a família e a relação entre os sexos. Para Basterd, esse movimento também marcou pela

> Luta por reformas legais, denúncia da opressão do Estado e do mercado de trabalho, denúncia dos esquemas de dominação da família, declaração do direito de dispor do próprio corpo, luta pela legalização do aborto, pela desrepressão sexual, luta contra a violência sexual e doméstica. (BASTERD, 1994, p. 40).

Inicialmente o Movimento de Mulheres se organizou no Movimento Feminista, que a partir dos debates e reflexões buscava a história da mulher e uma identidade específica. Além de fazer estudos em termos de mundo, o movimento também denunciava a opressão vivida por elas. Nesse contexto, dois outros movimentos chamavam a atenção: o MFPA e o movimento dos setores mais populares que se transformaram nos Clubes de Mães, contando com o apoio da Igreja e que lutavam por melhorias nas condições de vida, desde saúde, educação, transporte, habitação, entre outras. No que se refere ao Movimento Feminista, antes mesmo de se restabelecer a democracia, ele

> Já se mostrava extremamente organizado por todo o país através de uma imprensa alternativa, centros de estudos e pesquisas, organizações não-governamentais e grupos autônomos. Encontros nacionais, publicações, manifestações de rua eram uma reafirmação clara de que surgia um novo campo político com novos atores. (BASTERD, 1994, p. 41).

Nessa perspectiva, o movimento de mulheres passa a exercer um protagonismo de fundamental importância, notadamente no diálogo com o Poder Executivo, de modo a articular as demandas femininas da classe média e das mulheres aos setores populares urbanos e rurais. E esse diálogo só se torna possível em contextos de democracia.

Quanto à relação do Movimento de Mulheres com o Estado, nota-se, de acordo com alguns autores, como Basterd (1983) e Safioti (1985), que o Estado foi o interlocutor privilegiado para o movimento, já que tinha um diálogo pelo menos inicial acerca de uma diversidade de temas que perpassavam questões relativas ao mundo da participação política, saúde, direitos reprodutivos, trabalho, violência, dentre outras. De certo modo, eram questões pontuais que se relacionavam à cidadania e o Estado não tinha como se envolver. Tanto é que o Movimento de Mulheres fez negociação com o Estado no sentido da inclusão da questão de gênero em sua agenda, e essa atitude levou à elaboração de políticas públicas relacionadas à mulher.

Dessa forma, a primeira iniciativa se deu através da articulação político-partidária, sendo as eleições de 1982 um marco nessa nova caminhada, com as mulheres exercendo certo protagonismo dentro dos partidos políticos nos vários estados da federação. Durante a década

de 1980, os partidos de oposição (PMDB, PT, PDT) e, a partir de 1986, os pequenos novos partidos, acabaram sendo os grandes responsáveis pelas candidaturas femininas. Embora insuficiente, isso representou um aumento do espaço político por parte das mulheres, porque elas buscaram visibilidade enquanto sujeitos políticos. Até porque as campanhas exigiam um alto custo financeiro e havia a dificuldade de acesso aos meios de comunicação - sem falar que boa parte da população ainda era meio alheia a tudo que acontecia no cenário político.

A abertura política proporcionou a criação, em Montes Claros – MG, do Partido Socialista Brasileiro. Fato lembrado com muito orgulho por uma entrevistada nessa pesquisa, Simone, de 72 anos, professora aposentada. “Com a Ditadura, você sabe, os partidos acabaram. Em 85, com a reabertura política, eles voltaram. Em 86, o Partido Socialista Brasileiro veio para Minas Gerais e, em 87, veio para Montes Claros e eu sou uma das fundadoras do Partido Socialista Brasileiro. Fui presidente várias vezes, secretária-geral”. Aqui, notamos a importância de uma mulher na presidência de um partido político, contribuindo um pouco para descontruir a ideia de que essa função era somente reservada aos homens.

A partir do processo chamado de abertura política e/ou democratização, o tema da cidadania assume uma centralidade no debate da época, tanto no espaço acadêmico quanto na sociedade, de modo geral. O contexto anterior à Constituição de 1988 foi responsável por intensificar as discussões em torno dessa temática. E a falta de conhecimento na esfera educacional contribuiu para uma espécie de exclusão social que impactou diretamente na inexistência do exercício de uma cidadania plena por parte de certos grupos, como mulheres, negros e trabalhadores.

> A luta das mulheres denunciando a sua condição discriminada e apontando para uma cidadania de segunda categoria une-se a um sentimento crescente no país, de carência de cidadania. Uma consciência difusa parece estar-se formando sobre a necessidade de se garantirem os direitos dos cidadãos. (CÓSER, 1989, p. 9)

Dessa maneira é que surgem, a partir do final da década de 1980 e início de 1990, os estudos fazendo a leitura das mais diversas formas de luta por direitos, que marcaram os movimentos sociais em geral. No que se refere à política, não havia participação das mulheres nesse espaço, até porque política era entendida como coisa de homem. Outra das entrevistadas nessa pesquisa, Nísia, quando questionada acerca de sua participação política e profissional, relatou que não participava de política.

> **Durante o período não participávamos. Eu tinha muitos filhos e realmente ficava só por conta de filho naquela época. Sabe, era só por conta de filho, e… e, e também, se não me engano, naquela época também eu já trabalhava, né? Eu sempre trabalhei, desde que eu casei eu trabalhava, então, naquela época, eu era técnica em assuntos educacionais do MEC, sabe? e… trabalhava lá, era diretora do Greis[17], e parece que naquela época, não sei bem, mas parece que eu dava aula na faculdade... sabe? Então eu tinha a vida muito cheia, mas eu não mexia com política. (Nísia, 90 anos, professora universitária aposentada).**

A fala de Nísia evidencia como era exercido o papel da mulher, no qual, além de cuidar dos filhos, ainda tinha outras responsabilidades fora do lar, tornando a sua rotina bastante exaustiva. Entretanto, sua realidade mudaria a partir do momento em que o seu esposo, tido como comunista, passou a ser perseguido e foi preso. Discriminada perante a sociedade, taxada de comunista, foi inclusive proibida de participar da Academia Feminina de Letras de Montes Claros, e o curioso, segundo ela, é que há dois anos a entidade fez uma homenagem a ela, que ficou sem entender, achando engraçada a incoerência.

Desse modo, com o passar do tempo, o esposo já havia saído da prisão, o contexto era outro e ele se candidata a prefeito da cidade e consegue ser eleito. A partir de então, a vida de Nísia toma outros rumos e, como primeira dama da cidade e tendo a oportunidade de fazer alguma coisa do ponto de vista político, ela não perdeu tempo. Indagada sobre o que havia feito de relevante, ela citou os centros de convívio.

> **Sete centros de convívio. Cada qual, melhor do que o outro. O centro de convívio era o seguinte: a gente ia às escolas de periferia e perguntava àqueles meninos que não aprendiam, que davam problema e não sei o quê, por que não tinha ninguém para acompanhá-los em casa. Pegava aqueles meninos, levava ao centro de convívio e dava café da manhã, almoço, e tinha a professora para ensinar os deveres, sabe? Aí fazia o dever com os meninos, ensinava tudo e tal e também é lógico que tinha que ter o "chamariz", quer dizer, o por que que o menino ia pra lá... que já tava de manhã na escola, e depois à tarde ir de novo, então, a gente... eu inventava uma porção de coisa. Então, cada centro de convívio tinha uma coisa, assim, específica. Por exemplo: o do Renascença era pra consertar, é… consertar coisas elétricas, entendeu? Chuveiro, não sei o quê, liquidificador. Ganhava dinheiro, eles ganhavam dinheiro, lá no Renascença. No outro lugar, criava galinha. No outro lugar, era horta, entendeu? E com isso o centro de convívio foi crescendo, as mães queriam ir pra lá, então a gente fazia também, é... um sonho de atividade pras mães. Então, tinha assim, por exemplo: um centro de convívio fazia colchas de retalho, tudo pra vender. No final do ano a gente**

[17] Greis era o Grupo Regional de Integração Social, um órgão da Secretaria do Trabalho de Montes Claros - MG.

vendia tudo pra elas. Elas adoravam. Até casamentos nós fizemos. (Nísia, 90 anos, professora universitária aposentada).

Nota-se que Nísia, na condição de primeira-dama, teve a oportunidade de fazer um trabalho social diferenciado, já que o mesmo envolvia não só os meninos que davam trabalho na escola, mas também as mães dos mesmos, que iam para os centros de convívio e se juntavam a outras mães, passando a desenvolver atividades específicas, gerando, inclusive, renda. Os Centros de Convívio tiveram uma importância muito grande na cidade de Montes Claros (MG) durante a gestão do prefeito Mário Ribeiro, porque a função desses Centros era ajudar os meninos que tinham baixo rendimento escolar ou nenhum rendimento. E, depois, as mães acabaram sendo incorporadas a esses Centros, tornando-os mais atrativos ainda.

Nota-se que, além de atividades de reforço, eles também desenvolviam outras atividades, como aprender parte elétrica, cuidar de hortas, entre outras, e as mães desses meninos também encontraram nesses Centros um espaço para desenvolver suas habilidades, como corte e costura, confecção de colchas, por exemplo, sem falar das reuniões que faziam, das reflexões. Os Centros de Convívio, pelo menos enquanto existiram, desenvolveram um trabalho bastante significativo em termos de inclusão social, sem falar o quanto melhoravam o rendimento dos alunos na escola. "É, tirar da rua, e como que eles melhoravam, menina, cê precisava ver como eles melhoravam... depois a gente reunia com as diretoras e com as professoras e elas falavam 'meu Deeeeus, que, que diferença.'" (Nísia, 90 anos, professora universitária aposentada). Nota-se, pela fala de Nísia, que realmente os Centros de Convívio proporcionaram uma melhoria na aprendizagem dos meninos que os frequentavam, sem contar os laços de afetividade que eram estabelecidos entre eles. Pena que os Centros de Convívio não tiveram vida longa, já que na gestão seguinte eles deixaram de existir.

Outro elemento importante no processo de redemocratização diz respeito ao CNDM - Conselho Nacional dos Direitos da Mulher -, criado em 1985. Esse órgão foi responsável por promover encontros e seminários com o intuito de que fossem criados outros conselhos em outras esferas, estadual e municipal, para que fossem elaboradas políticas públicas em prol das mulheres e, assim, reforçar o processo de redemocratização, que não ocorreu de modo rápido, mas sim, gradual.

Entretanto, esse órgão teve vida curta, durando apenas cinco anos. Mas o importante é que deu frutos, percebidos na continuidade do Movimento de Mulheres, que inclusive conseguiu se articular na esfera nacional. Para Basterd (1994), o Movimento de Mulheres estabeleceu um diálogo com o Estado e se fortaleceu do ponto de vista interno, transformando

uma questão que era da mulher em uma questão de natureza social. Claro que tudo se deu com avanços e retrocessos nas questões das políticas públicas, especialmente na área da saúde, quando se teve, no campo dos avanços, uma incorporação da saúde na legislação brasileira, ao passo que é possível notar o retrocesso na falta de vontade política do Estado no que diz respeito à implementação das políticas de saúde voltadas para a questão feminina.

Além da saúde, outras questões faziam parte das lutas do movimento de mulheres, como também a questão da violência, que era omitida pela sociedade e pelo Estado. A partir do momento que esse problema ganha uma certa visibilidade é que começam a acontecer algumas políticas voltadas para o combate à violência. E foi a articulação dos movimentos que levou às reinvindicações, passeatas, discussões e encontros voltados ao cotidiano das pessoas, de modo a chamar a atenção para a legitimidade da defesa da honra, situação que contribuía para justificar o fim trágico de alguns relacionamentos e diversas formas de violência cometidas contra a mulher, como as mortes de Ângela Diniz e Eliana de Grammont[18].

Entretanto, o contexto de violência enfrentado pelas mulheres começa s sofrer algumas alterações, como a criação das Delegacias de Defesa da Mulher, o que, de certo modo, contribui para o reconhecimento dos crimes que eram e são cometidos contra as mulheres. Interessante observar que a lei que criou as delegacias incentivou muitas vítimas de violência a denunciarem os seus agressores, embora saibamos que o índice de mortes por agressão no nosso país ainda é alto. Mas a existência das delegacias é vista como fato positivo, e fruto da luta contínua do Movimento de Mulheres. Para Rosa, 53 anos, socióloga, esse fato foi muito importante porque "se a gente tem Delegacia Especializada da Mulher, deve muito ao movimento de mulheres, que em 85 organizou aqui, né, a delegacia".

Percebemos aqui que as Delegacias de Defesa da Mulher foram uma conquista de grande importância, já que era recorrente o fato de as mulheres chegarem às delegacias comuns, vítimas de violência doméstica, e ainda passarem por constrangimento por parte do delegado de plantão, que em algumas situações fazia até piadas com as vítimas.

[18] O assassinato de Ângela Diniz, socialite mineira, ocorrido em 30 de dezembro de 1976 em Armação dos Búzios, "constituiu um divisor de águas no que se refere à reação da sociedade diante dos crimes passionais contra mulheres. Desencadeou manifestações públicas e questionamentos, liderados pelas feministas, com importantes consequências para a vida das mulheres no Brasil" (LAJE; NADER, 2018, p. 297), enquanto que também a morte da cantora Eliana de Grammont, em 1981, durante uma apresentação em um bar, pelo ex-marido, o também cantor, Lindomar Castilho, chamaria atenção pela argumento da "legítima defesa da honra". (LAJE; NADER, 2018).

> A primeira delegacia especializada no atendimento à mulher foi implantada em São Paulo em 1985. A partir daí, outras se seguiram em vários estados do país, não sem enfrentar resistências, inclusive dentro da própria polícia. Afinal, como membros da sociedade brasileira, os policiais também minimizavam a violência contra a mulher, sobretudo quando ocorria nas relações conjugais e no espaço doméstico, tendo dificuldade de considerá-la crime, a não ser nos casos de lesões corporais muito graves ou homicídios. Fiéis ao ditado "*Em briga de marido e mulher não se mete a colher*", a polícia, de um modo geral, considerava que não lhe cabia intervir nesses conflitos. Essa postura ainda é encontrada entre policiais, mesmo que a mentalidade que a sustenta esteja em processo de mudança. (LAJE; NADER, 2018, p. 300)

De acordo as autoras, há dificuldade em tratar a questão da violência contra a mulher, uma vez que a própria polícia naturaliza as agressões e minimiza os conflitos conjugais, visto que a nossa sociedade é caracterizada por uma masculinidade hegemônica que naturaliza a opressão feminina. E essa característica ocorre pela não imposição social das mulheres. Tal situação começou a mudar a partir da Ditadura Militar, uma vez que o processo de liberalização política contribuiu para a criação de espaços para articulação das necessidades específicas de gênero. A partir das manifestações, tais como marchas, denúncias e protestos, as mulheres reivindicaram moradia, creche, saúde, melhores condições de trabalho e salários.

A transição da Ditadura para a democracia ocorreu de forma diferenciada, porque, segundo o governo de Ernesto Geisel, era preciso ser "lenta, gradual e segura", embora houvesse um grupo que era extremamente contra a mudança do Regime, o chamado "*Linha Dura*"[19]. Entretanto, essa mudança começa com Geisel, ainda que tímida, e com João Figueiredo, o último presidente da Ditadura.

Nesse período tivemos um certo aprofundamento da liberalização política, porque ocorreu o fim do Ato Institucional nº 5 – AI-5 - e voltou o pluripartidarismo. A Campanha pelas Diretas Já também contribuiu para marcar esse período, mas as eleições de 1985 ainda foram indiretas, elegendo Tancredo Neves, que morreu antes da posse, e José Sarney, que assumiu como primeiro presidente da nova era democrática, chamada de "*Nova República*", governando até 1989.

A próxima seção dedica-se a uma análise mais cuidadosa da participação das mulheres nos movimentos femininos a partir do processo de redemocratização do país, tendo em vista a articulação desses movimentos no Norte de Minas Gerais. A apreciação desse período se deu por meio de entrevistas com mulheres que tiveram uma atuação muito importante na região

[19] Linha Dura era o grupo que pregava "a implantação de um regime autoritário com controle militar estrito do sistema de decisões para levar mais longe a luta contra o comunismo e a corrupção". (FAUSTO, 2001, p. 474).

norte-mineira, tanto por meio de pastorais quanto pelos partidos políticos e outras formas de atuação.

3.2 A participação de Mulheres nos Movimentos Sociais Femininos

Ao longo da Ditadura Militar, os movimentos sociais foram bastante reprimidos, com perda de muitos de seus membros e diminuição de suas bandeiras. No que se refere aos movimentos femininos, somente os mais conservadores, como aqueles que exaltavam a maternidade, sobreviveram.

A atuação da Igreja, dos Sindicatos e de recursos de organizações internacionais, como a Fundação Ford, bem como os partidos políticos e o próprio contexto vivenciado pelas mulheres, foram cruciais na rearticulação dos movimentos populares, já que o processo de democratização era visto pelos Movimentos de Mulheres como uma oportunidade de mudança nos padrões culturais da época, ou seja, era um momento preciso e bastante oportuno, notadamente acerca da questão dos direitos - tanto individuais quanto políticos.

A princípio, as demandas ocorreram em um plano mais geral, como por exemplo, o fim da violência contra as mulheres e do abuso sexual, o alto custo de vida e melhores condições socioeconômicas. Isso reforça a ideia de que a luta não era somente relacionada à questão do gênero, mas sim, uma luta maior, voltada para a violação dos direitos e a subsistência econômica.

Em Montes Claros, por exemplo, a luta das mulheres durante a transição democrática era por mais empregos. Conforme Rosa, "o grande projeto era mais emprego e mais participação nos sindicatos, né? Mais empregos e essa visibilidade, né? Essa era a bandeira maior" (Rosa, 53 anos, Socióloga). E essas mulheres buscavam empregos nas fábricas da cidade. Enquanto que, na área rural, de acordo com Anita - que trabalhou por mais de 10 anos coordenando projetos na região Norte Mineira à frente da Casa de Pastoral Comunitária -, não havia um movimento específico de mulheres com pautas femininas. O que tinha eram muitos grupos em que a grande maioria dos participantes eram mulheres. E essa é a grande resposta às inquietações dessa pesquisa, que a princípio investigava quais eram os movimentos de mulheres na região, no período da e pós Ditadura. No decorrer da pesquisa, os questionamentos foram sendo esclarecidos.

> **Olha eu não trabalhava com grupos específicos de mulheres tá! Esses grupos que eu trabalhava na zona rural e urbana, eles eram**

> **na sua maioria mulheres, porque as mulheres é de fato quem mais participa, mas eles não tratavam de questões específicas das mulheres não, porque existiam pautas sociais que talvez fossem mais prementes não sei como. Eu não sei como. Só para te dizer, um exemplo, existia um movimento, existiam muitos grupos que eram de fabriquetas, porque eles tinham as frutas, eles perdiam as frutas, porque eles não tinham como produzir doce de toda aquela quantidade de frutas, que eles produziam, então eles faziam pouco em casa e era difícil de comercializar. Então, essas pessoas se juntavam e na maioria quem faziam isso eram as mulheres para pensar uma forma de fazer juntas o doce e comercializar juntas, aí se pensavam em uma fabriqueta de doce. (Anita, 60 anos, professora universitária aposentada e Psicóloga).**

Pode-se observar, por meio da fala das entrevistadas, que não havia na região, durante a década de 1980, um grupo específico de mulheres que lutassem por causas feministas, uma vez que a preocupação das mulheres relacionava-se ao mundo do trabalho, que na cidade era amenizado por meio de trabalhos nas fábricas em geral, enquanto que no ambiente rural, as mulheres tentavam se organizar em fabriquetas para a produção de uma determinada mercadoria, como o doce, por exemplo. Para a instalação das fabriquetas era necessário toda uma infraestrutura, que demandava capital, o que era resolvido com recursos do Fundaju e pela equipe técnica da Casa de Pastoral Comunitária, que fazia a visita e observava as condições necessárias para a sua implantação. Feito isso e dando certo, o trabalho começava, uma vez que a preocupação das pessoas era o trabalho e a geração de renda.

> **Trabalho e geração de renda, eu digo hoje eu vejo a economia popular solidária, eu digo que já trabalhei com a economia popular solidária no final dos anos 80, isso não é coisa de agora, porque era isso, então você tinha um fundo, um aporte, e as pessoas se organizavam, nós que éramos responsáveis, os profissionais desse projeto, nós recebíamos a demanda, que era: olha, nós temos vontade de produzir doce, nós temos muitas frutas e não temos como. Então a gente ia lá e olhava se de fato se tinha um grupo interessado, se não era coisa de um, quais eram as condições reais para que aquele projeto desse certo, se tinha as frutas, então vendo as condições básicas, então esse projeto era financiado pelo Fundaju, então fazia-se todo o projeto mesmo, todas as fases, a execução e todo o material que era necessário, a planilha, o orçamento, e aquele valor era então financiado, esse projeto era trazido para a equipe de coordenação, que já passava por um processo de aprovação e quando vinha para a equipe de coordenação já tinha um parecer do técnico responsável pelo projeto que já tinha ido a campo e tinha ajudado a comunidade a discutir o projeto que aquilo era viável, então esse valor era repassado a comunidade e a comunidade começava a se organizar, adquirir o maquinário, começava a trabalhar e ao trabalhar**

> **juntos as questões apareciam, porque não é fácil trabalhar junto, porque essas questões todas que é do comunitário eram trabalhadas, e também da organização porque o doce não ia resolver todos os problemas ali, então eles se organizavam e se organizando eles começavam a pensar em todas as outras questões e assim eles se fortaleciam para levar as lutas à comunidade, e isso é muito importante na questão do humano. (Anita, 60 anos, professora universitária aposentada e Psicóloga).**

É possível notar, pelo exposto, que a situação financeira das comunidades era precária e foi com o apoio do Fundo de Ajuda da Casa de Pastoral Comunitária da arquidiocese de Montes Claros que muitas comunidades passaram a modificar as suas realidades e a ter visibilidade, uma vez que as mercadorias produzidas pelas comunidades eram comercializadas na região. Sem contar o fato de que o trabalho feito de forma coletiva proporcionava encontros entre essas pessoas, e ao mesmo tempo, reflexões acerca da condição em que se encontravam. E era nesses momentos de encontros que outros questionamentos surgiam, no sentido do que fazer para promoverem o desenvolvimento, não só daquelas comunidades, mas das pessoas como um todo. E com o passar do tempo esse contexto foi se transformando, porque depois chegou a Emater[20], que também teve sua parcela de contribuição.

Entretanto, com a chegada da Emater, ocorreram alguns conflitos com os trabalhadores rurais, que queriam produzir de um jeito e a Emater orientava de outro. De modo que foi a chegada de outras parcerias, como a CPT, que ajudaram na intermediação desses conflitos, inclusive o próprio Fundaju. O Centro de Agricultura Alternativa, o CAA, segundo Anita, vem dessa matriz, mas ele não tem nada a ver com a Igreja. Embora, no início, esse Centro tenha começado usando uma sala dentro da Casa de Pastoral, depois foi tomando outras dimensões.

> **A intenção foi essa mesmo desde o início era que tivesse centro e que o centro desse prosseguimento com os trabalhadores da região, que já demandavam esse trabalho e o com o tempo o CAA foi estabelecendo parcerias com os trabalhadores, foi adquirindo a sua estrutura própria, adquirindo financiamentos, sempre são projetos que são enviados a instituições. (Anita, 60 anos, professora universitária aposentada e Psicóloga)**

Dessa forma constata-se que a Casa de Pastoral teve uma importância muito grande na região do Norte de Minas, porque a partir dela outros projetos vieram e foram se consolidando

[20] EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

e sendo ampliados. Caso do CAA, por exemplo, que tem hoje uma dimensão enorme por meio dos trabalhadores que foram envolvidos nas parcerias, dispondo de cooperativas que foram criadas, enfim, tornou-se um trabalho muito grande e com toda uma organização, que só tem a contribuir para a promoção do crescimento e fortalecimento das comunidades.

Como a demanda dos movimentos sociais na região era mais voltada para questões referentes ao trabalho, então, de modo expressivo, não tivemos aqui um Movimento Feminista com bandeiras específicas das mulheres, igual tivemos em outros estados, especialmente entre o Rio de Janeiro e São Paulo. Tanto é que havia apenas algumas discussões, ainda meio tímidas, acerca das lutas feministas, que envolviam a temática do aborto, do corpo e da liberdade da mulher.

Durante a entrevista com Rosa, quando indagada sobre o prejuízo na vida, durante o período de sua militância, ela enfatizou que não era bem-vista por parte de alguns setores da sociedade. Conforme a mesma disse: "luta feminista sempre vai abordar a questão do aborto, a questão do corpo da mulher e da liberdade da mulher, então tem alguns setores que não me têm com bons olhos, não, principalmente a Igreja". (Rosa, 53 anos, Socióloga). Desse modo, pela fala de Rosa, percebemos o tamanho do conservadorismo de determinados grupos da sociedade e quais eram, de fato, seus interesses.

Tinha também na cidade um grupo de mulheres artesãs, por que Nísia, quando coordenou o GREIS[21], trouxe para a cidade de Montes Claros o artesanato, e as mulheres que se dedicaram à produção do mesmo se organizaram em termos de fabricação e o vendiam em uma lojinha do próprio GREIS. Segundo Nísia, "Nós, é... viajávamos também com carro de Mário Ribeiro pra tudo quanto é lugar, é, pra conhecer os artesãos da região, comprar, encomendar peças, fizemos até uma lojinha do GREIS, foi ótimo, sabe? e daí que começou esse negócio de artesanato, aqui em Montes Claros". (Nísia, 90 anos, professora universitária aposentada)

Por outro lado, temos na região um movimento de mulheres camponesas, chamado de Movimento das Margaridas, iniciado no ano 2000, que integra as mulheres trabalhadoras rurais do Estado e que tem grande capacidade de articulação e mobilização no que diz respeito à denúncia, pressão, diálogo e negociação com o governo na esfera federal. E essas mulheres lutam contra todas as formas de discriminação e violência que, de uma forma ou de outra,

[21] GREIS era o Grupo Regional de Integração Social.

prejudicam a vida de cada uma delas[22]. Esse grupo se reúne de quatro em quatro anos nas ruas de Brasília – Distrito Federal, para denunciar retrocessos e reivindicar direitos.

A participação das mulheres em movimentos sociais tem passado por transformações ao longo dos anos de maneira a diversificar suas bandeiras e englobar outras reinvindicações de natureza ambientais, trabalhistas, que dizem respeito à violência, ou seja, questões mais gerais, como, por exemplo, a Marcha das Margaridas, que por meio de suas articulações e mobilizações chama a atenção das autoridades para seus problemas, que muitas vezes foram ignorados ou diminuídos, uma vez que o trabalho realizado pelas mulheres rurais não é visto como um gerador de lucro. Por isso é que tivemos uma intensificação dos movimentos de trabalhadoras rurais no sentido de buscar mais autonomia e reconhecimento para as mulheres.

Para Honneth (2009), o reconhecimento é entendido como um meio para o processo de emancipação, que é alcançado pelos sujeitos através da luta, dos conflitos. Para esse autor, somente dessa forma os indivíduos podem atingir o amor, o direito e a dignidade, já que por meio das lutas pode-se alcançar direitos civis, políticos e sociais.

> Nas sociedades modernas, as relações de estima social estão sujeitas a uma luta permanente na qual os diversos grupos procuram elevar, com os meios da força simbólica e em referência às finalidades gerais, o valor das capacidades associadas à sua forma de vida. Contudo, o que decide sobre o desfecho dessas lutas, estabilizado apenas temporariamente, não é apenas o poder de dispor dos meios da força simbólica, específico de determinados grupos, mas também o clima, dificilmente influenciável, das atenções públicas: quanto mais os movimentos sociais conseguem chamar a atenção da esfera pública para a importância negligenciada das propriedades e das capacidades representadas por eles de modo coletivo, tanto mais existe para eles a possibilidade de elevar na sociedade o valor social ou, mais precisamente, a reputação de seus membros. (HONNETH, 2009. p. 207-208)

Percebe-se, de acordo com o autor, que os conflitos dos movimentos sociais são de fundamental importância para que se chame a atenção das autoridades no sentido de encontrar solução e, ao mesmo, reconhecer a necessidade do coletivo, até porque alcançar a dignidade humana requer respeito, e um respeito que venha de todas as esferas de poder, inclusive uma

[22] "A Marcha das Margaridas é uma ação estratégica das mulheres do campo e da floresta que integra a agenda permanente do Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR) e de movimentos feministas e de mulheres. É um grande momento de animação, capacitação e mobilização das mulheres trabalhadoras rurais em todos os estados brasileiros, além de proporcionar uma reflexão sobre as condições de vida das mulheres no campo e da floresta... tornou-se amplamente reconhecida como a maior e mais efetiva ação das mulheres da América Latina". (Disponível em: fetase.org.br/mobilizações/marcha-das-margaridas/. Acesso em 27/01/2020).

das dimensões do reconhecimento em Honneth (2009) se dá nas relações de solidariedade, que desencadeia o respeito ao outro.

Para Rosa, a conquista dos espaços de poder possibilitou reflexões e aprendizagens acerca do cotidiano de cada mulher, porque aos poucos elas foram se descobrindo enquanto sujeitos dotados de ação e com capacidade de influenciar na formulação de políticas públicas, situação antes concedida apenas aos homens, já que, do ponto de vista histórico, as mulheres eram excluídas das arenas de poder.

A fala da Rosa é ilustrativa quando analisamos os objetivos do lançamento da Marcha das Margaridas, que ocorreu em Belo Horizonte no dia 09 de julho de 2019. Esse evento foi preparatório para a participação na Marcha das Margaridas que ocorreu em Brasília – DF, nos dias 13 e 14 de agosto de 2019, cuja pauta era:

> Nós marchamos pela democracia; participação política das mulheres; soberania alimentar e energética; trabalho e renda; terra; água; por vidas livres de todo tipo de violência, sem racismo ou sexismo; liberdade das mulheres sobre o corpo e sexualidade; saúde, previdência, assistência pública; por uma educação antirracista e pelo direito à educação do campo, diz Alaíde Moraes, da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais (FETAEMG), que cita alguns dos assuntos levantados pelas margaridas.[23]

Então, é a partir das novas redefinições dos papeis que as mulheres buscam visibilidade para a sua condição, que na maioria das vezes é constituída pelas próprias lutas, porque o novo contexto é caracterizado pela disputa entre homens e mulheres e os movimentos sociais se tornaram em ferramentas, no sentido de tornar públicas as angústias e reivindicações daquelas que, por muito tempo, foram e ainda são confinadas ao espaço doméstico. Obviamente que a luta empreendida se deu de modo a buscar o reconhecimento para a profissão, que até então era invisibilizada.

Para Freitas (2011), a luta pelo reconhecimento da profissão de agricultoras foi muito interessante, uma vez que daria a essas mulheres o direito à aposentadoria, sem falar que havia em curso toda uma política governamental de modernização do campo, de expansão do agronegócio e, por outro lado, de exclusão da agricultura familiar. Esse contexto era notado em vários outros lugares do país e contribuiu para o surgimento de diversos Movimentos de

[23] (Disponível em https://www.brasildefato.com.br/2019/07/09/trabalhadoras-rurais-lancam-marcha-das-margaridas-em-belo-horizonte/. Acesso em 28/01/2020.

Mulheres no campo, que reivindicariam maior participação feminina nos espaços públicos, tendo como objetivo, entre outras coisas, a luta por melhorias e garantias sociais, o que só foi possível a partir da atuação das CEBs.

Importante pontuar que foi no contexto da Segunda Onda do Feminismo que se formaram inúmeros Movimentos de Mulheres rurais naquela época. A partir do rádio, jornais, leituras em grupo e o contato com mulheres provenientes de outros espaços, muitas discussões chegaram ao campo e potencializaram os movimentos, que já tinham como conjuntura a própria Ditadura.

Embora o movimento de mulheres tenha se constituído por mulheres de classe média e alta associadas aos grupos de esquerda, é importante salientar que esse movimento passou por processos de diversificação e novos movimentos foram sendo formados, por mulheres negras, operárias, trabalhadoras rurais, lésbicas, entre outras. Isso, de certo modo, contribuiu para fortalecer o movimento de mulheres de modo geral, já que novas pautas e demandas se fizeram presentes. Além disso, as próprias ideias do Movimento Feminista da época ajudaram a aumentar a inserção das mulheres em outros movimentos considerados mais urgentes, como por exemplo, os de habitação e emprego.

3.3 – O papel da Constituição de 1988

A socióloga Jaqueline Pitanguy, quando foi presidente do CNDM, coordenou uma campanha nacional intitulada "Mulher e Constituinte", que uniu mulheres dos mais diversos setores sociais para discutir acerca de quais direitos a nova Constituição deveria contemplar. Em uma força-tarefa contínua, de 1985 a 1988, o CNDM focou no processo constituinte.

Em um período desprovido dos recursos tecnológicos que se tem hoje, inúmeras cartas e telegramas foram enviadas ao CNDM e o conteúdo das mesmas foram transformadas em uma Carta das Mulheres Brasileiras aos Constituintes[24]. Diante da pressão das mulheres, a maior parte da carta foi incluída na Constituição de 1988, com destaque para melhores condições para mães presidiárias - uma luta dos Movimentos de Mulheres; estupro classificado como crime hediondo e inafiançável; foram criados mecanismos para coibir a violência doméstica; ampliação da licença maternidade; aprovação da licença paternidade, entre outras.

[24] Informação disponível em: cartacapital.com.br/sociedade/constituição-de-1988-foi-avanço-nos-direitos-das-mulheres. Acesso em 25/01/2020

Durante os trabalhos da Constituinte, tivemos slogans relevantes, como: "Constituinte para valer tem que ter palavra de mulher", "Constituinte para valer tem que ter direitos da mulher" e "Constituinte sem mulher fica pela metade". Esses slogans caracterizaram a campanha "Mulher e Constituinte", que tinha baixa representação feminina. Durante os trabalhos, as mulheres marcaram presença e sempre era discutido algo de interesse. Elas apresentavam propostas e toda essa articulação ficou conhecida como "*Lobby do Batom*"[25].

Uma das maiores contribuições da Constituição de 1988 foi que ela permitiu que se criassem novas legislações para o combate aos crimes contra a mulher, já que, por exemplo, antes da Lei Maria da Penha, era comum que o agressor pagasse uma multa e não ficasse preso. Dessa forma, com a nova lei, as penas alternativas foram proibidas, e criaram-se medidas de proteção à vítima e aos filhos.

O cenário da transição democrática criou uma situação que possibilitou aos grupos marginalizados questionarem acerca de seus espaços sociais, especialmente as mulheres que viviam numa condição de subordinação de longa data. Assim, pela Constituição de 1988, mulheres e homens foram incluídos na nova Carta com igualdade de direitos e obrigações, tanto na vida civil quanto na família e no trabalho. Entretanto, as mudanças são lentas e, muitas vezes, carregadas de dor, já que as conquistas são alcançadas por meio de muitas lutas e dificuldades, conforme o relato de Rosa.

> **Movimento de mulheres tem uma particularidade, às vezes cresce, depois ele despenca muito rapidamente, dependendo do momento das mulheres. Então, em 85, foi uma efervescência dos Movimentos de Mulheres no Brasil como um todo e Montes Claros puxou aí. Porque em 1975, a ONU fundou a década da mulher que vai até 85, aí tem esse *boom* de participação feminina e várias mulheres elas acabaram se tornando liderança, mas muitas, muitas mesmo, ficaram mesmo pelo meio do caminho, assim, sabe! Hoje, dessa época 89, aí a gente vai ter mulheres que ajudaram a criar a entidade, que estão no movimento sindical, que estão no movimento partidário, você vai ter essas redes e com isso, também assim, eu lembro igual tinha a Tânia (Ela não mora mais aqui), ela foi a primeira mulher a participar do Conselho da Mulher, então foram pessoas importantes que nos ajudaram a criar esses espaços, porque criar rede é um trem difícil. (Rosa, 53 anos, Socióloga).**

[25] "Lobby do Batom" era um termo utilizado pelo CNDM e demais mulheres da sociedade civil em geral no Congresso na época dos trabalhos da Constituinte de 1988 e que se transformou em estratégia de luta por parte das mulheres.

A partir do exposto por Rosa, podemos constatar a dificuldade enfrentada pelo Movimento de Mulheres no sentido da permanência em termos de movimento, já que o mesmo tinha as suas oscilações. Entretanto, do ponto de vista histórico, pode-se afirmar que o Movimento de Mulheres se fortaleceu internamente, ocupando espaços antes reservados apenas aos homens. Atualmente, temos um crescimento desse movimento, que abrange ONGs, grupos autônomos, centros de estudos nas universidades, associações, entre outros. E o interessante é que essas articulações conseguiram transformar a questão da mulher numa questão social, com condições de fazer pressão na elaboração das políticas públicas, e obviamente, como Rosa já havia dito, isto se dá com avanços e retrocessos.

Para a historiadora Celi Pinto[26], a maior mobilização das mulheres no Brasil ocorreu entre 1987 e 1988, em torno da Constituinte, e com o movimento #EleNão, que mudou a relação das mulheres com a política durante a campanha presidencial de 2018. Foi uma mobilização acima de diferenças de classe e raça, já que foi uma luta contra o autoritarismo.

> O #EleNão foi um fato político permeado por uma série de ineditismos. A maioria dos homens não conseguiu entender o que aconteceu naquele período. Eles não entenderam porque não era um evento sobre eles: era sobre a politização de nós, mulheres, para além dos resultados das eleições. Quaisquer inferências sobre os possíveis legados do movimento, hoje, ainda têm caráter meramente especulativo e parecem estar baseadas num pensamento engessado. O desafio é entender a participação das mulheres no poder: como elas estão fazendo política no século XXI? (PINHEIRO-MACHADO, 2019, p. 172)

É importante pontuar que esse movimento, acontecido em 29 de setembro de 2018, reuniu mulheres em todo o Brasil, ocorrendo em 114 cidades e em outras no exterior. É classificado como o maior protesto das mulheres no Brasil, segundo Céli Pinto. E o motivo foram as ofensas ao sexo feminino, engendradas pelo então candidato à presidência da República, Jair Bolsonaro. Esse movimento feito pelas mulheres saiu em defesa da democracia e dos direitos humanos.

3.4 - A participação das mulheres em sindicatos

Outra temática relevante do processo de luta do Movimento de Mulheres refere-se ao trabalho, cobrando inicialmente do Estado o cumprimento de direitos trabalhistas e a

[26] Informação disponível em: cartacapital.com.br/sociedade/constituição-de-1988-foi-avanço-nos-direitos-das-mulheres. Acesso em 25/01/2020

ampliação dos mesmos para as grávidas e as marginalizadas, como as trabalhadoras rurais e domésticas. Na sequência, o movimento fez uma articulação voltada para a sensibilização dos sindicatos, para que os mesmos tratassem do trabalho feminino de maneira prioritária em suas ações e motivasse as mulheres a participarem da luta sindical. (BASTERD, 1994).

O mergulho na participação das mulheres em sindicatos se dá no sentido de compreender como ocorreu esse processo e quais as mudanças que foram implementadas, para garantir dignidade, cidadania e desenvolvimento para o conjunto feminino da população.

A participação das mulheres nos movimentos populares contribuiu para criar um aprendizado coletivo que levou a refletir as condições de seu dia a dia, adquirindo, desse modo, uma espécie de capital político que foi sendo gestado nos embates diários, mas que também potencializou a ação das mulheres de modo a construir uma identidade coletiva. (SALES, 2007).

O protagonismo das Comunidades Eclesiais de Base e da CPT foram fundamentais em termos de influência na organização do movimento de mulheres no ambiente rural, por ter levado esse público a refletir sobre a sua própria condição e a processar as injustiças sociais presentes no seu cotidiano. E com a transição democrática temos uma espécie de consolidação de alguns movimentos, como, por exemplo, o Movimento Feminista. Com isso, se observa uma transformação na participação das pessoas, porque as mulheres deixaram de ser representadas e ganharam visibilidade, podendo inclusive participar de sindicatos, numa posição antes ocupada pelo marido.

> **O trabalho que considero mais relevante mesmo é esse trabalho da CEBS mesmo, que era de tá levando essa novidade que a Igreja propunha para melhorar a vida da população para se organizar, então o que a gente ajudava nos encontros, a gente ajudava nos sindicatos conversando com a pessoas, indo no Santos Reis, Eldorado, eu ia em tudo quanto era bairro, a gente, a Rosely, a Ana, já existia as pastorais, a Pastoral Operária, as pastorais também surgiram a partir do Vaticano II, para ajudar na organização do povo... esse negócio de ver , julgar e agir, a gente ia fundo, e aí foram criando os sindicatos todos na região, não era só aqui em Montes Claros não, a gente ia nas dioceses de Januária, de Diamantina, de Paracatu, a gente andava. (Olga, 64 anos, professora aposentada)**

A partir da fala de Olga, constatamos a relevância da atuação das CEBs na região em termos de contribuição na organização dos indivíduos, e esse contexto vivido pelas mulheres foi responsável por potencializar a luta feminina rumo a uma vida melhor. Uma das bandeiras

da década de 1980 era justamente maior participação em sindicatos e benefícios sociais, do tipo aposentadoria para trabalhadoras rurais, já que as mesmas não tinham esse direito.

O envolvimento das mulheres nas reuniões e nos encontros teve, como consequência, o aumento da participação nos movimentos que reivindicavam visibilidade e melhores condições de vida para as mulheres, de modo a exigir do poder público reconhecimento e respeito. Tanto é que, por meio das marchas, congressos e debates, as vozes femininas começaram a ser ouvidas e os direitos foram, aos poucos, sendo incorporados.

A temática da desigualdade de gênero, com ênfase na mulher, marcaria a década de 1990, e novamente instituições como a Igreja, por meio de campanhas, fazia reflexões sobre o tema, conscientizando, tanto no meio urbano quanto no rural, a valorização da mulher e a importância da organização enquanto coletividade. Emily também comunga dos mesmos resultados quando esteve nas CEBs e CPT, acerca da atuação na região.

> **O trabalho contribuiu para fortalecer muitas lideranças, de homens e mulheres, que emergiram naquele contexto, e assim como para a emergência e para abrir muitos processos de organização e lutas comunitárias e políticas, como a criação de Sindicatos de Trabalhadores Rurais, do movimento de mulheres camponesas do Norte de Minas, ligadas à Fetaemg, ou a comunidades tradicionais, a criação do Centro de Agricultura do Norte de Minas, o Movimento de defesa dos favelados e faveladas do Norte de Minas; a criação e o fortalecimento de partidos e lideranças políticas de esquerda, nos diferentes municípios rurais da região. (Emily, 64 anos, militante e Psicóloga).**

Mais uma vez é possível notar a importância das articulações e os espaços de poder onde elas foram constituídas, já que, na maioria das vezes, mesmo de longe, os movimentos conseguiram se organizar até mesmo em grandes marchas e no Movimento das Margaridas, citado anteriormente. Obviamente que, em relação aos direitos das mulheres, as mudanças foram lentas e, na maioria das vezes, até dolorosas, uma vez que boa parte fora obtida com muitas lutas e muitas dificuldades. Embora nossa legislação seja modelo para outros lugares, há muito para ser feito ainda, já que faltam garantias de creches, saúde e escolas, bem como uma conscientização maior da sociedade no que tange às diversas formas de violência sofrida pelas mulheres ao longo dos tempos.

A Constituição de 1988, apelidada de “A Constituição Cidadã”, contou com grande participação da sociedade, com destaque para o Movimento de Mulheres que,

juntamente com as feministas, influenciaram os constituintes, a tal ponto que a maior parte das reivindicações foram incluídas na Carta Magna. Entretanto, essa Constituição não conseguiu incorporar direitos voltados às empregadas domésticas no conjunto das demais categorias de trabalhadores no Brasil, o que, de certo modo, manchou a natureza cidadã dessa Constituição.

Outro elemento que foi importante na Constituição de 1988 foi ter concedido "à mulher o direito ao título de domínio e a concessão da terra, independente de seu estado civil, tanto na área urbana como na rural". (CORTÊS, 2018). Embora esse direito tenha demorado até 2003 para ser devidamente regulamentado.

Portanto, a grande realização dos movimentos sociais da década de 1980 e início da década de 1990 foi o fato de debater as questões de igualdade e justiça na perspectiva da regulação dos direitos sociais, mesmo que a consolidação dos mesmos ocorra a longo prazo, como foi o direito ao domínio e concessão da terra.

3.5 - A pauta do Movimento de Mulheres no Norte de Minas Gerais

O objetivo desta seção é analisar acerca de quais eram as pautas do Movimento de Mulheres na região norte-mineira e como elas se organizavam em um período de negação de direitos, que foi o contexto da Ditadura Militar, bem como no período de redemocratização. A década de 1970, em função da Segunda Onda do Feminismo e da década da mulher – 1975-1985, instituída pela ONU, serviu como referência para o crescimento do espaço feminino nas mais diversas esferas de atuação social.

Nesse período, as mulheres da região começaram a acompanhar movimentos em prol de sua emancipação, porque era o que estava acontecendo mundialmente naquele momento. Dessa forma, novos espaços de participação foram sendo buscados e começou-se um processo de conscientização voltado à sua condição, que desencadearia diferentes maneiras de organização.

Obviamente que a Igreja teve uma importância enorme nos processos de organização da sociedade, porque se mostrava mais próxima aos problemas de natureza sociais da população, em função do Concílio Vaticano II, que entre outras coisas, definiu um papel mais popularizado de orientação pastoral, o que levou a Igreja a desenvolver ações sociais junto às comunidades nas quais estava inserida (FREITAS, 2011). Durante a década de 1970, a pauta

era a defesa dos direitos humanos, a liberdade, e para isso havia denúncias das arbitrariedades que ocorriam por meio da repressão do Estado perante a sociedade.

> Naquele momento, a participação da Igreja poderia garantir três condições fundamentais para as pessoas engajadas nesses movimentos: maior proteção frente à repressão existente; reconhecimento dos movimentos que se organizavam; e uma espécie de "mediação" entre comunidade e governo. Mas apesar de prover de certa autonomia perante o Estado e de ter podido, em muitos casos, denunciar e lutar contra a repressão e a omissão por parte dele, essa intercessão da Igreja não conseguia impedir que a perseguição a muitos desses movimentos ocorresse. (FREITAS, 2011, p. 262-263).

Para a autora, a Igreja contribuía para com a proteção dos indivíduos diante do contexto opressor e articulava no sentido da organização dos movimentos sociais, visto que executava um trabalho mais próximo junto aos seus fiéis, o que, de certo modo, auxiliava no conhecimento da realidade comunitária. Desse modo, organizavam-se grupos e, com estes, eram feitos os trabalhos de conscientização.

A partir desse momento, então, as pessoas iam se conscientizando, orientando e estimulando cada vez mais uma maior participação da comunidade em relação aos assuntos que diziam respeito ao contexto em que viviam. A Comissão Pastoral da Terra, que havia se formado em 1975, por exemplo, desenvolveu ações diretamente com a população, auxiliando em trabalhos de orientação e participação da comunidade. Quando Emily foi questionada a respeito de qual projeto as mulheres abraçavam, ela afirmou claramente que

> **As bandeiras e as pautas de lutas eram amplas, como a igualdade de direitos, por exemplo, na propriedade da terra em área de reforma agrária ou não, o de considerada como agricultora e ter direito à aposentadoria rural, o de não ser considerada dependente do esposo, na qualidade de filiada do Sindicato de Trabalhadores Rurais; de reivindicações de condições específicas na situação de assalariadas rurais; de direito a auxílio e licença maternidade, que até o início do século XXI, não tinham nem mesmo no interior do movimento sindical, como diretora dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais ou Fetaemg. (Emily, 64 anos, militante e Psicóloga).**

Conforme as palavras de Emily, podemos notar que havia uma diversidade de necessidades por parte do universo feminino e que desencadearam várias lutas, fazendo com que esse grupo vivesse em uma batalha constante por direitos e manutenção dos que já haviam conquistado. De maneira que as lutas vão sempre se modificando em função da realidade vivenciada e da negação dos direitos. Como é o caso da licença maternidade para as

assalariadas rurais, que segundo Emily, tinham esse direito negado. Tal direito havia sido conquistado ainda na Era Vargas por meio da Consolidação das Leis do Trabalho[27].

A partir da descrição da pauta do Movimento de Mulheres na região feita por Emily, pode-se observar que eram lutas mais gerais voltadas para a igualdade de direitos, questões trabalhistas, direitos de aposentadorias, enfim, não eram bandeiras específicas de questões femininas apenas, como acontecia em outros lugares do país. O que, de certa maneira, diferencia a região norte-mineira em relação às demais regiões do país, que tinham outras bandeiras de luta.

> **Essas mulheres lutavam por terra, trabalho e liberdade. Não existia, não é que não existia, eu não trabalhava com grupos específicos de mulheres que trouxessem bandeiras específicas de mulheres, às vezes logicamente que existiam reuniões onde algumas questões que eram próprias da condição de mulher afloravam e eram discutidas não é! Agora eu não trabalhava com grupos específicos de mulheres. (Anita, 60, professora aposentada e Psicóloga).**

Podemos notar que Anita afirmou muito claramente que não existiam os movimentos que defendiam as pautas específicas de mulheres, tal como o Movimento Feminista, que tinha bem específicas as suas bandeiras de luta. E Anita deixa claro que não atuava somente com mulheres, porque nos grupos comunitários havia homens e mulheres, e obviamente as reuniões contavam com momentos de discussão sobre um determinado assunto que poderia, talvez, ser bem particular do universo feminino. Tal como descrevera Anita:

> **Eu acho que elas eram fundamentais na luta política geral, porque a mulher na comunidade é ela que luta pela saúde, porque é ela que leva o filho no posto de saúde, e vê que lá não tem médico, não tem remédio, é ela que reclama, que reivindica saúde, que reivindica educação, porque é ela que está mais ligada, entendeu? Então, na luta do dia a dia é ela que sabe se está faltando dinheiro em casa para fazer a feira, percebe? Ela sempre foi fundamental nisso tudo. E como existia muita falta, as questões específicas delas apareciam aqui ou ali e não tomavam corpo. À medida que essas**

[27]A licença maternidade surgiu no Brasil em 1943, com o surgimento da Consolidação das Leis do Trabalho, a CLT. A licença era de 84 dias e tinha que ser paga pelo empregador, o que causava uma restrição considerável para as mulheres no mercado de trabalho. As décadas seguintes trouxeram um período de grandes conquistas para as mulheres em termos de liberdade e espaço profissional. Para garantir esse movimento, a Organização Internacional do Trabalho recomendava que os custos da licença maternidade passassem a ser pagos pela Previdência Social. No Brasil, isso aconteceu a partir de 1973. Mas a mulher gestante não tinha garantia de emprego, e muitos empregadores dispensavam as grávidas, mesmo que a Previdência arcasse com a licença. Disponível em: https://www.camara.leg.br/radio/programas/293878-especial-licenca-maternidade-2---evolucao-das-leis-e-costumes-sobre-licenca-maternidade-no-brasil--06-02--- (Acesso em 26/02/2020)

> **lutas foram avançando e alguns direitos foram alcançados, então a mulher pôde ir olhando para ela própria e trazendo bandeiras mais específicas. (Anita, 60 anos, professora universitária e psicóloga).**

Quando se olha para esse panorama apresentado pela visão de Anita acerca do cotidiano das mulheres, percebe-se que em função de todas as coisas que estavam em volta da mulher, ficava mesmo difícil de encontrar um tempo para pensar em questões específicas, uma vez que o serviço doméstico é constituído de inúmeras atividades repetitivas, que são efetivadas diariamente numa luta interminável, tanto na área urbana quanto na rural, já que nesse último espaço, o rural, as mulheres, além do serviço da casa e do cuidado com os animais mais próximos, como aves e suínos, ainda ajudavam o esposo nas atividades laborais do campo e nem eram vistas como trabalhadoras rurais. Assim, foi através das inúmeras lutas que as mulheres passaram a ser visibilizadas e reconhecidas como trabalhadoras rurais, tendo conquistado, ao longo do tempo, os direitos sociais.

Em virtude dessas situações, o Movimento de Mulheres, através de grandes manifestações, passaram a discutir além da violência doméstica à qual muitas estavam submetidas, além de outros problemas voltados ao custo de vida, escola, habitação, creches, igualdade e a redemocratização do país. E a questão da cidadania, segundo Carvalho (2008), começou a ser revista em todas as suas dimensões, visto que "os direitos sociais, sobretudo, a garantia de emprego, a assistência à saúde e a aposentadoria tem sido fortemente pressionados" (CARVALHO, 2008, p. 114).

Segundo Souza-Lobo (1991), "as mulheres estão presentes nas ocupações de terrenos urbanos, nos movimentos de saúde ou pela melhoria dos transportes, nas comunidades de base". Nota-se que há uma preocupação e participação dessas mulheres na luta por outras demandas sociais. Ou seja, as mulheres estão em busca de resolver problemas que se fazem presentes no seu cotidiano, estejam eles em que dimensão for.

Neste sentido, percebe-se a relevância da luta dos movimentos sociais pelo direito a ter direito, uma vez que o desejo que os move é a busca do reconhecimento, do respeito às diferenças e isso não seria em momento algum diferente para com o movimento de mulheres. Esse desejo "não precisa ser voraz, nem indecente: pode ser, simplesmente, o modo de adquirir a base material para a própria existência digna" (RIBEIRO, 2008, p. 14).

Ao se propor analisar o papel das mulheres nos movimentos sociais, pretende-se ir além da conquista de direitos, uma vez que existe também, por trás de todo esse movimento, uma "luta por reconhecimento" perante a sociedade.

> Se a ideia de uma "luta por reconhecimento" tem de ser entendida como um quadro interpretativo crítico de processos de evolução social, então, é preciso, para concluir, uma justificação teórica do ponto de vista normativo pelo qual ela deve deixar-se guiar: descrever a história das lutas sociais como um processo gerido requer a antecipação de um estado último preliminar, de cujo ângulo de visão é possível uma classificação e avaliação dos fenômenos particulares". (HONNETH, 2009, p. 269).

É nesse contexto que o movimento de mulheres ocupa um papel relevante de resistência, lutando pelos princípios democráticos, pela igualdade de direitos, autonomia, e acima de tudo pela garantia da cidadania, o reconhecimento e o respeito perante a sociedade. O que para Honneth (2009) deve ser compreendido como uma evolução social, já que cada fenômeno no seu particular tende a contribuir para um processo mais amplo de reconhecimento.

Entretanto, o que vigorava no Estado de Minas Gerais eram os movimentos sociais voltados para questões relacionadas ao mundo do trabalho, a emancipação da mulher, movimento de luta por creches, de empregadas domésticas, de trabalhadoras rurais, entre outras. Diante dessa diversificação de movimentos é bom salientar que os ideais dos mesmos eram semelhantes, conforme afirmou Rosa.

> **O grande projeto era mais emprego e mais participação nos sindicatos, né! Mais empregos e essa visibilidade, né! Essa era a bandeira maior. Com a busca por mais mercado de trabalho vinham as lutas paralelas, por mais creches, onde deixar o filho, escolas de tempo integral, então era uma sequência, né! Porque colocando a mulher no mercado de trabalho a mulher consequentemente muda um pouco a sua visão de mundo. (Rosa, 53 anos, Socióloga).**

Interessante o ponto de vista de Rosa, porque a partir do momento em que a mulher conquistou o mercado de trabalho, a sua vida não voltou a ser como era antes. Obviamente que ela foi, aos poucos, interiorizando as mudanças. Entretanto, suas atividades dobraram, já que ao chegar do trabalho, em casa, ela ainda tinha que cuidar dos afazeres domésticos, dos filhos, ou seja, uma intensificação da jornada de trabalho fez-se constante no cotidiano de muitas mulheres, e esse trabalho no ambiente privado é, na maioria das vezes, invisibilizado e infelizmente desvalorizado, não reconhecido. Assim, mesmo trabalhando fora, ocupando o

espaço público, as mulheres continuam reproduzindo aquelas ideias de que o papel da mulher é cuidar da casa, dos filhos, do esposo e dos animais domésticos. Nesse sentido, observa-se que a emancipação da mulher somente foi possível a partir do momento em que a mesma conquistou o mercado de trabalho.

> Além disso, sobretudo desde que a grande indústria arrancou a mulher do lar para jogá-la no mercado de trabalho e na fábrica, convertendo-a frequentemente em sustentáculo da família, ficaram desprovidos de qualquer base os últimos restos de supremacia do homem no lar proletário, excetuando-se, talvez, certa brutalidade no trato com a mulher, muito arraigada desde a introdução da monogamia. (ENGELS, 2009, p. 92)

Para Engels (2009), foi o trabalho industrial o responsável por tirar a mulher dos afazeres domésticos e levá-la para as fábricas, o que, de certo modo, contribuiu para a emancipação feminina, já que o seu salário, mesmo sendo pouco, deu à mulher o passaporte para a independência. Entretanto, a mesma passaria a ser explorada, recebendo salários inferiores aos dos homens, exercendo, na maioria das vezes, a mesma função. Essa realidade fez com que as mulheres tomassem consciência da situação de desigualdade em que se encontravam, e a partir desse momento começaram a lutar pela igualdade de gênero, ocorrendo uma espécie de busca pela libertação, por espaço, valorização e identidade.

No século XXI, a forma como os movimentos sociais se organizam é por meio das redes sociais, tanto em nível local quanto nacional, ou até mesmo internacional. Com o apoio da tecnologia, esses grupos rapidamente se mobilizam em defesa de interesses coletivos e ou até mesmo buscando o autorreconhecimento.

Em virtude desse novo cenário, configura-se um questionamento em torno da questão da cidadania e dos ideais democráticos, trazendo para o debate a questão do gênero. Sabe-se que, para muitas mulheres, os movimentos sociais passaram a ser não só para reivindicar direitos, mas também para promover uma ruptura com a situação de confinamento no âmbito privado, uma vez que a submissão e o machismo contribuíam para a reprodução de uma sociedade desigual, onde a violência doméstica, em muitos casos, aterrorizava e não permitia a autonomia das mesmas. Sem contar que ainda existe essa violência e que ela é constante no contexto de muitas mulheres, tanto é que temos um alto índice de feminicídio e violência nas suas mais diversas formas em nosso país, mesmo tendo toda uma legislação contra essa prática.

É interessante observar que mesmo com a sociedade passando por mudanças de natureza social, econômica, política, tecnológica e cultural, os movimentos sociais sempre marcam presença, embora para cada época ou contexto uma bandeira diferente surja. De acordo com Rosa (53 anos), a União Popular de Mulheres de Montes Claros, fundada em 1989 e que segue a União Brasileira de Mulheres, tem defendido uma bandeira bem específica, atualmente voltada às questões referentes ao trabalho. Quando foi questionada se a entidade faz alguma coisa hoje, Rosa disse:

> **Faz, faz porque a gente hoje acompanha a linha de atuação da União Brasileira de Mulheres e hoje basicamente a luta continua sendo por mais trabalho para as mulheres, a luta para que não acabem os nossos direitos, a questão da violência e a participação política para as mulheres. Aí a gente faz além de campanhas, nós mesmas que corremos atrás. Agora mesmo estamos correndo por conta de um débito na receita, que tem de pagar, e é a gente mesmo que corre atrás. (Rosa, 53 anos, Socióloga)**

De acordo com Rosa, pode-se observar que o tempo passa, mas a luta continua, sendo por trabalho, por melhores condições de vida, pela manutenção dos direitos conquistados a duras penas e pela participação política, propriamente dita. A sensação que se tem é de uma luta constante, sem fim. É como se o tempo todo se estivesse numa arena lutando pela própria sobrevivência. E, no caso da entidade União Popular de Mulheres de Montes Claros, não existe nenhum grupo que a financia, somente a boa vontade das mulheres que ali estão inseridas e querem fazer a diferença, de uma forma ou outra, no espaço em que vivem.

A resistência promovida pelas mulheres foi e continua sendo crucial para o processo de construção de mudanças e transformação social. Nesse processo de transformações, um elemento importante que não pode deixar de ser considerado é o fato da participação de mulheres feministas em setores governamentais, situação essa que oportunizou um olhar para questões mais específicas relacionadas à variável gênero. De modo que tanto no IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - quanto no IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - tínhamos mulheres que participavam do movimento de mulheres, possibilitando uma institucionalização das questões femininas na esfera estatal.

Durante a pesquisa também indagamos as entrevistadas acerca de como tinha sido a transição para o período democrático e praticamente todas elas comungavam dos mesmos

argumentos, falando em lutas, reformas, resistências e conquistas de direitos. No que se refere a essa transição, Emily nos diz:

> **Foi marcada por lutas de massas pelo plano nacional de reforma agrária e pelo movimento de eleição direta para presidente e a partir de 1986 até a promulgação da nova Constituição Federal de 1988, foi marcada pelo movimento pela constituinte e pela garantia dos direitos fundamentais, sociais e políticos que vínhamos lutando desde os anos de 1960. Cujas conquistas mais importantes na CF/88 foram o ECA, o SUS, a função social da terra, a Lei Orgânica da Assistência Social, os direitos à proteção e seguridade social, que foram se regulamentando lentamente nos anos de 1990 e início do século XXI. (Emily, 64 anos, professora aposentada).**

A partir da fala de Emily, pode-se constatar a relevância do Movimento de Mulheres em termos da não aceitação da realidade vivenciada por elas, de tomar consciência da situação e querer mudá-la. Entretanto, as mudanças têm ocorrido a longo prazo, já que temos uma sociedade marcada fortemente pelos padrões patriarcais e bastante hierarquizada, na qual as mulheres que se encontram em situação de opressão têm dificuldades até mesmo de organização, já que algumas não podem contar com o apoio dos seus maridos.

O contraponto a esse contexto encontra-se naquelas mulheres que foram além do seu tempo, indo atrás das autoridades, que em alguns casos nem as receberam, mas que nem por isso deixaram de insistir na luta e promover a diferença, tanto nas comunidades em que viviam quanto nas fábricas, ou em outro trabalho que executavam. Outra questão relevante diz respeito ao projeto que as mulheres abraçavam no final do século XX, que era, sobretudo, a luta pelo direito à igualdade, luta essa regada por dificuldades em função das próprias bases em que se formou a sociedade brasileira.

De outro modo, podemos dizer que o contexto das mulheres mudou, embora não o bastante para transformar a condição de submissão, pelo menos para uma parte delas, já que ainda se encontram invisibilizadas e oprimidas em seu cotidiano. E é isso que faz com que o Movimento de Mulheres permaneça lutando e refletindo acerca das situações às quais muitas estão inseridas, pois o discurso que fundamenta a cultura e a prática dessas mulheres é, sobretudo segundo as entrevistadas nessa pesquisa, o direito à igualdade e o direito à diferença, assim como a qualidade de vida e liberdade de ser.

Portanto, essa pesquisa não se encontra concluída, já que aguarda outras contribuições que possam instigar novas reflexões que perpassam as questões de gênero e, consequentemente, a atuação das mulheres em outros movimentos e lideranças que, por hora, possam se insurgir e que serão objeto da minha pesquisa de doutoramento em um futuro bem próximo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa buscou trazer para a análise a participação das mulheres nos movimentos sociais no decorrer da e pós Ditadura Militar no Brasil, na região Norte de Minas Gerais. As problematizações elencadas no início dessa pesquisa contribuíram para a construção da mesma de modo a tornar necessária uma discussão acerca dos movimentos sociais, bem como dos movimentos sociais femininos.

Por isso foi feita uma contextualização do momento histórico e político de surgimento dos movimentos sociais e Movimentos de Mulheres no Brasil, bem como uma analogia dos movimentos femininos no período da Ditadura Militar e, consequentemente, no período democrático, sempre observando a influência política do Estado em relação a esses movimentos.

Além disso, tornou-se necessário fazer a distinção entre o Movimento Feminista e o Movimento de Mulheres. Porém, a perspectiva que mais se aproxima da dissertação proposta é o Movimento de Mulheres, tendo como articulação as Comunidades Eclesiais de Base, que contribuíram de forma exponencial para o surgimento de diversos movimentos populares no país, o que promoveu um leque de transformações que se efetivariam no universo das lutas populares e influenciariam a construção da consciência crítica entre as camadas populares, valorizando as relações interpessoais e as formas de solidariedade entre as pessoas. Ressalta-se que durante a Ditadura Militar havia uma proibição e perseguição dos movimentos e, por isso, a Igreja desempenhou um papel fundamental mediante o contexto de repressão e opressão.

O resultado desta pesquisa já pode ser notado no capítulo I desta dissertação, ao apresentar um recorte teórico a partir das contribuições dos estudos sobre os movimentos sociais e da conjuntura que envolvia os principais movimentos surgidos no Brasil no contexto da Ditadura Militar, que, de certo modo, promoveram não só uma intervenção na realidade, mas também, uma transformação social. É o caso, por exemplo, do Movimento Feminista, que desafiou o patriarcalismo e contribuiu para esclarecer a noção que se tinha entre masculino e feminino, o que levou à construção de uma identidade de grupo, especialmente pela proposição de uma articulação das mulheres a partir de uma opressão específica, levando a questionamentos acerca de sua própria condição.

Ao iniciar essa dissertação, o foco centrava-se na participação de mulheres nos movimentos sociais no Norte de Minas Gerais no período da e pós Ditadura Militar. Entretanto, conforme a pesquisa se desenvolvia, constatou-se que a maior participação das mulheres na época da Ditadura ocorreu por meio dos movimentos religiosos, que eram articulados pelas Comunidades Eclesiais de Base e que, de certo modo, tornaram-se a referência para a dissertação, pelo menos no período da negação de direitos.

Portanto, durante o processo de elaboração da dissertação, ficou claro, do ponto de vista de movimentos sociais, a relevância do Movimento Feminista, bem como seus desdobramentos em outros Movimentos de Mulheres e o papel das CEBs em termos de enfrentamento e resistência ao poder estabelecido.

Já o capítulo II da dissertação ficou por conta da conjuntura da Ditadura no Brasil, assim como os elementos que a potencializaram. Falo aqui dos Atos Institucionais, da repressão, da tortura, do uso da força, dentre outros, e como foi que, nesse contexto, surgiram os movimentos sociais, especialmente o Movimento de Mulheres. Obviamente que a abordagem desse tema se processou mediante teoria e relato das entrevistadas.

A década de 1960, em especial o ano de 1968, revelou uma grande efervescência em todo o mundo. E no Brasil não seria diferente, já que o país se encontrava sob a égide da Ditadura Militar, e este cenário contribuiu para que setores da sociedade, insatisfeitos com o sistema vigente, tomassem consciência da sua situação e se articulassem por todas as décadas de 1970 e 1980, no sentido de conquistar o retorno da democracia, liberdade e melhores condições de vida, principalmente para os mais oprimidos.

O capítulo III possibilitou a compreensão acerca de como ocorreu a participação das mulheres nos movimentos sociais na região Norte de Minas durante o processo de redemocratização e também foi feito um esforço no sentido de perceber um elemento comum, tanto no período da Ditadura quanto na redemocratização, e/ou alguma diferença que pudesse, de certa forma, estar associada a outras características apresentadas no mesmo período em outros lugares do Brasil. O objetivo era compreender como esses movimentos se organizaram dentro do regime democrático no que se refere à conquista de direitos, do reconhecimento e da própria transformação de suas realidades.

Durante o processo de realização dessa pesquisa notou-se também que o Movimento de Mulheres conquistou inúmeros avanços no que se refere às relações de gênero, embora

haja ainda muitos desafios a serem superados, uma vez que temos uma sociedade bastante preconceituosa e, ao mesmo tempo, machista. E esses desafios vão desde a forma de governo adotada ou até mesmo a própria dinâmica da vida social, bem como da vida privada.

Desde a conquista do voto à ocupação dos espaços públicos, a história tem nos revelado diversos momentos de embates e resistência, tanto no período da Ditadura Militar, como no pós Ditadura. Obviamente que o contexto ditatorial, marcado pelas perseguições, torturas, desaparecimentos, cassações de direitos, morte e censura fora um prato cheio para se buscar uma rede de articulações, protestos e resistências diante da conjuntura vivida naquele período, e, concomitantemente, um fortalecimento não só do Movimento Feminista, mas também de outros Movimentos de Mulheres que, com o passar do tempo, foram adquirindo um perfil específico face à diversidade de situações e lugares.

Ao fazer a abordagem do movimento feminino percebe-se que ele é responsável por inúmeras lutas, seja no campo político, social, econômico e cultural, até porque o foco de atuação estava voltado para o respeito aos interesses femininos, e a década de 1970, por exemplo, foi primordial nesse sentido, com os chamados grupos de consciência, que foram fundamentais para a criação de uma diversidade de outros grupos feministas que se disseminaram por todo o Brasil, sendo responsáveis no processo de luta não só pelo retorno das liberdades democráticas, mas também pela emancipação humana.

Nesse contexto, foram de suma importância as conquistas no campo legislativo, quando foi criada a Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher, em 1985, e a Lei Maria da Penha, de 2006, que de certo modo respondeu à Lei 9.099/95, no sentido de combate à violência doméstica - embora saibamos que, com toda uma legislação em vigor, inúmeros casos de agressão e mortes são notificados diariamente pelo país.

Em relação aos achados da pesquisa, constatou-se que, diferentemente de outras regiões do país, que tiveram lutas mais acirradas em prol dos direitos das mulheres, como a questão das liberdades do corpo, liberdades de expressão, fim da opressão e da violência doméstica, dentre outras, a região Norte Mineira se destacou pelas lutas voltadas às questões do trabalho, com a ajuda das Comunidades Eclesiais de Base, que tiveram um papel crucial no processo de conscientização e ajuda financeira em um período marcado pela ausência das liberdades nas mais diversas esferas da vida social.

Desse modo, o desafio do Movimento Feminista, bem como do Movimento de Mulheres, na nossa concepção, é definir uma tática de intervenção na realidade, que vá de

encontro a cada tipo de opressão vivenciada na sociedade, de modo a alcançar a liberdade plena.

Portanto, conclui-se, finalmente, que a presente dissertação aponta para mudanças no cotidiano das mulheres, mas não o bastante para transformar a condição de submissão, pelo menos para uma parte delas, já que ainda se encontram invisibilizadas e oprimidas em seu cotidiano. E é isso que faz com que o Movimento de Mulheres permaneça lutando e refletindo acerca das situações nas quais muitas estão inseridas, pois o discurso que fundamenta a cultura e a prática dessas mulheres é, sobretudo, segundo as entrevistadas nessa pesquisa, o direito à igualdade e o direito à diferença, assim como a qualidade de vida e liberdade de ser.

Obviamente que este estudo não esgota a possibilidade de aprofundamento em pesquisas futuras, já que aguarda outras contribuições que possam instigar novas reflexões. Entretanto, com essa pesquisa, esperamos contribuir, até onde for possível, com os estudos acerca dos movimentos sociais femininos na região Norte de Minas, já que a maior parte dos estudos dos Movimentos Femininos no Brasil se encontram no eixo Rio-São Paulo.

Para (não) concluir é preciso considerar que essa investigação não acaba aqui, pois temos a pretensão de continuar pesquisando a temática, o que certamente possibilitará outras conclusões tão interessantes quanto as aqui apresentadas. Por outro lado, em nenhum momento quisemos dar respostas, e o que fica são várias questões que serão objeto de pesquisas num futuro próximo.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BANDEIRA, Lourdes. Três décadas de resistência feminista contra o sexismo e a violência feminina no Brasil: 1976 a 2006. In: **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 24, n. 2, p. 401-438, maio/ago. 2009.

BASTERD, Leila de Andrade Linhares. **Em busca do tempo perdido: Mulher e políticas públicas no Brasil. 1983-1993**. Estudos Feministas, 1994.

CANCIAN, Renato. **Feminismo: Movimento surgiu na Revolução Francesa**. Disponível em https://educacao.uol.com.br/disciplinas/sociologia/feminismo-movimento-surgiu-na-revolucao-francesa.htm. Acessado em 18 ago. 2018.

CARDOSO, Ruth C. L. Movimentos Sociais urbanos: balanço crítico. In: SORJ, Bernardo & Almeida, Maria Hermínia Tavares de, (Org). **Sociedade e política no Brasil pós-64**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais. 2008. p. 313-350.

CARVALHO, José Murilo de. Cidadania na encruzilhada, In: BIGNOTTO. Newton (org.). **Pensar a República**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. A era da informação: economia, sociedade e cultura. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CORTÊS, Iáris Ramalho. Direito: A trilha legislativa da mulher. In: **Nova História das Mulheres no Brasil**. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 2018.

CÓSER, Silvânia Maria Leal . **Do ruído à fala: Análise da experiência de participação política de mulheres em Minas Gerais na década de 75-85 em partidos, sindicatos e movimentos sociais de mulheres**. Belo Horizonte: UFMG, 1989.

ENGELS, Friedrich. **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. Tradução de Ciro Mioranza. 3ª ed. São Paulo: Editora Escala. 2009.

FAUSTO, B. **História do Brasil**, 9ª Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fundação para o Desenvolvimento da Educação, 2001.

FILGUEIRAS, Cristina Almeida Cunha. **Mulher e trabalho em Minas Gerais e Espírito Santo: Diagnóstico da mulher mineira nos anos 80**. Belo Horizonte, 1988 (Relatório de Pesquisa).

FRANCISCO, Dalmir. Movimento Negro, Cidadania e Estado. In: **Movimentos Sociais em Minas Gerais: Emergências e Perspectivas**. Belo Horizonte: UFMG, 1987.

FREITAS, Larissa Viegas de Mello. Trajetórias de mulheres em movimentos sociais no campo: comparações entre Brasil e Paraguai (1960-1989), In: PEDRO, Joana, Maria. Wolff, Cristina Scheibe. VEIGA, Ana Maria. **Resistências, gênero e feminismos contra as ditaduras no Cone Sul.** Florianópolis: Ed. Mulheres, 2011.

GOHN, Maria da Glória. BRINGEL, Breno M.(Orgs.). **Movimentos Sociais na era global**. 2ª ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

_____.**Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo**. Petrópolis: Vozes, 2010.

_____. **História dos Movimentos e Lutas Sociais: A construção da cidadania dos brasileiros**. 3ª Ed. São Paulo: Loyola, 2003.

_____. **O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGS e redes solidárias**. São Paulo: Cortez, 2005.

HENTZ, Isabel Cristina. VEIGA, Ana Maria. Entre o feminismo e a esquerda: contradições e embates da dupla militância. In: PEDRO, Joana, Maria. Wolff, Cristina Scheibe. VEIGA, Ana Maria. **Resistências, gênero e feminismos contra as ditaduras no Cone Sul.** Florianópolis: Ed. Mulheres, 2011.

HONNETH. Axel. Luta por reconhecimento: A gramática moral dos conflitos sociais Tradução de Luiz Repa. São Paulo: Editora 34, 2009.

JACOBI, Pedro. **Movimentos Sociais Urbanos no Brasil: Reflexão sobre a Literatura nos Anos 70 e 80**.BIB, Rio de Janeiro, nº 23 pp. 18-34, 1º semestre de 1987.

KOWARICK, Lúcio. **Movimentos Urbanos no Brasil Contemporâneio: Uma análise da literatura.** Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, ANPOCS, v. 1, n. 3, 1987.

KRISCHKE. Paulo J. **Aprendendo a Democracia na América Latina: Atores Sociais e Mudança Cultural**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

LAJE, Lana. NADER, Maria Beatriz. Violência contra a mulher: Da legitimação à condenação social. In: **Nova História das Mulheres no Brasil**. 3ª ed. São Paulo: Contexto. 2018.

LE VEN, Michel Marie. Movimento Operário e Sindical, 1972-85, In: POMPERMAYER, Malori José. **Movimentos Sociais em Minas Gerais: Emergências e Perspectivas.** Belo Horizonte: UFMG. 1987.

MARQUES, Gabriela Miranda. Movimentos Feministas e Igreja Católica: uma análise comparativa de periódicos, in: PEDRO, Joana, Maria. Wolff, Cristina Scheibe. VEIGA, Ana Maria. **Resistências, gênero e feminismos contra as ditaduras no Cone Sul.** Florianópolis: Ed. Mulheres, 2011.

MARTINS, Carlos Eduardo. **Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MELLO, Soraia Carolina de. A questão do trabalho doméstico: recortes do Brasilo e da Argentina. In: **Resistências, gênero e feminismos contra as ditaduras no Cone Sul**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2011.

MIRANDA, Glaura Vasques de. FILGUEIRAS, Cristina A. Cunha. CÓSER, Silvana Maria Leal. Movimento de Mulheres In: **Movimentos Sociais em Minas Gerais: Emergências e Perspectivas**. Belo Horizonte: UFMG, 1987.

OLIVEIRA, Francisco. Privatização do público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal. In: _____.; PAOLI, Maria Célia. ***Os sentidos da democracia* - políticas do dissenso e hegemonia global**. Petrópolis: Editora Vozes; FAPESP, 1999. p. 55-81.

PAIVA, José Maria de. Comunidades Eclesiais de Base, In: POMPERMAYER, Malori José. **Movimentos Sociais em Minas Gerais: Emergências e Perspectivas.** Belo Horizonte: UFMG. 1987.

PATEMAN. Carole. **O contrato sexual**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1993.

PEDRO, Joana Maria. PINSKY, Bassanezi.. **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2018.

PEDRO, Joana, Maria. Wolff, Cristina Scheibe. VEIGA, Ana Maria. **Resistências, gênero e feminismos contra as ditaduras no Cone Sul.** Florianópolis: Ed. Mulheres, 2011.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana. **Amanhã vai ser maior: o que aconteceu com o Brasil e as possíveis rotas de fugas para a crise atual**. São Paulo: Planeta do Brasil. 2019.

PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, História e Poder. In: **Revista Sociol. Pol.** Curitiba, v v18, n 36, p. 15-23, junho 2010

POMPERMAYER, Malori José. **Movimentos Sociais em Minas Gerais**. Belo Horizonte: UFMG. 1987.

PUTNAM, R. **Comunidade e Democracia: A experiência da Itália Moderna**. 3ª Ed. Tradução de Luiz Alberto Monjardim. Rio de Janeiro: fgv, 2002

RIBEIRO, Renato Janine. Democracia versus República: a questão do desejo nas lutas sociais In: BIGNOTTO. Newton (org.). **Pensar a República**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.

SAFFIOTTI, Heleleth. Formas de Participação da Mulher em Movimentos Sociais. In: **Movimentos Sociais no Brasil.** Rio de Janeiro: FESP. 1985.

SALES, Celecina de Maria Veras. **Mulheres rurais: tecendo novas relações e reconhecendo direitos**. Estudos Feministas. V. 15. Nº 2. Florianópolis. Maio/agosto. 2007

SCHERER-WARREN, Ilse. **Os Novos Movimentos Sociais, a construção da democracia e o papel dos mediadores**. X Encontro Anual da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais. Campos do Jordão, 1986.

SINGER, Paul. BRANT, Vinícius Caldeia. **São Paulo: O povo em movimento**. 4ª Ed. Petrópolis: Vozes, 1983.

SILVEIRA, Raquel da Silva; NARDI, Henrique Caetano. **Interseccionalidade, gênero, raça e etnia e a Lei Maria da Penha**. Psicologia & Sociedade; 26 (n. spe.), 14-24. 2014

SOUZA-LOBO, Elizabeth. O gênero da representação: movimento de mulheres e representação política no Brasil (1980-1990). **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, nº 17, out. 1991.

TAVARES, Manuela, et al. **Feminismos e Movimentos Sociais em tempos de globalização: O caso da MMM**. VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. Coimbra 16, 17 e 18 de Setembro de 2004.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil**. 2ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 2003. (Coleção tudo é história; 159)

TOURAINE, Alain. A Sociedade Multicultural in: **Iguais e Diferentes: poderemos viver juntos**? Lisboa: Instituto Piaget, 1997.

_____. **Um novo paradigma: Para compreender o mundo de hoje**. Petrópolis: Vozes. 2007.

WOITOWICZ, Karina Janz. PEDRO, Joana Maria. Nas ruas e na imprensa: mulheres em movimento durante as ditaduras militares no Brasil e no Chile, In: PEDRO, Joana, Maria. Wolff, Cristina Scheibe. VEIGA, Ana Maria. **Resistências, gênero e feminismos contra as ditaduras no Cone Sul.** Florianópolis: Ed. Mulheres, 2011.

ROTEIRO DE ENTREVISTA

01- Nome:..... idade:.....

02- Lugar de Origem: .....

03- Sempre morou em Montes Claros? Ou Norte de Minas? :.....

.....

04- Fale sobre sua vida pessoal e familiar durante o Período Militar, qual grupo participava.....
.....
.....

04- A sua atuação política tinha a ver com a atuação profissional?

.....

05- Como você foi parar nesse movimento? Relate a sua atuação profissional na Ditadura:
.....

06- O que fez de relevante? Destaque as principais atividades desenvolvidas por você.

.....

07- Essas atividades contribuíram para uma melhor formação política das pessoas?

.....

08- Com quem atuava? Quais eram os parceiros?

.....

09- Você teve algum prejuízo na vida? Punição, perseguição, prisão?

.....

10- Como foi a transição para o período democrático?

.....

11- Qual era o projeto que as mulheres abraçavam?.....

12- Qual era a cultura que fundamentava o discurso e a prática dessas mulheres?

.....

13- Elas conseguiram criar alguma rede, algum laço com conjuntos sociopolíticos, etc.

.....